CARDOSO FONTÃO E PEZARAT CORREIA SÃO FIGURAS DE ABRIL

O REFERENCIAL

50 ANOS DEPOIS VAI NASCER EM LISBOA

O CENTRO INTERPRETATIVO DO 25 DE ABRIL

REVISTA DA ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL
DIRECTOR: ANICETO AFONSO | N.º 148 | JANEIRO – MARÇO 2023

4 EDITORIAL
50 anos de um ciclo prodigioso, Aniceto Afonso | **4**

12 ABRIL 50 ANOS
Centro Interpretativo da Revolução vai nascer em Lisboa, Vasco Lourenço | **12**

18 FIGURAS DE ABRIL
Personalidades da Revolução, Rodrigo de Sousa e Castro | **18**
José Cardoso Fontão, um empenhado e discreto comandante, Rodrigo de Sousa e Castro | **20**
Pedro Pezarat Correia, o major e a sua circunstância, Maria Manuela Cruzeiro | **26**

34 ABRIL E OS JOVENS
Para despertar os trilhos da memória, Fátima Lopes Cardoso | **34**
Fuga pela liberdade, Mafalda Tomás e Mariana Ferreira | **36**
Trocar as voltas a um mundo em mudança, Júlia Gibelli e Maria Beatriz Batalha | **45**

52 CARTAS AOS NETOS
A condição heroica do avô, Jorge Golias | **52**
Quatro esperanças de liberdade, Nuno Santos Silva | **53**

58 ABRIL – CULTURA E LIBERDADE
Entrevista com a jornalista Isabel Lindim, Alexandre Manuel e Carlos de Matos Gomes | **58**

64 ABRIL – CAMINHOS PARA O FUTURO
Visita ao Conselho das Finanças Públicas, Nazaré da Costa Cabral | **64**
Um inverno que ainda não passou, João Ferreira do Amaral | **70**

74 ABRIL – JANELAS SOBRE O MUNDO
Mais um revolução colorida na Geórgia?, Carlos Branco | **74**

80 ABRIL – ARTE E POESIA
Histórias do tempo da outra senhora, José Fanha | **80**
Antologia dos poemas durienses, António Cabral | **82**

84 ABRIL – UM MUNDO NOVO
Desassombrando a biblioteca da censura II, Álvaro Seiça | **84**

94 ABRIL – HISTÓRIA E MEMÓRIAS
Olhares diplomáticos sobre a Revolução em Portugal, Reto Monico | **94**

104 HOMENAGENS
Capitães de Abril condecorados | **104**
Presidente homenageia 42 militares de Abril | **106**
Rui Nabeiro (1931-2023), Vasco Lourenço | **110**
Ribeiro Cardoso (1945-2023), Eugénio Alves | **113**

116 LIVROS
Descolonização em Cabo Verde | **116**
A utopia do olhar | **117**
Poesia de Carlos Brito | **118**
Trevas e Luz | **119**
Amor e Guerra Colonial | **119**

120 BOLETIM
O Referencial com um olhar para os netos de Abril | **120**
Diário de uma Pintora | **121**

50 ANOS DE UM CICLO PRODIGIOSO

ANICETO AFONSO

PROBLEMAS SEM SOLUÇÃO?

Seria compreensível que no editorial deste número d'*O Referencial*, relativo ao inverno de 2023, nos debruçássemos sobre um conjunto de situações inquietantes que a todos nos afligem. Que aqui evocássemos um ano de guerra na Ucrânia, ou seja, em plena Europa, que aprofundássemos razões, interesses, evolução, perspetivas, soluções. Que acentuássemos as incapacidades dos instrumentos internacionais que construímos em mais de 70 anos de paz (só quebrada por conflitos regionais, embora alguns de persistência indigna), que lamentássemos o papel das partes envolvidas, em especial de todas aquelas que nos pareciam capazes de fazerem triunfar a diplomacia e as políticas de boa vizinhança e de vistas largas em relação ao futuro da humanidade. Seria também compreensível que aqui discutíssemos a atuação das grandes organizações internacionais, concebidas para manter a paz, das organizações estratégicas e militares que se justificam pela defesa de valores universais, das grandes comunidades que se construíram para preservarem os valores que dignificam a humanidade, das potências portadoras de projetos de equilíbrio, de benefício mútuo, de relações amigáveis. Seria compreensível, mas parece-nos não ser este o lugar apropriado.

Também seria desejável que nos referíssemos, bem vistas as coisas repetindo editoriais anteriores, a outros problemas complexos que todos enfrentamos e que se repercutirão pelos tempos fora. Enumero a saúde do planeta, as alterações climáticas, as energias renováveis, as novas tecnologias. Poderíamos também alinhar as questões das sociedades modernas e os problemas que enfrentam, como a fome, a doença, a ignorância, o desespero, as migrações, os desalojados, as perseguições, os extermínios, as opressões. Ou também, as desigualdades, as discriminações, as violências, as injustiças. Ou ainda, a concentração da riqueza, as novas conceções de governo, o crescente triunfo da demagogia, a manipulação da informação, o papel das redes sociais.

Todas estas abordagens seriam razoáveis e seriam compreensíveis. Mas penso que não seriam úteis, porque este não é o fórum para resolver as grandes questões da humanidade. É o lugar para singelamente darmos contas do que continuamos fazendo pela defesa e pela afirmação dos valores que transportamos desde o tempo da nossa intervenção – os valores de Abril, onde a Liberdade e a Democracia ocupam o lugar cimeiro.

COMEMORAÇÕES

Neste ano de comemorações cinquentenárias, que evocam a agudização dos problemas de funcionamento da ditadura marcelista, o crescimento das ações e da luta da oposição democrática, o agravamento insustentável da guerra, o difuso mas palpável desespero das populações perante a sua miséria e abandono, terminando com o despertar de uma consciência de mal-estar entre os militares que se traduziu numa rápida constatação do papel que a História estava prestes a reservar-lhes, parece-me adequada uma reflexão sobre o que vamos recordar, o que seremos capazes de transmitir, a mensagem que ficará deste ciclo comemorativo que se aproxima.

Nós fizemos o 25 de Abril muito novos. É essa a razão por que muitos terão o privilégio de assistir às comemorações do 50º aniversário da Revolução. Mas, como o tempo não perdoa, quase todos os que assistirem a essas comemorações terão muito perto ou mais de 80 anos.

Em todas as tradições, esta é a idade da serena sabedoria, da transmissão de memórias, da tranquila consciência do passado, também do repouso merecido, e sempre do conselho oportuno.

É a hora de olharmos o mundo e verificarmos o que deixamos como herança, de recebermos a homenagem dos que nos sucedem, se tal merecermos e eles assim o entenderem, é a hora de transmitirmos as nossas últimas mensagens às gerações nossas herdeiras.

Não me parece que seja tempo de projetarmos o futuro, de planearmos segundo o nosso entendimento, de sugerirmos soluções próximas do nosso parecer. Isso já fizemos ao longo de 50 anos e entendo que fomos, de uma forma geral, bem-sucedidos.

Podemos dizer que nada mais há a fazer? Sabemos que há muito a fazer, mas sabemos também que o nosso contributo atual será o que sempre está destinado à geração que transporta uma longa memória de um tempo de mudança.
E, se somos uma geração de sabedoria, de memórias, de conselho, então não está findo o nosso papel. Estou certo de que teremos disposição e força para influenciar e inspirar aquelas que são hoje as gerações responsáveis por fazer, por planear e executar, por dirigir o barco que a todos nos transporta.
Felizmente o mundo está muito diferente, mas infelizmente padece de problemas que persistem e que fazem parte dos longos tempos da História. Nenhum dos aspetos melhores ou piores deste mundo deve ficar fora das comemorações que agora se iniciam.
Estaremos nelas com a mesma expectativa de sempre sobre o futuro, mas sem desprezarmos um único momento do longo caminho que ajudámos a construir desde há cinquenta anos. E se, como parece, ainda formos úteis na definição do programa e dos projetos que os poderes estão a preparar para assinalar o cinquentenário da revolução, não deixaremos de dar o nosso contributo.

OS NOSSOS PROJETOS

É nesta convicção de geração de tranquila memória que, ao nosso nível e em torno da nossa revista, como arauto que é da Associação 25 de Abril, queremos apresentar-vos os dois projetos que temos em execução.
Em primeiro lugar, gostaríamos de publicar n'*O Referencial* 149, referente aos meses de abril-junho de 2023, um dossiê sobre o PROCESSO DA CONSPIRAÇÃO que levou ao Movimento dos Capitães e que se desenrolou durante o ano de 1973 até março de 1974, evocando os 50 anos que, a partir de agora, se irão completando. Gostaríamos de contar com depoimentos de protagonistas e de estudiosos, sobretudo depoimentos pessoais, mais do que descrições ou análises.
Aos protagonistas pediríamos que nos transmitissem como viveram esse tempo, quais foram os seus sentimentos, a sua perceção, o seu contributo, a sua evolução. Como avançou a sua consciência sobre as questões essenciais, o que era necessário fazer, a relação com os seus camaradas, as emoções, as hipóteses, as expectativas, as certezas e as dúvidas.
Quanto aos estudiosos, gostaríamos que se debruçassem sobre o que os levou ao interesse e escolha do tema, como o sentiram, como o encararam e como o explicaram. As surpresas que encontraram, que mudanças nas suas próprias perspetivas. Como lidaram pessoalmente com esse tempo de mudança e ansiedade.
E que todos abordassem aspetos da sua relação com as grandes questões desse tempo decisivo – o regime, a guerra, a sociedade, os poderes, as mudanças.
Tudo num texto com o máximo de 6000 a 7000 caracteres com espaços, até ao próximo dia 15 de junho (Nota: o período imediatamente anterior ao 25 de Abril e o próprio dia ficarão para outro dossiê, mais adiante).
A participação não é limitada aos convites que temos feito, podendo todos os protagonistas e todos os estudiosos que assim o entendam fazer-nos chegar os seus originais, dentro do prazo indicado.
O outro projeto tem a ver com a publicação de um NÚMERO ESPECIAL d'*O Referencial*, comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, cujo regulamento já foi publicado no número 147 e que sairá em abril de 2024. Está aberto a todos os associados da A25A, mesmo aos que se inscrevam até à entrega dos originais, que se estende até 30 de setembro próximo.
Todas estas memórias e reflexões são imprescindíveis à compreensão do mundo que atravessamos e que ajudamos a construir. E só podemos compreender o mundo em que vivemos se compreendermos o percurso que nos trouxe até aqui. Esse é o nosso valioso papel – darmos testemunho dos valores que nos guiaram, das conquistas que a nossa geração nos legou, das lutas que foram necessárias. Mas também dos fracassos que nos podem ser apontados, do que deixamos em suspenso ou mesmo agravado, dos muitos problemas que integram a nossa herança.
As gerações a quem temos vindo a passar a palavra saberão, tão bem ou melhor que nós, encontrar os caminhos mais favoráveis.

OS NOSSOS DESTAQUES

Neste número d'*O Referencial* temos um conjunto de colaborações que iluminam o nosso propósito, merecendo desde já toda a nossa gratidão.

GOSTARÍAMOS DE PUBLICAR N'*O REFERENCIAL 149*, REFERENTE AOS MESES DE ABRIL-JUNHO DE 2023, UM DOSSIÊ SOBRE O "PROCESSO DA CONSPIRAÇÃO" QUE LEVOU AO MOVIMENTO DOS CAPITÃES E QUE SE DESENROLOU DURANTE O ANO DE 1973 ATÉ MARÇO DE 1974

Vasco Lourenço, presidente da direção da A25A e membro da Comissão Nacional das Comemorações dos 50 anos do 25 de Abril explica-nos quais são alguns dos projetos que se encontram já aprovados e que particularmente nos satisfazem, destacando o Centro de Interpretação do 25 de Abril. Aqueles de nós que tiverem o privilégio de assistir à sua inauguração sentirão a emoção própria dos grandes momentos.
Mais uma vez temos o gosto de abrir uma nova secção neste número d'*O Referencial – Figuras de Abril* – coordenada pelo nosso sócio e capitão de Abril, Rodrigo de Sousa e Castro. Como ele próprio explica na apresentação, foi estabelecido o critério de destacar aqueles que já tenham 90 anos ou disso se aproximem por alturas do 50º aniversário do 25 de Abril. Acolhemos agora os capitães de Abril José Cardoso Fontão e Pedro Pezarat Correia. Os respetivos textos têm a colaboração de Francisco Mascarenhas,

comandante de uma das companhias do BC5 saídas na madrugada de Abril, e de Maria Manuela Cruzeiro, investigadora e sócia da A25A. A todos o nosso justo reconhecimento. Como diz o apresentador da secção: "São dois cidadãos inquietos e curiosos que, após passarem à reserva e depois na sua situação de reformados, procuraram uma valorização e intervenção cívica notáveis".

Por outro lado, continuamos a destacar, nas nossas páginas e na secção *Abril e os Jovens*, a colaboração dos alunos da Escola Superior de Comunicação Social do IPL, trazidos pelas coordenadoras Maria Inácia Rezola e Fátima Lopes Cardoso. Desta vez distinguimos os seguintes trabalhos: *Fuga pela Liberdade*, de Mafalda Tomás e Mariana Ferreira, que visitam a memória de dois exilados sobejamente conhecidos, José Zaluar Basílio e Luís Cília, que "tiveram de sair do país e deixar as famílias por não aceitarem a repressão do regime salazarista"; e *Trocar as voltas a um mundo em mudança*, de Júlia Gibelli e Maria Beatriz Batalha, que contam a história de dois emigrantes internos, "testemunhos de quem foi do campo à cidade, nos últimos anos do Estado Novo". Um obrigado muito especial para os nossos jovens colaboradores e para os protagonistas destas histórias.

Segue-se a *Carta aos netos de Abril*, rubrica coordenada pelo nosso sócio Jorge Golias que na sua apresentação faz o seguinte destaque: "O avô Nuno, também ele muito orgulhoso dos seus netos, fecha este magnífico texto familiar sublinhando o valor da vida como aprendizagem contínua, com altos e baixos, 'agarrando o tempo', na soma dos dias que nunca se repetem, "com as mãos e com a...ALMA!". Trata-se do nosso sócio e capitão de Abril Nuno Santos Silva, que participou na ocupação do Rádio Clube Português na madrugada de Abril. Traz consigo dois dos seus netos que respondem ao avô e expressam os seus pontos de vista. E nós não temos mais que transmitir a todos o nosso bem hajam.

Na rubrica habitual da *Cultura para a Liberdade*, os nossos coordenadores Carlos de Matos Gomes e Alexandre Manuel apresentam-nos a última entrevistada desta série de 4x4, quatro perguntas para quatro respostas. Trata-se de Isabel Lindim, figura conhecida como jornalista ligada à cultura e à pesquisa histórica e também aos temas do ambiente. As suas respostas encerram o essencial dos valores de Abril, evocando o seu avô, que era poeta, e escreveu: "Quem tem um coração sente a verdade, na força da Razão tem confiança, e pensa em nivelar essa balança que divide tão mal a humanidade". Com essa base, a nossa entrevistada relembra-nos o desafio de todos os dias: "Sem igualdade não há liberdade". A nossa gratidão é igual para todos.

Continuando com os nossos destaques, é tempo de referência à secção *Caminhos para o Futuro*, coordenada pelo nosso sócio Luís Sequeira. A primeira colaboração, assinada pela presidente do Conselho das Finanças Públicas, Nazaré Costa Cabral, é ao mesmo tempo um testemunho do trabalho realizado, mas também a prova do funcionamento democrático da nossa sociedade, que só em democracia se caracteriza pela complexidade da administração do Estado. Nas palavras da autora, "O Conselho das Finanças Públicas tem procurado explicar que, em finanças públicas, as opções de política são feitas num quadro de recursos limitados, financiados a partir do esforço de todos e de cada um dos cidadãos". É com certeza o que todos temos de compreender.

Segue-se, na mesma rubrica, o habitual texto do nosso colaborador João Ferreira do Amaral, sob um título de alerta: *Um inverno que ainda não passou*. No seu texto sintético, mas denso, vamos da ideia de que "os tempos actuais e provavelmente o seu prolongamento pelas próximas décadas serão caracterizados pela incerteza e pela instabilidade" até à ideia de que na zona do euro é necessário devolver "mais poderes aos estados que a compõem", centrando-se a política na concertação entre esses estados "para que nas próximas décadas possamos lidar eficazmente com a instabilidade e com as crises que dela decorrerão".

Sermos porta-vozes destes alertas é para nós um privilégio. Obrigado a todos os que para isso contribuem.

Mais uma vez, o nosso sócio e coordenador Carlos Branco, na sua rubrica *Janelas sobre o mundo* nos envolve num problema de grande atualidade, com o título "Para que serve mais uma revolução colorida na Geórgia?". O Mundo atual necessita de olhares abrangentes, que escrutinem as razões e os alicerces em que assentam os acontecimentos que tão dramaticamente nos preocupam. O nosso apreço fica aqui registado.

CONTINUAMOS A DESTACAR, NA SECÇÃO ABRIL E OS JOVENS, A COLABORAÇÃO DOS ALUNOS DA ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO IPL, TRAZIDOS PELAS COORDENADORAS MARIA INÁCIA REZOLA E FÁTIMA LOPES CARDOSO

Vem a seguir o nosso poeta e sócio José Fanha que mais uma vez evoca o bairro de Alcântara, onde viveu e sobre o qual se detém nestas *História do tempo da outra senhora*, a propósito da lembrança que tem da sua avó Bertha. Alcântara era "um bairro de muitas oficinas e grandes fábricas", na época em que Salazar obrigou todos os habitantes das cidades a andarem calçados, sem que tivessem recursos para isso. Nesta lembrança faz-se acompanhar pelo poeta transmontano António Cabral, com *Antologia dos poemas durienses*, porque "poucos, muito poucos foram os poetas que se mantiveram alheios aos anos de ferro e manha da ditadura salazarista". O nosso sincero reconhecimento.

Chegamos à colaboração de Álvaro Seiça, na rubrica *Um mundo novo*, coordenada pelo nosso sócio Armando Pires. O autor completa, nesta segunda parte, a sua abordagem à história da censura sobre a literatura, enumerando e

sintetizando os 25 livros escolhidos para a coleção que se encontra em publicação, de entre as centenas que a censura do Estado Novo impediu ou limitou na sua edição ou cuja circulação proibiu. É uma amostra notável, que nos coloca no centro dos instrumentos da polícia do espírito do regime derrubado em 25 de Abril de 1974. O nosso sincero reconhecimento pela investigação que expôs uma das facetas mais sombrias do fascismo, que alguns sustentam nunca ter existido.

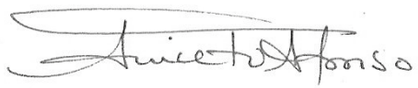
É agora a vez de falarmos de *Histórias e memórias*, onde completamos o trabalho do historiador e nosso sócio Reto Monico sobre a correspondência dos representantes diplomáticos suíços no Portugal da revolução, o que nos leva até ao 25 de Novembro de 1975. Ficamos a saber o que o embaixador suíço pensava do papel do MFA depois destes acontecimentos: "Já não terá a primeira palavra, nomeadamente depois das próximas eleições, mas continuará a desempenhar o seu papel como elemento de ordem e disciplina". Muito obrigado pela dimensão do trabalho que *O Referencial* teve o gosto de publicar ao longo dos últimos números. Podemos dizer que se trata de uma história exemplar.

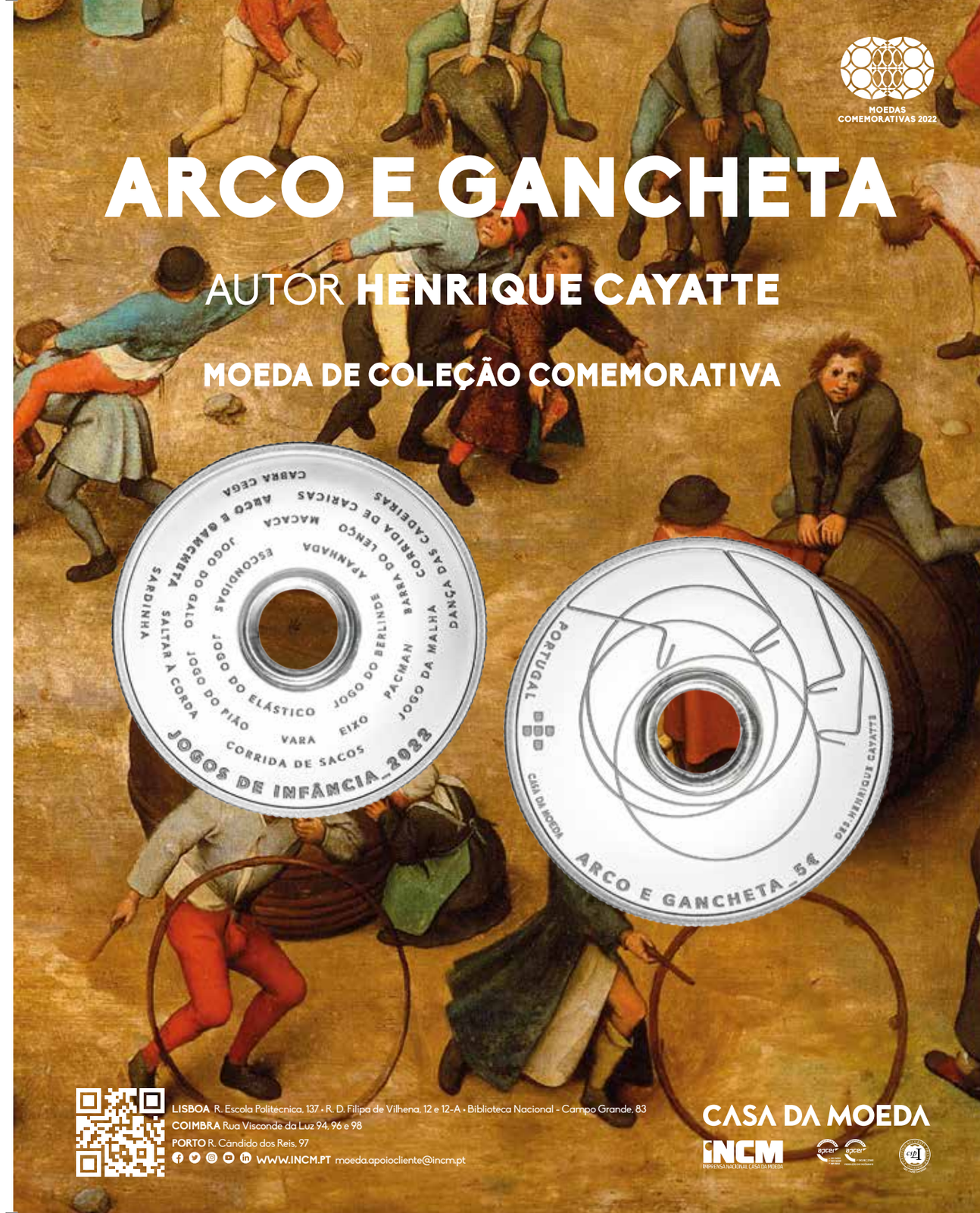
Relembramos, já na parte final da nossa revista, aqueles que nos deixaram recentemente, prestando-lhes a homenagem que lhes devemos e que eles merecem: os nossos sócios Rui Nabeiro e Ribeiro Cardoso, dois notáveis defensores dos valores de Abril, aqui lembrados pelos seus amigos Vasco Lourenço e Eugénio Alves, em palavras que resumem o nosso sentimento de gratidão para com os homenageados.

Igualmente damos destaque à cerimónia de condecoração de alguns militares de Abril, realçando o orgulho que todos sentimos pelo reconhecimento do seu empenho e da sua coragem quando Portugal deles precisou.

No Boletim da A25A estão as notícias dos eventos em que a nossa Associação esteve empenhada, desde o lançamento de livros até à apresentação d' *O Referencial* 147 em cerimónia de grande significado, com a presença de muitos sócios e colaboradores que quiseram acompanhar-nos.

Fazemos votos para que este número d'*O Referencial*, na multiplicidade das abordagens que faz da realidade, seja um traço de união entre os nossos associados. O desafio é de que sejam também nossos colaboradores.





Direitos reservados

A inauguração de um centro interpretativo do 25 de Abril vai ser um dos pontos altos das comemorações dos 50 anos da Revolução dos Cravos. Na foto, Maria Manuela Cruzeiro no Centro de Documentação 25 de Abril, em Coimbra

CENTRO INTERPRETATIVO DA REVOLUÇÃO VAI NASCER EM LISBOA

A Associação 25 de Abril, assumindo-se como a representante da maioria dos que há 50 anos tudo arriscaram e tudo alcançaram, na continuação da sua acção nos 40 anos da sua existência, empenhar-se-á totalmente na organização dos actos comemorativos que considere desejáveis e possíveis. De destacar a criação de um Centro Interpretativo do 25 de Abril, no Terreiro do Paço

VASCO LOURENÇO*

Com o aproximar dos 50 anos do dia em que concretizámos a morte de um regime repressivo e abrimos as portas a uma nova alvorada cheia de esperanças, muito se tem discutido quanto à melhor forma de evocar e comemorar essa data "onde emergimos da noite e do silêncio".

Não irei repetir o que já por várias vezes afirmei e que, ainda no anterior número de *O Referencial*, o seu diretor, Capitão de Abril Aniceto Afonso nos recordou. Acentuarei apenas a nossa vontade em contribuir para que Abril continue a ser Futuro. Para que as novas gerações prossigam na consolidação dos valores de Abril, construindo uma sociedade Livre, Democrática, Justa, Solidária e em Paz. Objectivo só possível se conseguirmos passar-lhes a mensagem das razões da acção que há 50 anos nos fizeram avançar para uma epopeia coletiva que se transformaria na mais bela aventura que alguém pode ambicionar viver. Nós tivemos essa felicidade, tivemos essa sorte, temos o dever de passar o testemunho dos porquês e de como foi possível alcançar os objetivos almejados.

A Associação 25 de Abril, assumindo-se como a representante da maioria dos que há 50 anos tudo arriscaram e tudo alcançaram, na continuação da sua acção nos 40 anos da sua existência, empenhar-se-á totalmente na organização dos actos comemorativos que considere desejáveis e possíveis, para que as novas gerações adquiram o conhecimento que os leve a compreender que a Liberdade, mesmo quando parece consolidada, não é garantida, que há sempre quem esteja disposto a usurpá-la, pelo que, sendo a Liberdade essencial para atingir a Felicidade, objetivo primeiro do ser humano, é imperativo lutar-se por ela, para o que é também essencial ter Coragem para o fazer. É esse o objetivo principal que nos norteia, quando propomos e discutimos os actos comemorativos que consideramos desejáveis.

MÉRITO DOS CAPITÃES

Temos presente que o maior mérito dos Capitães de Abril terá sido o de saberem aproveitar as condições criadas pela luta de muitas e muitos portugueses que durante os longos 48 anos de fascismo resistiram à violência e à opressão.

Mas, como não aceitamos alterações à história e exigimos que ninguém apague a memória, não deixaremos que, por mais que alguns académicos ditos historiadores o tentem, se esqueça que quem "pôs as mãos na massa", quem assumiu a ruptura vitoriosa foram os Capitães de Abril, congregados no Movimento das Forças Armadas.
Vaidade? Sobranceria? Nada disso, apenas o assumir da honra que a qualidade de Capitães de Abril nos confere.
Foi essa a razão por que não aceitámos que as comemorações oficiais dos 50 anos do 25 de abril começassem com a evocação "das lutas estudantis", através da comemoração dos 60 anos da "crise académica" de 1962, "forçando" a que esse início fosse feito com uma homenagem aos Capitães de Abril. E, em boa hora o fizemos. Como em boa hora o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, decidiu promover uma sessão de atribuição da Ordem da Liberdade a Capitães de Abril que tiveram acção relevante no processo conspirativo que nos levou à operação *Viragem Histórica* e/ou que nesta tiveram participação igualmente relevante.
Como resultado, as comemorações tiveram início no dia 23 de Março de 2022 (data em que os dias de liberdade atingiram o número dos dias de ditadura) e a evocação das lutas estudantis teve lugar no dia seguinte, 24 de Março de 2022 (data em que se ultrapassaram, em liberdade, os dias de ditadura).
Como temos feito em todos os aniversários do 25 de Abril, os Capitães de Abril (há 40 anos através da sua A25A) irão comemorar os 50 anos, esse dia que, mais que todos, sentem como seu. Muito naturalmente, por que a data é "redonda", consideramos pertinente e justificável promover alguns actos menos rotineiros.
Assim, para além de aceitarmos participar activamente nas comemorações oficiais, procuraremos promover alguns eventos próprios, seja da nossa inteira responsabilidade, seja, como já acontece nalgumas iniciativas, da responsabilidade conjunta da A25A e de outras entidades que connosco aceitam colaborar ou que nos convidam para tal.
Assim nos não falte a capacidade, pelo que aqui fica o apelo a todas e a todos, no sentido de apoiarem as nossas iniciativas e se disponibilizarem para nelas participar, em especial nas seguintes já previstas:

COMEMORAÇÕES TIVERAM INÍCIO NO DIA 23 DE MARÇO DE 2022, DATA EM QUE OS DIAS DE LIBERDADE ATINGIRAM O NÚMERO DE DIAS DE DITADURA

- Publicação de livros (fotos, mensagens anuais da A25A, medalhas, cartazes/autocolantes, murais, etc.).
- Publicação de um número especial de *O Referencial*.
- Organização de exposições itinerantes, a ceder a diversas entidades (escolas, autarquias, associações, etc.)
- Reforço do apoio a algumas iniciativas, nomeadamente à Corrida da Liberdade e às Festas Jovens (Almada e Linha).
- Organização de debates.
- Melhoramento dos sites da A25A.

Como membro da Comissão Nacional das Comemorações (em representação da A25A), a quem compete a aprovação do respectivo programa, a executar pela Estrutura de Missão/Comissão Executiva (com quem a A25A se disponibilizou a colaborar estreitamente) apresentei várias propostas, algumas das quais já aprovadas:

- Criação de um Centro Interpretativo do 25 de Abril.
  Projecto já em marcha, com Henrique Cayatte como coordenador da sua criação e execução, estando já definido o local da sua instalação: Terreiro do Paço, no edifício onde se encontra presentemente o Ministério da Administração Interna.
- Concretização do projecto de autonomização do Monumento Nacional Posto de Comando do MFA, na Pontinha, separando-o do quartel, hoje ocupado pela GNR.
- Apoio à série documental *A Conspiração* da autoria do realizador António-Pedro Vasconcelos.
- Desfile/Parada militar, ficando claro que as Forças Armadas assumem por inteiro o 25 de Abril.
- Abertura dos quartéis, para convívio de militares com a população civil.
- Criação da Medalha Militar, de participação na *Operação Viragem Histórica*.
- Emissão, pela Casa da Moeda, de duas moedas comemorativas.
- Grande espetáculo musical, a organizar pela RTP.
- Encontro de jovens em Lisboa, vindos de todo o país e das comunidades no estrangeiro, para comemorar a Liberdade.

TODOS TEMOS A NOÇÃO DE QUE A SITUAÇÃO QUE VIVEMOS É ALGO PREOCUPANTE, EM ESPECIAL NO QUE SE REFERE AOS VALORES DE ABRIL

Tendo começado em 23 de Março de 2022, as comemorações oficiais terminarão no final de 2026, quando se comemorarem os 50 anos de todas as primeiras eleições, ou seja, aprovação da Constituição da República em 2 de Abril, e realização de eleições para a Assembleia da República, o Presidente da República, as Regiões Autónomas e as Autarquias Locais.

Direitos reservados

Comemoramos para que as novas gerações prossigam na consolidação dos valores de Abril, construindo uma sociedade Livre, Democrática, Justa, Solidária e em Paz

Cada um dos anos, independentemente do desenvolvimento de outras iniciativas, assentará num tema prioritário: 2023 e 2024, será o Movimento dos Capitães/MFA e a Descolonização/Independências; 2025, a Democratização; 2026, o Desenvolvimento.

COLABORAÇÃO ACTIVA

Colaborando em todas as actividades das comemorações oficiais, a A25A participará activamente em algumas das iniciativas concretas, onde se destacam as evocações das principais reuniões conspirativas (9 de Setembro de 1973, 1 de Dezembro de 1973, 5 de Março de 1974), a evocação do Congresso de Aveiro de 1973 e uma grande exposição sobre o Movimento dos Capitães/MFA e as Forças Armadas.

Saliente-se ainda que as comemorações oficiais darão especial atenção à edição de livros, com a colecção *O 25 de Abril Visto de Fora*; à realização de exposições e debates, onde o mundo académico poderá aprofundar os seus estudos; apoio ao audiovisual; apoio à formação nas escolas. Tudo isto em conjugação com o suporte que a Estrutura de Missão dará a inúmeras iniciativas das mais diversas entidades, que a ela recorrem para obter apoios (as propostas, que não param de aumentar, ultrapassam já as duas centenas).

Com tudo isto, a A25A se congratula, pois nos mantemos fiéis a um lema que há muito professamos: se o objectivo é positivo, pouco interessa quem o executa. É preciso é que se faça! Por nós, não procuramos louros mas sim a realização de tais iniciativas.

Todos temos a noção, e eu não fujo à regra, de que a situação que vivemos é algo preocupante, em especial no que se refere aos valores de Abril. Para além do contexto internacional, onde a guerra na Ucrânia ocupa o lugar fundamental, dada a sua natureza, a sua possível evolução e o posicionamento de Portugal, enquanto integrante da UE e da NATO, a situação interna não é nada tranquila e as nuvens no horizonte teimam em não desaparecer e em tornar-se cada vez mais escuras. Muitos de nós questionam-se mesmo sobre: "Que 25 de Abril vamos comemorar?".

Porém, termino com uma afirmação segura: estou convicto de que a grande maioria de nós continua a considerar que "valeu a pena"! Como estou convicto de que a mesma maioria continua na luta pela manutenção da Liberdade e dos demais valores de Abril.

Mas também estamos conscientes de que, pela lei da vida, não seremos capazes de, sozinhos, evitar que os inimigos de Abril consigam destruí-lo. Isso caberá aos mais jovens. Por nós, têm garantido o nosso apoio e o nosso empenho na luta, tanto quanto a nossa idade de seniores nos permita.

É esse o nosso sentimento, é essa a nossa determinação, quando, ao comemorar Abril, queremos, acima de tudo, colaborar para que os mais jovens tomem conhecimento do País dos seus bisavós, avós e pais e das razões que legitimaram a acção que desencadeámos há 50 anos.

Confiante em que os valores de Abril se manterão e consolidarão, vencendo os seus inimigos que nunca deixaram – logo no dia 26 de Abril de 1974 – de lutar para recuperar os ilegítimos privilégios de que se viram despojados com a derrota da ditadura e a vitória da Liberdade, da Paz e da Democracia, tentaremos que as comemorações, para além de momentos de reconhecimento, sejam momentos de luta; momentos de aplauso, mas também de inquietude; momentos de festa, mas também de afirmação de confiança no futuro.

Que estes actos comemorativos sirvam para reafirmar os valores da Liberdade, da Paz, da Democracia, da Justiça e da Solidariedade, mas sirvam igualmente para vencer o descrédito que se vai apoderando da população, no que às instituições democráticas se refere. E isso só será possível se a actividade cívica responsável dos cidadãos voltar a ser amplamente assumida e praticada. É essa a nossa vontade, a nossa determinação e a nossa esperança, quando pensamos na evocação do meio século da Madrugada Libertadora.

Por tudo isso, por mais que se goste de "folclore e foguetório", temos de garantir que nestas comemorações também estamos a reafirmar a nossa inquebrantável vontade de cumprir Abril, de defender os seus valores, não só no passado, mas também no presente e acima de tudo, no futuro.

SITUAÇÃO INTERNA NÃO É NADA TRANQUILA E AS NUVENS NO HORIZONTE TEIMAM EM NÃO DESAPARECER E EM TORNAR-SE CADA VEZ MAIS ESCURAS

* Presidente da Direcção da Associação 25 de Abril

PERSONALIDADES DA REVOLUÇÃO

A primeira publicação desta nova rúbrica de *O Referencial* é dedicada a dois insignes militares, Pedro Júlio Pezarat Correia e José Cardoso Fontão

RODRIGO DE SOUSA E CASTRO*

A partir deste número de *O Referencial*, iremos manter uma secção intitulada *Figuras de Abril*. Evocaremos, em cada publicação, um ou dois cidadãos militares ou civis cuja acção ao longo da vida - particularmente na sua relação com os acontecimentos ligados à Revolução do 25 de Abril e à consolidação da Liberdade e instauração da Democracia - se tenha destacado como exemplo para as gerações futuras. Estabelecemos como critério evocar aqueles que já completaram 90 anos ou outros que venham a fazê-lo ou disso se aproximem até ao 50.º aniversário da Revolução.

Neste número, iremos lembrar as figuras de dois insignes militares, José Cardoso Fontão e Pedro Júlio Pezarat Correia, tendo ambos nascido em 1932 e integrado em Angola, já com a patente de major, o Movimento dos Capitães. São dois cidadãos inquietos e curiosos que, após passarem à reserva e depois na sua situação de reformados, procuraram uma valorização e intervenção cívica notáveis. Dedicamos-lhe uma imensa gratidão.

* Capitão de Abril, sócio da A25A

Direitos reservados

JOSÉ CARDOSO FONTÃO
UM EMPENHADO E DISCRETO COMANDANTE

José Cardoso Fontão é um dos elementos que se destacou na madrugada da Revolução e cujo pensamento político há muito conjecturava a mudança de regime. Teve mais de 20 anos de presença no Ultramar, destacando-se pelas suas qualidades militares, éticas e humanas. Quando passou à reserva licenciou-se em Antropologia e foi condecorado, por Jorge Sampaio, com a Ordem da Liberdade

RODRIGO DE SOUSA E CASTRO*

"O Homem é do tamanho do seu sonho"
Fernando Pessoa

CARDOSO FONTÃO, UM CONHECEDOR DO ULTRAMAR

Cardoso Fontão tem uma presença no Ultramar de mais de 20 anos. Poucos militares tiveram tal vivência e conhecimento destes territórios. Os seus primeiros contactos com Angola e Moçambique deram-se, com apenas 14 anos, no seu regresso de Macau, por causa do encerramento do canal de Suez, consequência da II Guerra Mundial.

Na primeira comissão em Angola, ainda antes do início da guerra colonial, tomou conhecimento e consciência da realidade naquelas paragens de como o poder ditatorial de Lisboa impunha ali medidas político-administrativas que condicionavam toda a vida económica, social e política naqueles territórios.

Em 1973, na sua quarta comissão cumprida em Angola, chegaram-lhe rumores do movimento conspirativo dos capitães. Tomou então a iniciativa de contactar directamente alguns oficiais do Movimento, participando logo numa primeira reunião, onde se apresentou acompanhado do seu comandante, tenente-coronel Machado (foi provavelmente o primeiro graduado neste posto a participar em reuniões conspirativas do Movimento dos Capitães, em Angola).

Todavia, Fontão saiu decepcionado da reunião, porque os capitães pareciam estar ainda numa fase apenas reivindicativa; ele conjecturava já um projecto mais ambicioso, a mudança de regime político. Por isso, elaborou um documento, que apresentará aos outros camaradas do Movimento, no qual preconizava que a luta devia conduzir-se no sentido de legitimar um processo político conducente à democracia.

O BATALHÃO DE CAÇADORES 5: PONTO DE ENCONTRO DOS "FONTÃO"

Em 1926, o sargento Fontão, pai do major Fontão, integrou as tropas de Gomes da Costa que marcharam triunfalmente em direcção a Lisboa, onde tomaram o poder. Foi o "28 de

Maio". Na capital, o sargento foi colocado na guarnição do Batalhão de Caçadores 5.
Foi com esta memória que, regressado de Luanda, o major Fontão acabou colocado na guarnição do BC5, por altura do golpe das Caldas, em 16 de Março de 1974.
Depois deste golpe falhado, Otelo Saraiva de Carvalho contactou Cardoso Fontão para saber se ele estaria disposto a sublevar o BC5, colocando este quartel no momento próprio às ordens do Movimento. A resposta foi convictamente afirmativa, até porque correspondia à maturidade do seu pensamento político e era a concretização dos seus anseios de longa data. Dado que estaria muito próxima a data do golpe militar, ele tomou imediatamente as providências necessárias, no sentido de preparar o batalhão para a acção revolucionária do 25 de Abril. Para esse efeito, contou com a colaboração dos capitães Camilo, Antero e Bicho Beatriz e do tenente Mascarenhas, cujo depoimento no fim se transcreve, revelador das qualidades humanas e militares do major Fontão.

UM CONVICTO E ILUSTRADO COMANDANTE

"CANADÁ foi ocupado sem incidentes", informou eufórico, o major Fontão, o Posto de Comando (PC), pelas 4h da madrugada
Otelo, no Posto de Comando, comunica a outros revoltosos: **"CANADÁ nas nossas mãos às 4 da manhã"**

CANADÁ foi o nome de código escolhido por Otelo, na ordem de operações do 25 de Abril, para o Quartel-General da Região Militar de Lisboa. O major José Cardoso Fontão recebeu, no Batalhão de Caçadores 5 (BC5), a directiva enviada pelo comandante militar das operações, major Otelo Saraiva de Carvalho, na manhã de 24 de Abril, pela mão do oficial estafeta, capitão Santa Clara Gomes, com um atraso de cerca de 12 horas em relação ao previsto. Mas nada o atrapalhou ou dissuadiu na organização da missão que lhe foi confiada. Planificar, comandar, organizar eram funções com que estava bem familiarizado e estava convictamente convencido da justeza da sua participação na revolução.
Depois de ter aguardado a saída do 2.º comandante do quartel (o comandante estava de férias, muito a propósito), que naquele dia parecia renitente em deixar as instalações, como se adivinhasse que algo de inabitual iria acontecer, o major Cardoso Fontão ficou livre para dar início à organização da missão cometida ao BC5: estabelecimento de um perímetro de segurança na zona do Rádio Clube Português (México, nome de código) para garantia da tomada daquela rádio e consequente difusão dos comunicados do Comando de Operações do MFA; tomada do Quartel-General do Governo Militar de Lisboa (Canadá, nome de código), situado em S. Sebastião da Pedreira, essencial para impedir que ordens daquela instituição impedissem ou dificultassem o prosseguimento das operações militares programadas; e proteção da casa do general Spínola (objectivo definido já durante o desenrolar das operações).
Pôs mãos à obra e tudo ficou a postos por volta das 22h55!

"Ouviu-se, nos Emissores Associados de Lisboa, a voz de João Paulo Dinis: "Faltam 5 minutos para as 23h00. Convosco Paulo de Carvalho, com o Eurofestival 74: E depois do adeus".

Às 23h00, o major Fontão reuniu na sala de oficiais do BC5 algumas dezenas de oficiais presentes, informando e esclarecendo, particularmente os milicianos, das operações em curso e dos objectivos do Movimento das Forças Armadas/MFA. Convidou todos a manifestarem a sua opinião, não tendo sido expressa qualquer oposição ao que estava a desenrolar-se. Meia hora mais tarde convocou os sargentos da Unidade e expôs-lhes a missão do BC5 no âmbito das operações de derrube da ditadura. Alguns questionaram se era outro "16 de Março", mas acabaram por aderir todos.
Enquanto decorria este esclarecimento, e como em todos os quartéis sublevados, a atenção concentrou-se no programa "Limite" da Rádio Renascença, onde soou a voz de Leite de Vasconcelos a dizer a primeira estrofe da canção *Grândola Vila Morena*, seguida da clara e saudosa voz de Zeca Afonso, entoando a famosa canção, pelas 00h25.
Chegou muito a propósito esta senha, dirá Fontão mais tarde, por ter confirmado as informações que estava a transmitir.
À uma hora da manhã do dia 25 de Abril, o major Fontão mandou fechar os portões do BC5 e controlar a central e telefones directos dos gabinetes do quartel.
Pelas duas horas ordenou que os soldados fossem acordados e fizessem a respectiva forma-

UMA HISTÓRICA VIDA

Em 25 de Abril de 1932, nasceu em Vieira do Minho, o José Cardoso Fontão, agora com 90 anos. Aos cinco anos, ele e a família acompanharam o pai, sargento do exército, numa comissão de dois anos em Macau, tendo ficado ali retidos mais oito anos em virtude da II Guerra Mundial.
Frequentou em Braga e em Lisboa o ensino liceal/secundário, após o que ingressou na Academia Militar.
Regressou ao Norte do país como aspirante a oficial, tendo sido colocado em Viana do Castelo. Prosseguiu o serviço militar em Angola (Nova Lisboa e Bailundo) durante quatro anos.
Regressado à Metrópole, foi colocado nas Caldas da Rainha e posteriormente em Mafra, onde frequentou o curso de capitão.
Sequentemente cumpriu mais quatro comissões de serviço em África (duas em Angola, uma na Guiné e uma em Moçambique). A quarta comissão, em Angola, proporcionou-lhe os primeiros contactos com os conspiradores do Movimento dos Capitães.
Em 1974, participou activamente no movimento militar, comandando as tropas sublevadas do Batalhão de Caçadores 5 (BC5).
Após o 25 de Abril, voltou a Angola, na qualidade de Governador de Cabinda.
Em 1982/83 comandou o Regimento de Infantaria de Ponta Delgada.
Após passar à reserva, licenciou-se em Antropologia na Universidade de Lisboa.
No 44.º aniversário do 25 de Abril foi homenageado em Vieira do Minho, tendo recebido a Medalha de Honra do Município, onde tem uma rua com o seu nome "Coronel José Cardoso Fontão".
A biblioteca da terra é depositária de parte da sua vasta biblioteca pessoal.
Foi condecorado com a Ordem da Liberdade pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, em 2006.

ção de maneira discreta, evitando ruídos que despertassem a atenção dos elementos da GNR de serviço na vizinha Penitenciária.
Pelas três horas, uma companhia, sob o comando do capitão Bicho Beatriz, dirigiu-se ao Quartel-General da Região Militar de Lisboa, em S. Sebastião da Pedreira; outra, à Rua Sampaio e Pina, sob o comando do tenente Mascarenhas, descendo a rua Castilho, para isolar e defender a zona onde se situava o Rádio Clube Português (RCP). Os oficiais destacados para tomar e manter a operação desta rádio (o *Grupo 10)*, aguardaram a chegada das tropas do BC5. Quando estas chegaram ao local, foi estabelecido contacto através de senha e contra-senha *"Coragem!"* e *"Pela vitória!"*, emoção ao rubro neste encontro de camaradas unidos no mesmo propósito, após o que os oficiais do grupo 10 ficaram aptos para poderem forçar a entrada no emissor e cumprirem a sua missão, o que aconteceu pelas 03h12.
Óscar (nome de código de Otelo), no Posto de Comando do MFA, recebe de imediato a comunicação do êxito da tomada do Rádio Clube Português!
Sensivelmente por essa hora, a outra companhia do BC5 cerca o Quartel-General da Região Militar de Lisboa. O oficial de dia do quartel é avisado do posicionamento daquelas tropas e é intimado a abrir os portões. Telefonemas, agitação, burburinho... da parte dos sitiados. Os sitiantes não pretendem usar a força, antes dialogando com os militares aquartelados. Entretanto, Cardoso Fontão que se tinha deslocado da área do Rádio Clube Português para a posição das suas forças que cercavam o Quartel-General, dá agora ordem ao capitão Bicho Beatriz para dirigir um ultimato aos sitiados. Perante a iminência da utilização da força pelos revoltosos, os militares cercados abriram os portões, tendo-se consumado a tomada deste objectivo fulcral no quadro das operações em curso. O Posto de Comando recebeu dele próprio a comunicação "CANADÁ ocupado sem incidentes!"
Tomado este objectivo, ordenou a deslocação de um pelotão para a residência do general Spínola, em cumprimento das ordens do Posto de Comando.
O resumo das missões que estiveram a cargo do major Fontão na madrugada de 25 de Abril e o seu desempenho como primeiro responsável são uma grata lembrança do seu decisivo papel no triunfo do movimento e na conquista da Liberdade nesse grande dia da nossa História.

O MAJOR CONVIDOU TODOS A MANIFESTAREM A SUA OPINIÃO, NÃO TENDO SIDO EXPRESSA QUALQUER OPOSIÇÃO AO QUE ESTAVA A DESENROLAR-SE

DEPOIMENTO DO TENENTE MASCARENHAS

O tenente Francisco Mascarenhas permaneceu com a sua companhia na missão de defesa da área do Rádio Clube Português e aceitou juntar a esta evocação da figura do capitão de Abril, José Cardoso Fontão, o seu depoimento:

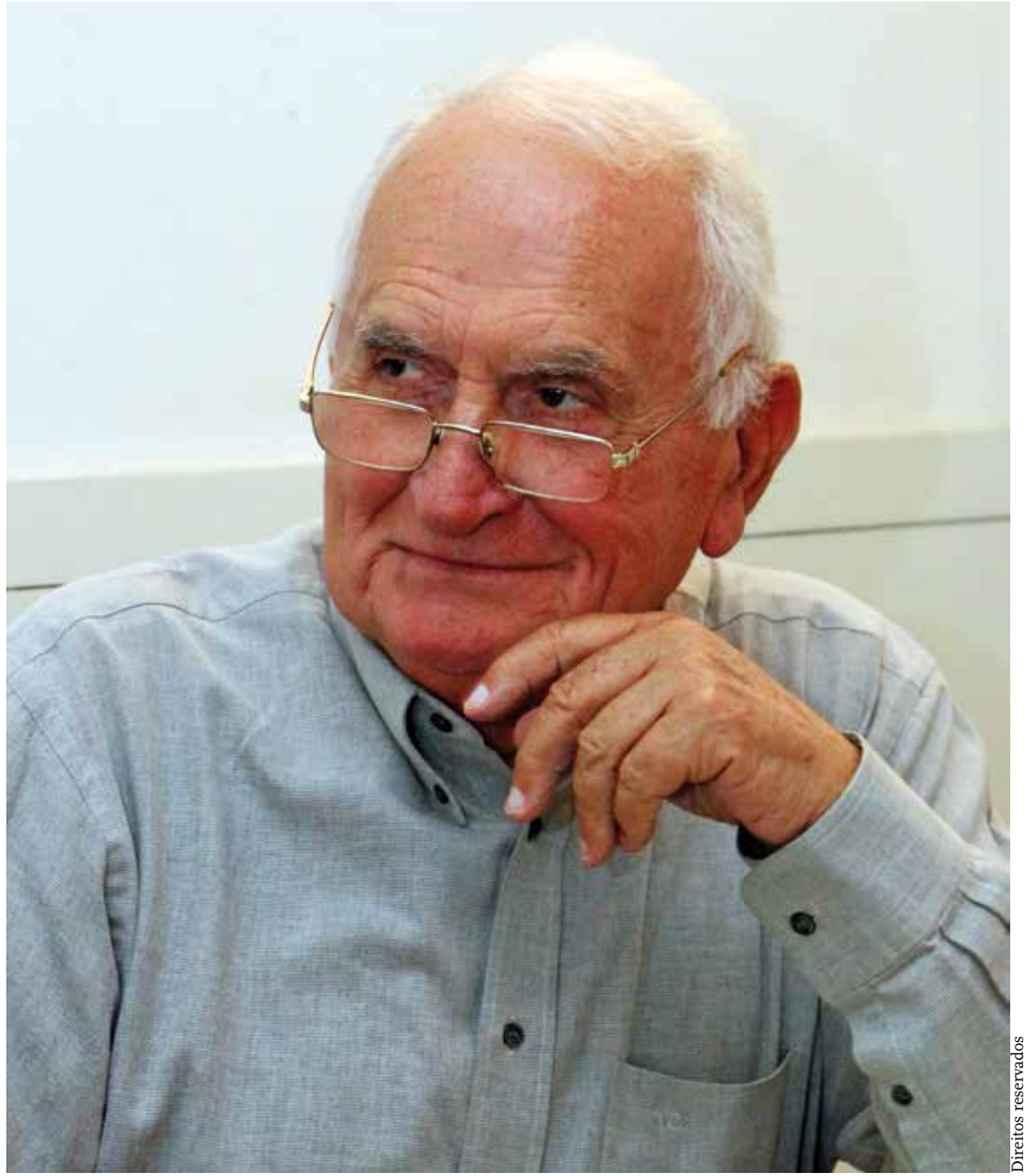
Falar sobre a personalidade do coronel José Cardoso Fontão é sempre uma tarefa gratificante e enriquecedora. Senhor de uma personalidade forte, culto, homem de convicções, determinado e com um apuradíssimo sentido de justiça possui, ao mesmo tempo, uma simpatia sem limites, com uma conversa suave, onde jamais levanta a voz, ainda que o assunto seja empolgante.
Aqueles que com ele privaram na época do 25 de Abril, no Batalhão de Caçadores 5, em Campolide, nunca mais se esqueceram desse militar cuja intervenção na revolução foi de uma enorme importância, festejando com ele esse dia que, curiosamente, é também o do seu aniversário.
Com efeito, no dia 24 de Abril de 1974 o coronel Fontão, então major, deu indicação a todos os oficiais que com ele colaboraram nessa aventura que, se as coisas corressem mal, dissessem que não tinham qualquer noção do que se estava a passar e que apenas cumpriam as ordens que dele haviam recebido. Também aproveitando o facto de o seu aniversário ser no dia seguinte e, caso alguém comentasse a presença de muitos oficiais à noite na unidade, pediu que alegassem que essa presença se devia à preparação de uma pequena comemoração do seu aniversário.
A sua vida pautou-se sempre por princípios de ética, de que nunca prescindia, chegando ao ponto de no dia 25 de Abril ter oferecido o comando das tropas ao 2.º comandante da unidade, seu superior hierárquico e assumido apoiante do governo de então, se ele lhe garantisse a adesão ao movimento revoltoso.
Outro exemplo, igualmente revelador da sua personalidade invulgar, foi o de, sabendo que o comandante da unidade era um homem já com avançada idade, mas por quem todos nutriam uma saudável admiração, que dificilmente poderia aderir ao movimento revoltoso, o ter aconselhado a gozar férias, de forma que estivesse ausente do quartel no período da revolução. E assim aconteceu.
Da mesma forma lutou sempre pelo reconhecimento efetivo da importância da participação do BC5 nos acontecimentos desse dia, tendo sido a primeira unidade a tomar posições no terreno, quer na ocupação e segurança do Rádio Clube Português, determinante e imprescindível para a leitura dos comunicados do MFA, quer no domínio do Quartel General da Região Militar de Lisboa, em São Sebastião da Pedreira e do Quartel-Mestre General nas imediações do Rádio Clube.
Essa luta acabou por culminar na cerimónia do seu agraciamento com a Ordem da Liberdade, bem como dos dois oficiais que comandaram as companhias que tiveram essas ações sob a sua responsabilidade, em 30 de Janeiro de 2006, pela mão do então presidente da República, Jorge Sampaio.

O MAJOR E A SUA **CIRCUNSTÂNCIA**

Pedro Pezarat Correia foi uma das individualidades que mais se destacaram na construção de Abril. Com um percurso militar e académico invejável, fez seis comissões numa guerra da qual discordava, nunca desistindo da luta contra a ditadura. Coordenou o MFA em Angola, passou pela Reforma Agrária e foi comentador na imprensa, sem nunca abdicar da sua independência, ética e seriedade intelectual.

MARIA MANUELA CRUZEIRO*

PEZARAT OU PEZERAT? A troca do nome, logo à nascença, era prenúncio de que algo o havia de singularizar. Na verdade o seu nome verdadeiro seria *Pezerat*, de *Pierre Joseph Pezerat*, seu ilustre bisavô materno, cidadão do mundo que, após um notável percurso de engenheiro/arquitecto por França, Brasil e Argélia, acaba por se fixar em Lisboa, em cuja Câmara Municipal deixou obra de assinalável importância. Em vão o jovem Pedro lutou contra o "pecado original" do escriba que, na hora do registo do 5º filho de António Joaquim Correia, militar preso e deportado pela participação na revolta de 3 de Fevereiro de 1927, em vez *Pezerat,* como eram os quatro primeiros, escreveu *Pezarat*. Depois de algumas tentativas para



Direitos reservados

corrigir os vários documentos pessoais que repetiam e consagravam o "erro", concluiu pela sua impossibilidade. E hoje, a esta distância, acredito que sinta até uma ponta de orgulho neste primeiro sinal (in)voluntário de um percurso de rebeldia que, sendo um acaso da vida, se torna progressivamente mais firme e mais sério, a partir do exemplo determinante do pai, assim recordado na dedicatória que lhe deixa na obra *Questionar Abril:* "a meu pai, António Joaquim Correia, capitão de Abril *avant la lettre*, que a morte impediu de ver o 25 de Abril". De muitas vozes se faz a nossa voz, de muitos gestos os nossos gestos, de muitos sonhos os nossos sonhos. E os de Pedro Pezarat Correia terão certamente as mais fundas raízes na memória emocionada da prisão do pai. Dirá a propósito: aqui começou o meu 25 de Abril.

O REBELDE COMPETENTE

Penso pois que, embora lhe assente bem uma nota de rebeldia, até no nome, ela obriga a uma explicitação que é afinal a resposta à pergunta essencial: como pode ser rebelde alguém com o perfil militar de Pezarat? Alguém com um percurso invejável numa instituição formatada por valores como a ordem e a disciplina e que deles faz mais do que um código de comportamento, uma segunda natureza? Alguém que nunca abandonou as Formas Armadas (FA) e que ao seu serviço cumpriu seis comissões, quatro delas em plena guerra colonial? José Manuel Pureza encontrou a fórmula, chamando-lhe com total propriedade *o rebelde competente*. "Um rebelde competente, porque demonstrou sempre uma sólida formação cívica, ética e cultural; e que tudo fez para que a sua rebeldia fosse credível." A sua vida, a sua longa e fantástica vida, mais não é do que a sábia aprendizagem e aplicação prática dessa rebeldia competente. Ele próprio a explica, na longa entrevista que me confiou, donde surgiu a obra *Pezarat Correia: Do lado Certo da História*: "eu pensava que era importante que os militares democratas se afirmassem pela competência. Isto é: para que os militares pudessem vir a desempenhar esse papel no derrube do regime, era preciso que tivessem credibilidade como militares. (...) Eu queria afirmar-me como militar capaz, para que, no momento oportuno, o que eu fizesse não fosse por cobardia, nem por incompetência, nem por outros anátemas" .

UM *REBELDE COMPETENTE*, PORQUE DEMONSTROU SEMPRE UMA SÓLIDA FORMAÇÃO CÍVICA, ÉTICA E CULTURAL

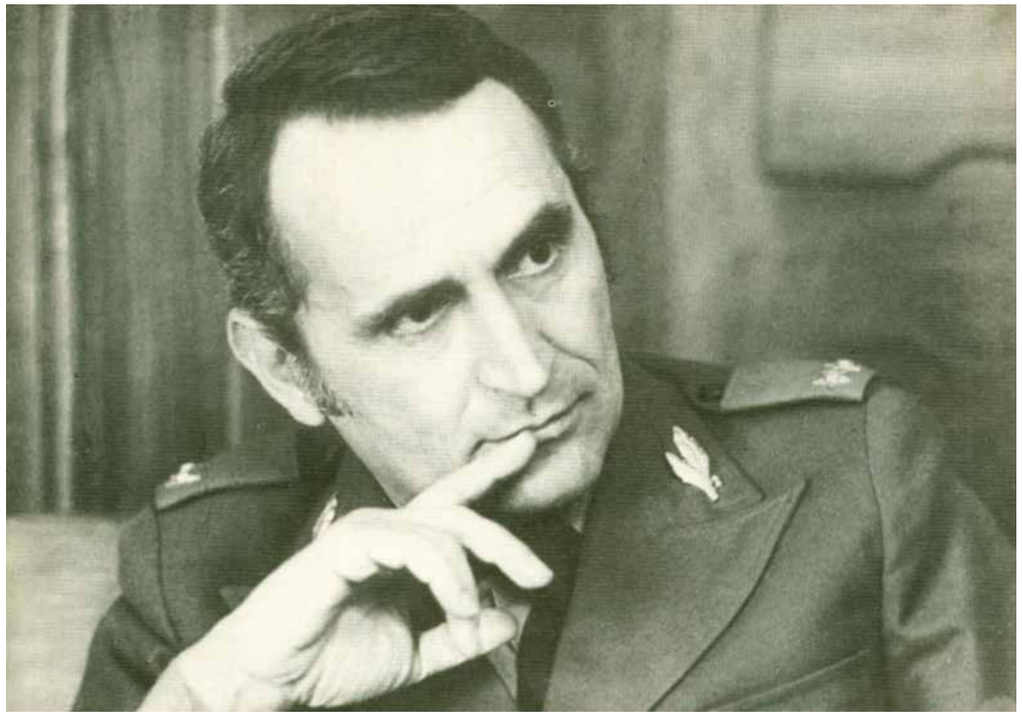
Pezarat integra assim um grupo de oficiais superiores que, sem nunca abdicar de contestar a ditadura, se mantiveram nas FAs, por terem chegado à convicção profunda de que era pelo seu pilar mais forte que ela iria cair. Não, obviamente, de forma natural, mas antes por força de um trabalho intenso, contínuo e paciente de consciencialização e organização do descontentamento que se alastrava nos vários cenários onde a guerra colonial se eternizava. E as seis comissões que cumpriu foram a mais dura prova a que submeteu esse sonho antigo de poder dar o seu contributo para o derrube da ditadura, um sonho que cresceu paredes-meias com o trágico dilema: como fazer uma guerra com a qual não se concorda? "Só tenho duas opções: ou deserto, vou-me embora e não faço a guerra, ou, a partir do momento em que sou mobilizado, que tenho homens sob o meu comando que podem ou não pensar como eu (em minha opinião eles estão a servir um objectivo errado) há o problema da sobrevivência deles. Então eu, como comandante, ou como oficial de operações, tenho de fazer bem aquilo que estamos a fazer; do facto de eu fazer bem ou mal depende a segurança dos meus subordinados."

O tempo que medeia entre a segunda comissão em Moçambique e a sexta em Angola, de 1961 a 1975, é afinal um capítulo fulcral da história deste país, o qual, concentra em si uma infinidade de tragédias pessoais (tantas e tantas anónimas) e é também atravessado pela pesada sombra da tragédia colectiva: "a ditadura teve de se lançar na guerra para sobreviver. E ao fim de 13 anos tinha de sobreviver para continuar a guerra". Ou seja: de tábua de salvação para o regime, a guerra transformou-se em seu garrote asfixiador. De tudo isso Pezarat foi protagonista e testemunha privilegiada. O seu mapa de África (a sua África!) é um novelo de linhas onde se cruzam memórias tão vivas quanto contrastantes – gratas e dolorosas -, que fizeram dele um apaixonado de África, em especial de Angola, *a Jóia da Coroa do Império Português* (título de uma obra sua), também o muniram de um extraordinário manancial de informação sobre a complexa teia da guerra colonial e da descolonização. Protagonista e analista dos acontecimentos vividos e narrados. Intérprete e testemunha reunidos num só. Ele e a sua circunstância, como não se cansa de referir...

DE TÁBUA DE SALVAÇÃO PARA O REGIME, A GUERRA TRANSFORMOU-SE NO SEU GARROTE ASFIXIADOR

UM BRILHANTE ACADÉMICO

Construiu uma carreira científica tão sólida e original - em torno de temas como geopolítica e geo-estratégia, relações internacionais, a paz e a guerra, a condição militar, a revolução de Abril e, claro, colonização e descolonização - que a universidade a não pode ignorar. É assim que, depois de uma folha de serviço exemplar (que nem por isso deixou de confirmar a trágica verdade de que a revolução devora sempre os seus filhos!) foi professor universitário com um desempenho de invulgar qualidade; e, como nunca foi de virar a cara às dificuldades, nem de deixar as coisas por metade, encerrou com chave de ouro este capítulo de vida



Direitos reservados

apresentando-se a doutoramento com a tese *Da Descolonização... do protonacionalismo ao pós colonialismo*, onde rompe com o habitual discurso sobre descolonização em dois aspectos essenciais: em primeiro lugar, analisa as descolonizações como um processo de ciclo longo que começa na formação da consciência nacionalista e de que a transferência de poder é apenas a etapa derradeira; em segundo lugar, defende que o verdadeiro sujeito da descolonização é sempre o colonizado. Contra a "verdade feita" de que a descolonização é concedida pela metrópole, a noção de que ela é antes um processo político suscitado e conduzido pela colónia e pelo seu povo.

São óbvias as consequências desta inversão de perspectiva: as dinâmicas metropolitanas da descolonização tão minuciosamente escrutinadas, tantas vezes duramente criticadas e outras (poucas!) elogiadas, não merecem, em rigor, nem crítica nem louvor, porque elas não são determinantes, antes determinadas. Portugal não descolonizou. Participou na descolonização. A ideia tão comum quanto simplista de que "a descolonização era inevitável, o que devia era ser feita de outra maneira", ou a sua versão mais curta de que "foi a descolonização possível" não passa, pois, de uma mistificação que pode servir as boas consciências e os falsos consensos políticos, mas que não serve claramente a história. Além disso, nas próprias palavras de Pezarat, conduzem em última análise ao paradoxo e à contradição: "a descolonização poderia ter sido bem feita, se não tivesse havido colonização. Mas houve colonização, com todas as suas consequências, e o seu desfecho foi aquela descolonização!"

Afirmou em jeito de balanço desse notável trabalho de investigação: "de facto participei na guerra, mas logo nessa altura, desde muito cedo, percebi que estava numa guerra errada. Não tinha era a consciência absoluta do fundamental do problema". O *rebelde competente* para quem a dura experiência da guerra apenas consolidou convicções já antigas, precisava contudo de as testar, de as credibilizar, antes de mais perante si próprio e a sua inatacável exigência ética e intelectual. Mas também perante um colectivo, cuja grandeza histórica ele ajudou a reconhecer.

Diria na Universidade de Coimbra, no final do julgamento a que quis submeter essa sua viagem ao "coração das trevas": "Fui muito feliz aqui. Sinto-me honrado e sinto que não sou só eu. Há um grupo que está comigo, porque viveu o mesmo percurso que eu vivi. E com isto espero conferir dignidade académica, responsabilidade e seriedade ao tratamento de um tema que tem sido tratado muito superficialmente em Portugal: a descolonização".

NÃO ADMIRA POIS QUE SEJA O ESCOLHIDO PELOS SEUS CAMARADAS PARA COORDENADOR DO GABINETE DO MFA EM ANGOLA

Há um grupo que está comigo... e nem precisou de o nomear... símbolo vivo que é, daquele tão raro momento de felicidade colectiva que Eduardo Lourenço chamou "divina surpresa". Capitães de Abril, assim se autodesignou esse colectivo indestrutivel, mesmo se alguns estivessem já acima na hierarquia, como foi o caso do Major Pezarat Correia.

Dizer que é em Angola (sua última comissão) que o 25 de Abril o vai encontrar é verdade, mas só em parte. Porque esse encontro foi tudo menos casual. Pelo contrário, foi também obra sua, presente que esteve nos primeiros passos da conspiração, desde a corajosa contestação ao Congresso dos Combatentes. Não admira pois que seja o escolhido pelos seus camaradas para Coordenador do Gabinete do MFA em Angola. A revolução que, na metrópole, vivia a embriaguez da vitória, roubou-lhe contudo essas fugazes horas de felicidade, destinando-lhe uma nova missão particularmente exigente e

sensível: a de tentar transportá-la para Angola, um cenário que, paradoxalmente, por muitas e diversas razões, revelou acrescidas dificuldades às mudanças históricas que se perfilavam. E negociar com a rapidez necessária a cessação das hostilidades, percorrendo o longo e árido caminho até ao Alvor. Regressado à metrópole, é já como Conselheiro da Revolução (escolhido pelos seus pares do Exército para os representar nesse novo órgão de soberania) que se bate até ao fim pelo reconhecimento incondicional da independência daquela ex-colónia.

NO ALENTEJO DA REFORMA AGRÁRIA

Angola, e a sua ainda mal conhecida (e reconhecida) acção no complexo e delicadíssimo processo de descoloniação, bastaria para colocar o nome de P. Pezarat Correia na história – *Do Lado Certo da História*. Mas a revolução cobrou-lhe ainda uma derradeira e arriscada missão: graduado em brigadeiro (hoje major-general) e nomeado Comandante da Região Militar Sul, ruma ao Alentejo, uma terra tão sedenta de justiça quanto a sua martirizada Angola. E essa sede de justiça tinha um nome: Reforma Agrária. *A Terra a Quem a Trabalha!* Nenhuma outra bandeira revolucionária terá tido maior ressonância simbólica nem mais conteúdo social e político!

No limiar do Verão Quente e com a luta política ao rubro, Pezarat enfrentava novo dilema: sensível que era, cultural e emocionalmente, a esse memorial de sacrifício e heroicidade do operariado rural do sul (e às imperecíveis páginas que inspiraram a alguns do nossos maiores escritores, cujas obras foram verdadeiros manuais de resistência à ditadura), pisava agora um terreno completamente armadilhado por intensas lutas partidárias, muito mais do que por projectos políticos concretos. Sereno mas determinado, o *rebelde competente*, já com várias marchas forçadas no campo da política e, consequentemente, um dos mais preparados quadros político/militares do MFA, considera como missão prioritária criar o clima necessário para levar por diante "a legislação progressista da Reforma Agrária, evitando que esta fosse sistematicamente torpediada, quer pelos sectores patronais, quer pelo proletariado rural". Acabou torpediado em último grau pela acção desleal e fraudulenta que ficou para a história como a famigerada lei Barreto. A contra-revolução teve várias faces e muitos nomes. E caminhava célere, com passos de lã ou botas cardadas, conforme o caso. Pezarat sabe-o bem, porque esteve lá, no centro do furacão, sem se desviar um centrímetro.

Além disso, como historiador, detesta o branqueamento, a reescrita da história ou o contra-factual. Basta ouvi-lo sobre o 25 de Novembro de 1975: "esse meu desencanto vem da consciência que entretanto adquiri de que nós tínhamos levado a direita ao colo, para a seguir a direita nos atirar pela janela fora".

Sem hesitações, sem cálculos nem subterfúgios, é ainda o *rebelde competente* que, partindo dessa dolorosa constatação, se auto-dispensa da sua mais antiga servidão: a "servidão militar". Passa voluntariamente à reserva em protesto contra a sua não promoção ao posto de general de 3 estrelas por razões exclusivamente políticas, ganhando assim, por direito próprio, o nobre título de "implicado no 25 de Abril". Mas não se considerou nunca dispensado de uma outra: a "servidão cívica".

Direitos reservados

A par de um labor intelectual intenso, que a sua bibliografia abundantemente atesta, a sua presença como comentador na imprensa escrita e falada, traz sempre a marca de uma personalidade brilhante e vibrante. Pelos seus vastos conhecimentos, pela sua independência e frontalidade, pela inatacável seriedade intelectual, pelo compromisso férreo com Abril, seus valores maiores e seus protagonistas de todas as condições. A vida foi muito generosa comigo, ao dar-me a conhecer e, mais ainda, ao permitir-me trabalhar e fazer amizade com alguém tão especial como Pedro Pezarat Correia. E não sei o que mais lhe agradecer: se o seu imprescindível contributo na criação de um tempo novo, se a forma como tem caminhado sobre a lâmina destes novos tempos.

* Historiadora, autora e sócia da A25A

PARA DESPERTAR OS TRILHOS DA MEMÓRIA

Os textos desta rubrica Abril e os Jovens são assinados por estudantes de comunicação social. Estes futuros jornalistas foram à procura de histórias reais, com pessoas concretas, que lhes permitem perceber o quão foi importante ter havido uma Revolução em Abril de 1974, passando esse testemunho aos leitores

FÁTIMA LOPES CARDOSO*

IMAGINAR O QUE as gerações que nasceram antes do 25 de Abril foram obrigadas a enfrentar, sobretudo se tivessem uma atitude mais interventiva, pode ser uma premissa difícil para quem já nasceu em liberdade. Defender um ponto de vista contrário ao imposto pelo regime vigente no Estado Novo era considerado crime, com lugar para violentas perseguições políticas e subsequentes tentativas de silenciamento ideológico que transformavam a vida dos que eram considerados dissidentes, num verdadeiro inferno.

As experiências de fuga e de libertação foram contadas, na primeira pessoa, às alunas do 1.º ano da licenciatura em Jornalismo, da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS), Mafalda Tomás e Mariana Ferreira, que nesta edição da revista *O Referencial*, partilham as memórias de José Zaluar Basílio, professor universitário, e de Luís Cília, músico e compositor, dois exilados políticos, em França, na década de 60.

O país do Presidente Charles de Gaulle, que renunciou ao poder em 1969, acolheu-os como exilados, mas mesmo à distância quem abandonava a sua terra natal por questões políticas sabia que existiam lugares pouco recomendáveis para partilhar opiniões e que essas informações chegariam a Portugal com facilidade. A PIDE tinha "bufos" em todo o lado, do mais insuspeito cidadão até a infiltrados nas organizações políticas, que denunciavam movimentações e algumas atividades revolucionárias ao governo português. De acordo com estudos divulgados pelo Observatório da Emigração, os próprios Serviços Secretos franceses passavam informações para a Polícia Política e, entre os muitos cidadãos lusos que viviam em França, fossem emigrantes ou exilados, o clima de medo continuava a existir. Na companhia das pessoas e amigos certos, José Zaluar Basílio conseguiu contornar esse labirinto de suspeita e, à distância, lutou até ao dia da liberdade.

No mesmo período, Luís Cília assumiu a missão de tentar explicar aos franceses o que se passava no Portugal pobre da época e como a Guerra Colonial assolava o País. Através da palavra despertou consciências, mas com a humildade que preserva, aos 80 anos, considera "a música um grãozinho de areia na Revolução". São duas histórias imperdíveis e que nos provam que será sempre importante comemorar Abril.

MEMÓRIAS DE DOIS HOMENS

No Portugal "ordeiro" que a propaganda política quis vender ao mundo, muitas pessoas imaginavam, mesmo que silenciosamente, como seria poder viver numa terra que lhes proporcionasse outras oportunidades. As alunas Júlia Gibelli e Maria Beatriz Batalha trazem as memórias de dois homens que nasceram em meios rurais, mas que por circunstâncias da vida acabaram por escapar à fome e à árdua labuta nos campos agrícolas a que estava condenada uma parte significativa da população portuguesa, incluindo crianças.

De sítios distintos, mas com geografias humanas semelhantes, Manuel Rito e Fernando Calhas descrevem as recordações do "país pobrete, mas alegrete", onde o simples ato de conversar na rua com colegas poderia ser considerado um sinal de conspiração contra o regime, onde muitas crianças não iam à escola ou, se tinham a oportunidade de estudar, andavam descalças na sala de aula, sem comida na lancheira e com o ratinho da fome na barriga. Muitas vezes, aprendiam a ler, a escrever e a contar, depois de terem trabalhado no campo desde o nascer do sol.

A realidade do país onde se fizeram homens os avós das estudantes que assinam os textos da rubrica "Abril e os Jovens" era muito distinto da situação de conforto e de estabilidade relativa que hoje encontramos na maior parte das casas portuguesas, apesar do retrocesso a que se assiste. Estudar já não é apenas um golpe de sorte, mas uma obrigação. Discordar de um ponto de vista e defender uma ideia são direitos da sociedade democrática em que vivemos. E as jovens, que neste caso serão futuras jornalistas, sabem que alguém lutou por elas para que a qualidade de vida de hoje seja mais próxima da dos congéneres europeus. Por isso, é importante utilizar a palavra e, com a força do jornalismo, despertar os trilhos da memória. Ao lermos estas histórias, percebemos que continua a ser Abril todos os dias e sempre que cada criança continuar a crescer a acreditar na liberdade e no direito à igualdade de oportunidades.

* Professora do ensino superior e investigadora

FUGA PELA LIBERDADE

Durante 48 anos, Portugal viveu a mais longa ditadura da Europa. José Zaluar Basílio e Luís Cília tiveram de sair do país e de deixar as famílias por se oporem ao regime fascista vigente. Hoje, mantêm viva a memória do que foi a repressão para que nunca mais ninguém tenha de fugir ou de viver sem liberdade

MAFALDA TOMÁS E MARIANA FERREIRA*

NUMA SOCIEDADE COMO a portuguesa nos anos de 1960, em que a ideologia salazarista dominou todos os aspetos da vida social com recurso ao autoritarismo e à repressão sem precedentes, o exílio era, para muitos opositores, a solução para escapar às prisões e torturas infligidas pela PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), e garantir-lhes a sobrevivência num país estrangeiro.

O êxodo clandestino era tão sentido que, no dia 25 de Abril de 1974, o herói da Revolução, Salgueiro Maia, afirmou ao jornalista Adelino Gomes que uma das razões pela qual levou a cabo a Revolução dos Cravos foi para que ninguém mais fosse obrigado a sair de Portugal pelas coisas que diz e que escreve. Na apresentação do livro *Censura*, da historiadora Júlia Leitão de Barros, a 27 de abril de 2022, o jornalista lembrou este momento: "Salgueiro Maia tinha andado comigo no liceu. Dirigi-me a ele e perguntei-lhe de que lado estava. Deu-me a melhor definição que guardo do 25 Abril: 'Não tiveste de ir para a Alemanha por umas coisas quaisquer que disseste na Rádio Renascença?'. Olhei-o com surpresa e respondi que sim. 'Nós estamos a fazer isto para que ninguém mais tenha que sair de Portugal por causa daquilo que diz, escreve ou pensa', disse. Dei-lhe um abraço."

Calcula-se que, entre 1900 e 1988, terão saído de Portugal cerca de 3,5 milhões de pessoas, 25% das quais tê-lo-ão feito de modo ilegal. Segundo a investigadora Maria Ioannis Baganha, França foi um dos maiores focos da oposição ao Estado Novo. Só entre 1970 e 1973, emigraram mais de 250 mil portugueses, a maior parte deles para França.

José Zaluar Basílio, 78 anos, antigo professor do departamento de História, na Faculdade de Letras de Lisboa e, posteriormente, docente na Universidade Lusófona, e Luís Cília, músico e compositor de 80 anos, são dois dos muitos homens e mulheres que foram obrigados a fugir do País e a lutar à distância pela liberdade até à Revolução de 25 de Abril de 1974. Desses dias guardam memórias marcantes.

UM LUTADOR DE FAMÍLIA

Parece que a revolução corre nas veias de José Zaluar Basílio. Vem de uma família que andou sempre na luta. A sua avó dizia: "Estás como os homens da família. Vocês são todos iguais." Homens estes que lembra como seus heróis. "Eu tinha uma família que estava sempre - da-

quilo que considero que era o bom lado - do lado da luta, da resistência à repressão", diz.
Começando pelo seu tio, professor e matemático, que tinha sido expulso do ensino público pelo governo de Salazar, através do decreto de 14 de junho de 1947, pois recusou-se a assinar uma declaração segundo a qual diria que nunca tinha sido/seria contra o Estado Novo. Este parente chegou a exilar-se em França, mas acabou por viver o resto da vida no Brasil para onde viajou em 1953. No entanto, a referência revolucionária principal na vida de José Zaluar Basílio foi o irmão mais velho, Gualtar Basílio, vítima de prisão e tortura, após um dos grandes movimentos revolucionários armados contra Salazar, o Golpe de Beja, na noite de passagem de ano de 1961 para 1962. "O meu irmão ficou com graves sequelas por causa das torturas e esteve mesmo às portas da morte. Quem o salvou foi o médico Ramón La Feria, que interveio na operação e insistiu com o cirurgião para lhe retirar um brônquio e um pulmão", conta.
Enquanto esteve em Portugal, foi preso apenas uma vez, mas afirma que não foi nada sério, durante a crise académica de 1962. Por ter gente na família presa e exilada, não demorou muito tempo a ter efetivamente consciência e a envolver-se na luta. Acabou por ser alvo de processos disciplinares e, em plena Guerra Colonial, sabia que teria a vida muito mais dificultada quando fosse para a tropa. Ciente da adversidade que enfrentaria, José Zaluar Basílio acabou por fugir em 1965 para França. Antes, ainda ponderou ir para a Argélia, um país revolucionário recém-saído da vitória na luta de libertação, mas

SÓ ENTRE 1970 E 1973, EMIGRARAM MAIS DE 250 MIL PORTUGUESES, A MAIOR PARTE DELES PARA FRANÇA

rapidamente percebeu que seria uma má ideia. Com Boumédiène no poder, um revolucionário que não simpatizava com militares na época, não se iria adaptar muito bem: "Não vou para a Argélia com um militar no poder porra... e ainda bem! Fui para França porque era mais perto e havia bastantes portugueses."

NOS CAFÉS DO QUARTIER LATIN

A chegada a França foi marcada pela vida nos cafés do Quartier Latin. Cada um com a sua posição ideológica bem vincada: "Havia o café do Partido Comunista, que era o frequentado por gente mais interessante na altura. Havia ainda o café dos maoistas e o café da social-democracia, que era frequentado por velhos republicanos de um conservadorismo impensável."
A qualidade de vida no exílio em termos monetários não era a mesma que em Portugal, mas havia algo que se sobrepunha ao estatuto económico: a liberdade. Apesar da polícia francesa e do controlo dos papéis, era um homem livre de dizer o que queria: "Nos cafés, sabíamos perfeitamente quem eram os bufos, quem eram os pides. Andava com emblemas que denotavam a minha pertença a este grupo ou aquele, fazia as manifestações, éramos presos, mas sabíamos que havia justiça e que ia atuar com um mínimo de equilíbrio."
Parte da vida em França foi marcada pelo grande amigo, o cantor José Mário Branco. Juntou-se ao músico pouco depois de chegar, já na universidade, nas eleições para a União de Estudantes Portugueses, em França. Ambos iam contra o Partido Comunista e tinham a vontade comum de ação direta e luta armada, por isso, deu-lhe o seu apoio.
Foi assim que surgiram também algumas das memórias importantes do exílio. Num dos primeiros natais passados longe de casa, Zé Mário Branco convidou outros exilados portugueses a juntarem-se à mesa. A sua companheira tinha preparado bacalhau, que era aquilo que sentia mais falta, mas, quando ela percebeu que as postas não eram suficientes para todos os que lá estavam, resolveu confecionar pastéis de bacalhau para que todos tivessem direito. A mais de meia vida de distância, José Zaluar Basílio ainda hoje se emociona ao recordar aqueles anos intensos: "as lágrimas que um gajo não esquece. São parvoíces, mas são as mais importantes do exílio, são estas coisas que marcaram".
Já em França, Zaluar Basílio deu continuidade à Revolução que começou em Portugal. Rapidamente se afastou dos cafés, mas acabou por voltar para um mais característico, mais autónomo, com pessoas que pensavam pela sua cabeça, muito pró-cubanos, pró-revoluções. Este grupo viria a ser o primeiro a liderar as manifestações contra a guerra no Vietname, em

Direitos reservados
Graças ao 25 de Abril, José Zaluar Basílio pôde regressar a Portugal

Paris. Estavam ligados à LUAR (Liga de União e Ação Revolucionária), que foi responsável pelo assalto ao paquete Santa Maria, ao desvio do avião da TAP no voo Casablanca-Lisboa, que ficou conhecida como a operação Vagô, e ao assalto ao banco da Figueira da Foz. "Era uma organização revolucionária. Assaltámos os bancos para termos dinheiro, expropriar o Estado fascista português para comprar armas e lutar contra o fascismo. Ainda rebentámos

com alguns barcos que estavam para ir para a Guerra Colonial", conta.
Mesmo antes do dia da liberdade, já se sabia que algo ia mudar. Mais certezas teve Zaluar Basílio em março de 1974, com o levantamento militar nas Caldas da Rainha, uma das primeiras tentativas de golpe de Estado. António Maria Luna da Costa Leão, seu amigo de longa data, avisou-o: "Prepara-te e faz as malas, porque este golpe falhou, mas a Revolução está para breve."

O 25 DE ABRIL E A LUTA REVOLUCIONÁRIA

Como foi o 25 de Abril para um exilado? Para José Zaluar Basílio, o dia da Revolução começou logo cedo, com a rádio francesa a falar de um levantamento militar. Já em êxtase, fez um turbilhão de chamadas para Portugal a tentar perceber o que iria acontecer, mas sem grande informação, uma vez que ainda era cedo. Apenas ouviu do seu irmão: "Então é hoje!". Só ao fim do dia teve a certeza absoluta, com a chamada de um camarada da LUAR que lhe diz: "Amanhã às 8h30 tens de estar à entrada do consulado português." Ocuparam o consulado como única forma de acederem a todos os documentos que não tinham até ao momento enquanto exilados, como passaportes, bilhetes de identidade, certidões.
"Foi tão bom!", diz, recordando o momento da chegada a Portugal, com lágrimas nos olhos. Depois da viagem e do nervosismo do regresso a casa, evoca esse dia com a ternura de quem volta a rever a família e os amigos: "Foram nove anos sem cá voltar e reviver as memórias, daqueles que tinham morrido."

"O MEU IRMÃO FICOU COM GRAVES SEQUELAS POR CAUSA DAS TORTURAS E ESTEVE MESMO ÀS PORTAS DA MORTE", DIZ ZALUAR BASÍLIO

A PIDE não sabia tudo. José Zaluar Basílio confirmou, no seu processo arquivado na Torre do Tombo, que algumas das informações mais comprometedoras não constavam. "Uma das que me chocaram mais foram cartas minhas para a minha mãe. Eles apanhavam as cartas e não havia nada. Eu mandei uma carta com uma fotografia para a minha mãe, o meu pai odiava que eu andasse de barba, então escrevi: é para mostrar ao paizinho, ele que veja que não estou com barba. Esta palavra barba foi sublinhada pelo lápis azul da censura, como se fosse um código político (Che Guevara, Fidel Castro), quando não tinha nada a ver. Houve outras, mas esta é a que me choca mais porque a minha mãe nunca viu esta fotografia."
Ao tentar explicar o que é a liberdade, José Zaluar evoca com emoção um poema de Jorge de Sena *Cantiga de Abril*, acreditando que o poeta explica aquilo que outros exilados, patriotas e amantes do nosso país tiveram sempre como princípio durante estes anos de ditadura: "Não hei-de morrer sem saber qual a cor da liberdade/Qual a cor da liberdade? /É verde, verde e vermelha". Afinal, o que é a liberdade?

"Liberdade é uma coisa única e eu só poderia sair de França para voltar para um país onde fosse livre." Até chegar à liberdade, as lutas deixaram mossas no coração de quem sonhava com Abril.
Este dia tão importante não deve nunca ser esquecido. José Zaluar Basílio pertence à direção de um grupo que se chama *Não apaguem a memória*: "É preciso que a memória não se perca e, se estamos aqui, é a nossa luta de hoje. Nós temos de saber quem eram os amigos que estavam connosco, quem foram aqueles que nos traíram, quem foi assassinado, quem foi torturado, o mal que nos fizeram, as perseguições, as prisões...."
"Apenas meio-herói", como o próprio diz, José Zaluar Basílio não mudava uma vírgula na sua história de vida. "Se me arrependi foi de não ter feito mais, mas se não aconteceu foi porque não tinha mais forças", afirma depois de uma vida a lutar pela liberdade de um país.

POR ONDE A MÚSICA O LEVAR

Com apenas 16 anos, Luís Cília trocou os ares quentes de Angola pela frescura da costa atlântica de Portugal. Veio até à Europa para prosseguir os estudos. Durante alguns meses, frequentou o curso de Economia, mas percebeu rapidamente que, no fundo, o que queria era fazer música. Na Casa dos Estudantes do Império teve o primeiro contacto com a realidade, o que o fez ganhar uma consciência política sobre a Guerra Colonial: "A maior parte dos frequentadores eram pessoas politizadas e anticolonialistas, portanto, era rara a semana em

NUM DOS PRIMEIROS NATAIS PASSADOS LONGE DE CASA, JOSÉ MÁRIO BRANCO CONVIDOU OUTROS EXILADOS PORTUGUESES A JUNTAREM-SE À MESA

que não havia um ou dois presos. Havia uma consciência forte."
Embora sempre tenha estado presente em alguns dos momentos mais marcantes das ações que contestavam a ditadura, Luís Cília não se considera um revolucionário. "Quando olhamos para os verdadeiros revolucionários da História, nós somos uns pequeninos", alega. Em 1961 e 1962 participou nas greves estudantis em Lisboa e, posteriormente, em 1968, nas de França. "Era a nossa atividade. Na altura, foi uma coisa única no mundo. Aquele Maio de 68," recorda.
Em 1964, decidiu partir até terras francesas. Inicialmente, Luís Cília considerou que teve a vida normal de um emigrante: fazia alguns biscates para ganhar dinheiro, mas para conseguir obter papéis precisava de "arranjar um emprego a sério". Com esse objetivo, começou a trabalhar na UNEF – União Nacional de Estudantes de França.
O seu papel na música ainda se iniciou em Portugal, quando o poeta Daniel Filipe lhe deu a conhecer alguns cantores franceses, como Leo Ferré e George Brassens. A partir desse

Direitos reservados

O 25 de Abril de 1974 apanhou Luís Cília desprevenido. Estava a atuar no Comitê d'Établissement, em Cholet, perto de Nantes, num recital para portugueses

momento, passou a "musicar poesia". A música de um dos hinos do Partido Comunista Português, o *Avante Camarada*, é da sua autoria: "O dirigente era Carlos Antunes e, um dia, foi a minha casa perguntar se eu não podia compor uma música para passar na rádio clandestina, e eu fiz. Entreguei-lhe e nunca mais pensei nisso."

EXÍLIO E A GUERRA COLONIAL

O compositor reconhece ainda que uma boa música revolucionária não é aquela que rima com "patrão" e "pão", mas sim aquela que nos consegue transformar. Para Luís Cília, a música era um grãozinho de areia na Revolução. Sempre que dava concertos, não só em França, mas também na Bulgária ou na RFA, explicava um dos maiores problemas daquela época: A Guerra Colonial. "Nos concertos, eu fazia duas coisas: cantava e, no fim, tinha uma conversa com o público e expunha as atrocidades da Guerra Colonial."

Mesmo estando fora, a perseguição da PIDE não parava. Em França, havia muitos informadores, pessoas que iam a espetáculos e que depois transmitiam a Portugal o que tinha acontecido. "Denunciavam algumas pessoas e algumas organizações", acusa.

Com um passaporte falsificado, em 1967, decidiu ir à Cuba de Che Guevara. Acabou por descobrir que a polícia francesa enviou para a polícia portuguesa um documento que tinha como nome "portugueses que partiram para países comunistas". Quando regressou a França, esteve algumas horas no controlo de fronteira e decidiu que o mais seguro era pedir asilo político. "Em 1967, fui o primeiro português a pedir refúgio em França e a obter o estatuto de refugiado da ONU".

Enquanto estava no exílio, apercebeu-se de que os franceses pouco sabiam daquilo que estava a acontecer em Portugal. Por isso, um dos seus objetivos foi consciencializá-los e sensibilizá-los para a questão da Guerra Colonial e das atrocidades portuguesas. "Os franceses estavam muito sensibilizados com a ditadura em Espanha, mas não se aperceberam de que estava a acontecer o mesmo em Portugal", recorda.

REVOLUÇÃO DE ABRIL E O SECTARISMO

O 25 de Abril de 1974 apanhou-o desprevenido. Luís Cília estava a atuar no Comitê d'Établissement, em Cholet, perto de Nantes, na região de Maine et Loire, num recital para portugueses. Só regressou a Portugal, no dia 30 desse mês, mas não ficou logo a morar em Lisboa. A verdade é que quando retornou a Portugal, deparou-se com uma situação de sectarismo da qual não estava à espera: "Criou-se um clima de intolerância que me chocou muito." O músico acredita que uma das razões para este problema era a falta de politização dos portugueses: "As pessoas começaram a aderir aos partidos não por uma questão profunda politização, mas como quem adere a um Benfica ou a um Sporting."

LUÍS CÍLIA: "NÃO CHORO O EXÍLIO, ESTAVA EXILADO, MAS APROVEITEI DENTRO DO POSSÍVEL O QUE A FRANÇA ME PODIA DAR".

Independentemente do seu partido, em França, os portugueses davam-se todos bem, mas quando chegaram a Portugal passou a existir uma divisão clara, inclusive com o companheiro José Mário Branco, porque defendiam partidos diferentes. Para o compositor, estas separações nunca fizeram sentido. Em 1969, foi até expulso do Partido Comunista Português clandestino, em França, porque recusou as ordens do dirigente, que lhe disse com quem é que ele não se podia relacionar. Considera que este clima de intolerância se estendeu para a música: "Uma coisa que me chocou logo no dia em que cheguei foi a luta contra o fado. De repente, o fado era fascista."

Hoje, recorda com emoção todos os momentos que lhe permitiram chegar à vida que tem ago-

ra. Para Luís Cília, estes anos longe de Portugal foram um momento de descoberta do qual não se arrepende: "Não choro o exílio, estava exilado, mas aproveitei dentro do possível o que a França me podia dar."
Como Luís Cília defende, houve dois tipos de exilados: os que se focaram mais na política e os que viveram mais o país que os acolheu. Com estes testemunhos, reconhece-se que no exílio houve vivências diferentes, como foi a do professor José Zaluar Basílio e a do músico Luís Cília. Histórias como estas devem ser lembradas, para que nunca se repitam. "É preciso que a memória não se apague. E se estamos aqui, é a nossa luta de hoje", refere Zaluar Basílio.
Com emoção, o professor revê-se no poema de José Fanha, *Balanço Provisório*.

BALANÇO PROVISÓRIO

Estamos mais gordos mais magros
talvez mais denso
ou mais pesado o nosso olhar
temos pressa de ternura
angústias de vez em quando
e umas contas de telefone atrasadas
para pagar.

Temos falta de cabelo
três ou quatro cicatrizes
sofremos de inquietação.
Muitas vezes nos disseram
como é rápido o deslize
mesmo assim nunca deixámos
de dar corda ao coração.

Daqueles que já partiram
guardamos silêncio e nome
e uma improvável mistura
de amargura e rebeldia
nas palavras desordeiras
que dizem redizem cantam
relembrando dia a dia
como é feita de azinheiras
a capital da alegria.

Muitas ondas já morreram
outras tantas vão nascer
muitos rios já se cansaram de
correr até á foz
águas claras que se foram
outras águas se turvaram
e agora restamos nós.

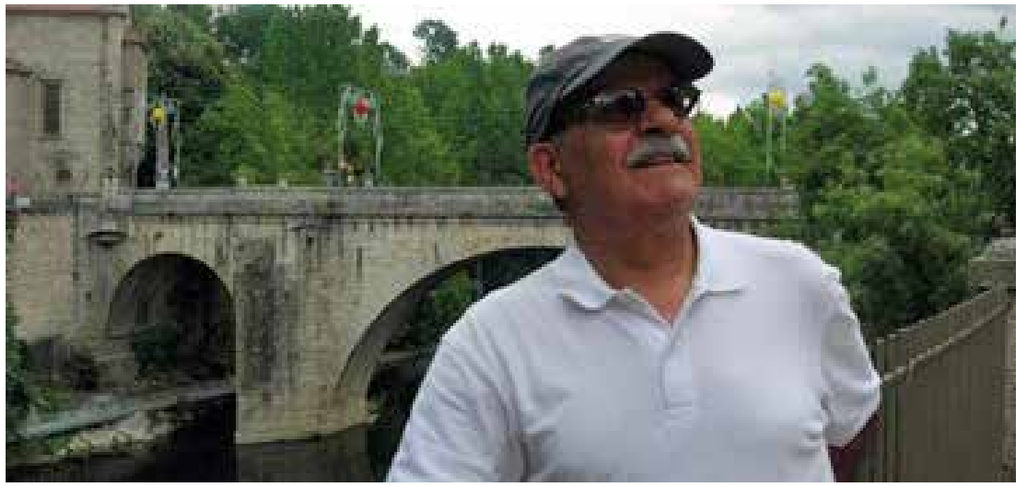
Somos muitos somos poucos
calmamente radicais
sabemos vozes antigas.
trazemos a lua ao peito
amamos sempre demais.

Neste caminho tomado
fomos traídos trocados
vendidos ao deus dará.
Nem por isso desistimos
e assim nos vamos achando
perdidos de andar às voltas
nas voltas que a vida dá.

Somos uns bichos teimosos
peixes loucos aves rindo
plantas poetas palhaços
e, portanto, resumindo
somos mais do que nos querem
estamos vivos
somos lindos.

José Fanha

TROCAR AS VOLTAS A UM MUNDO EM MUDANÇA



Direitos reservados

Mais velho e politicamente consciente, Manuel Rito afirma que Salazar era visto como um deus para os ignorantes e como um ditador para aqueles que tinham esclarecimento político

Manuel Rito e Fernando Calhas vivem num Portugal livre, mas foi em ditadura que nasceram e cresceram. Habitaram o campo e a cidade. Na memória, guardam histórias do país dos "pobretes, mas alegretes". São testemunhos de quem foi do campo à cidade, nos últimos anos do Estado Novo

JÚLIA GIBELLI E MARIA BEATRIZ BATALHA*

PASSARAM QUASE 70 ANOS desde que Manuel Rito deixou a pequena aldeia de Moimenta, nas terras de Barroso, distrito de Braga, mas não esquece o que foi viver durante o Estado Novo, no mundo rural. Aos 82 anos, recorda que, apesar de ter nascido "numa casa grande e confortável, não havia mimos, nem conforto ou dinheiro." Ainda sente o mesmo frio que

lhe gelava o corpo só de lembrar os invernos rigorosos apenas protegidos pelas grossas paredes de pedra: "Mesmo as casas muito boas não eram como as de agora. Eram mal protegidas, mal acabadas, tinham buracos nos telhados, eram frias e desconfortáveis. O clima era muito frio. Aquecia-me com o peso das mantas."
Manuel Rito era filho único e ilegítimo e, como os pais não eram casados, a mãe foi obrigada a sair da aldeia. O pequeno Manuel ficou aos cuidados de um tio materno austero. Apesar da escolaridade mínima não ser obrigatória, teve a sorte de frequentar o ensino primário. Antes de se sentar nos bancos da escola, era obrigado a levantar-se ainda de noite para trabalhar no campo e, quando chegava a casa, lavava o rosto e as mãos e seguia para a sala de aula. Aos domingos, a ida à missa era obrigatória. Caminhava cinco quilómetros descalço no chão áspero e, por vezes, na neve que lhe cortava a pele dos pés, tal era o frio: "levava umas botas penduradas nas costas e calçava-as à entrada da igreja para não estragar." Nessa altura, ainda não tinha sido decretada a proibição de andar descalço na via pública, imposição aprovada a 21 de dezembro de 1957, pelo governo de Salazar.
Aos 12 anos, começou a frequentar o Seminário de Braga, onde estudou até atingir a maioridade. A memória que guarda deste lugar é bem diferente da realidade negativa que alguns escritores neorrealistas, como Virgílio Ferreira, descreveram nas suas obras. Mesmo longe da família, vivia confortavelmente como aluno interno. "Foi uma vida muito agradável para

CAMINHAVA CINCO QUILÓMETROS DESCALÇO NO CHÃO ÁSPERO E, POR VEZES, NA NEVE QUE LHE CORTAVA A PELE DOS PÉS, TAL ERA O FRIO, CONTA MANUEL RITO

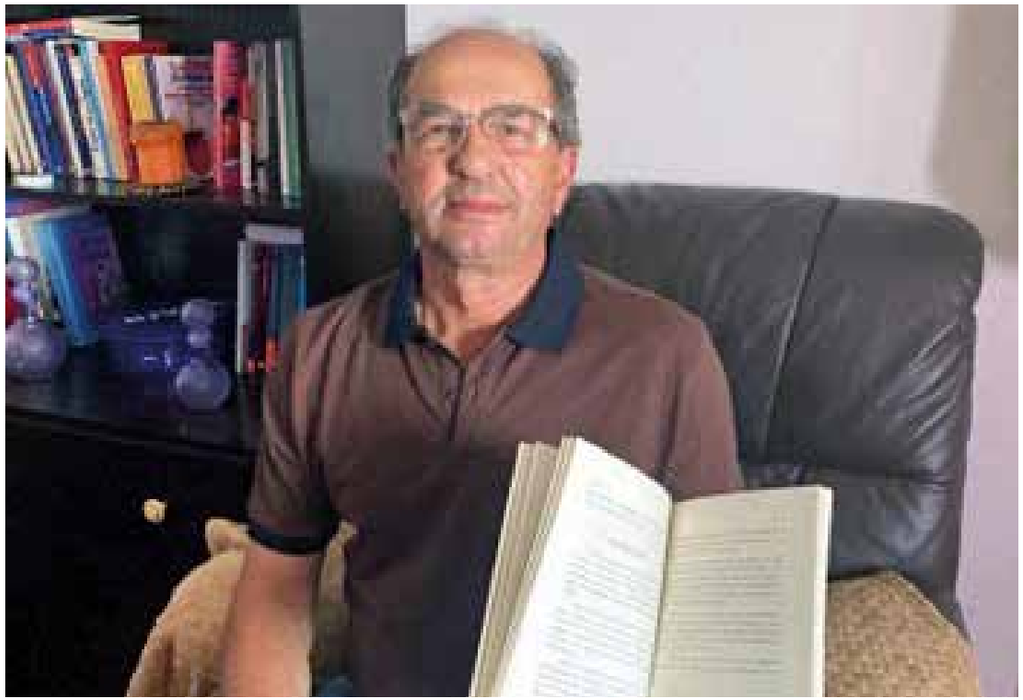
mim", comenta. No entanto, já nessa época, sentia na pele as normas repressivas do Estado na educação. Os livros escolares eram controlados, incluindo a obra mais representativa da cultura portuguesa. "No período de formação, a versão que tínhamos d'*Os Lusíadas* não incluía o Canto IX, porque era proibido por ser considerado erótico, o que prejudicava a nossa educação moral. Só o li depois de vir para a vida civil, quando abandonei o colégio. Os programas eram muito controlados e vigiados e ninguém podia ensinar nada que não fosse permitido. Havia fiscais da polícia secreta que, de vez em quando, apareciam nas escolas, nas universidades para ver se algum professor era apanhado a ensinar qualquer coisa fora do programa."

PORTUGAL DE FACHADA

A PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) era um dos pilares do sistema e fazia-se presente em todos os momentos. O ato de conversar com colegas na rua era considerado conspiração contra o regime: "Os espiões de Salazar estavam por todo lado. Dizia-se até que Salazar ouvia os pensamentos". O Estado mantinha um sentimento de medo com sucessivas prisões e torturas, que deixavam marcas físicas e psicológicas. Qualquer ato ou pensamento considerado subversivo era cirurgicamente controlado. "Toda a gente vivia aterrorizada, viviam com medo. Conheci várias pessoas que foram presas e torturadas, até colegas meus."
Mais velho e politicamente consciente, Manuel Rito afirma que "Salazar era visto como um deus para os ignorantes e como um ditador para aqueles que tinham esclarecimento político". Com o intuito de obter aprovação internacional, o poder organizava manifestações no Terreiro do Paço de apoio ao regime, onde se juntavam dezenas de milhares de pessoas a aplaudir e a gritar pelo chefe de governo. "Quem via aquilo acreditava que os portugueses o adoravam. Mas na verdade as pessoas só iam porque ofereciam o farnel."
No Portugal das aparências, Salazar, "génio na área da economia e político extraordinário", como o classifica, não conseguiu trazer benefícios para o país. A historiadora Maria Alice Samara salienta que "apesar do regime desejar proclamar o mito da pobreza honrada, ou de uma forma mais coloquial a ideia de 'pobretes, mas alegretes', é certo que as populações que sentiam as dificuldades lutavam para poder ter melhores condições de vida". Manuel Rito reconhece, no entanto, que Salazar "conseguiu pegar num país que estava completamente degradado e atrasado por uma monarquia decadente e equilibrar as finanças. Mas, para isso, teve que implementar um regime de austeridade muito violento em que as pessoas sofreram muito".

"OS ESPIÕES DE SALAZAR ESTAVAM POR TODO LADO. DIZIA-SE ATÉ QUE SALAZAR OUVIA OS PENSAMENTOS"

Entre os anos 1960 e 1970, a maioria da juventude portuguesa deixou para trás as suas vidas para defender Portugal que "ia do Minho a Timor", na Guerra Colonial, criando um vazio naqueles que ficaram. "Não há praticamente nenhuma família em Portugal que não tenha perdido alguém nas guerras do Ultramar", refere. O surgimento das frentes de combate em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique, reivindicando um estatuto independente, desgastaram mais o regime.
Manuel Rito refere que "as colónias davam mais prejuízo do que lucro". E justifica: "As riquezas que vinham de lá eram exclusivamente utilizadas pelos donos das empresas que as exploravam e o governo gastava dinheiro do orçamento para manter as estruturas governativas das colónias." Maria Alice Samara esclarece que "a Guerra Colonial não tinha um fim à vista e os custos humanos e materiais cresciam imparavelmente", sublinhando a ideia de que "a população não queria a guerra". O sentimento de posse e de coesão nacional cria-



Direitos reservados

Fernando Calhas mostra o livro que escreveu quando era estudante

da pelo ideário das províncias ultramarinas desvaneceu, porque, justifica, "toda a gente sabia que os países da Europa tinham dado a independência às suas colónias e Portugal era o único atrasado".

O CLAMOR DA REVOLUÇÃO

O ano de 1973 foi marcado por uma grande agitação social devido, sobretudo, às revoltas dos estudantes universitários, para além do descontentamento dos militares que se viria a traduzir num movimento para derrubar o regime. Na madrugada de 25 de Abril de 1974, o Movimento das Forças Armadas deu início ao golpe militar que pôs fim à ditadura mais duradoura da Europa. Segundo Manuel Rito, "as mentalidades foram mudando, na medida que a informação foi chegando e as pessoas foram recebendo mais formação. Pouco a pouco, a mensagem foi passando e desestabilizando o regime".

Manuel Rito recorda saudosamente a quinta-feira, na qual a vida de Portugal e dos portugueses tomou um novo rumo: "Na manhã de 25 de Abril, com as televisões, as rádios e as pessoas a gritar na rua, eu fiquei surpreendido que tivesse havido uma revolução naquela madrugada. Mal me levantei, peguei logo nas minhas criancinhas todas e fomos para a rua gritar 'revolução'." A Revolução dos Cravos veio para encerrar um dos capítulos mais violentos da história portuguesa.

AS CONDIÇÕES DE VIDA DE FERNANDO NÃO ERAM EXCEÇÃO EM PORTUGAL, ONDE, NO ANO DE 1970, APENAS 47% DAS HABITAÇÕES TINHA ÁGUA CANALIZADA

A VIDA NO CAMPO

Nascido em 1958, em Zibreira da Fé, Sobral de Monte Agraço, Fernando Calhas partiu para Lisboa aos 12 anos, deixando para trás um futuro pouco promissor na terra. Filho de agricultores, ambicionou para si uma vida melhor do que a dos pais, que trabalhavam de sol a sol nas hortas do Oeste. Na cidade, abriu horizontes, aproveitou novas oportunidades e viveu uma história diferente da prometida pela labuta agrícola, durante o Estado Novo.

Na década de 60, a canalização ainda era uma quimera nas zonas rurais e a casa de Fernando não fugia à regra: "As necessidades faziam-se na casa do gado, depois desbravávamos algum pedaço de terreno, púnhamos palha e fenos e deitávamos lá aquilo. Às vezes, fazíamos diretamente lá." Os banhos eram do mais rudimentar e um privilégio semanal que tinha lugar aos domingos, quando, de entre as sete ou oito peças de roupa que tinha, vestia "aquela fatiota". "Tínhamos uma panela grande só para aquecer a água dos banhos, ao lume. Depois, mudávamos a água para um balde grande e a gente esfregava-se lá dentro." As condições de vida de Fernando não eram exceção em Portugal, onde, no ano de 1970, apenas 47% das habitações tinha água canalizada e somente 32% tinha duche.

A família de Fernando Calhas vivia razoavelmente, em comparação com outras casas portuguesas: "Não havia fome, não vivíamos amontados. Os meus pais tinham o quarto deles e eu e os meus dois irmãos partilhávamos outro, que até era grande. Isso era muito raro aqui."

Os alimentos saídos da terra, todos de produção própria, eram os que mais abundavam: as batatas e as verduras. A criação de gado, apesar de comum, não era sinónima de carne na mesa: "As pessoas vendiam o boi para os talhos e depois iam lá comprar carne para cozer e os ossos para dar aquela gordura no caldo. E, por exemplo, mesmo a galinha só se comia em dia de festa, mas ovos havia todos os dias." O peixe também era um luxo, mas só o "dos pobres": a sardinha, o carapau, a cavala e o bacalhau, os únicos com preços acessíveis.

Em Lisboa, à boleia das melhores possibilidades da tia Benvinda, Fernando Calhas já tinha

uma alimentação mais diversificada: "em Lisboa, se ao almoço era carne, à noite era peixe. Já havia um bifinho na frigideira ou um bifinho grelhado. Aqui no campo era muito raro as pessoas mais pobres comerem bifes."
Durante a infância, os dias de Fernando Calhas eram divididos entre a escola primária e os afazeres no campo. A ele, cabia-lhe a tarefa de regar a hortaliça, o nabo, o feijão, a nabiça, o sustento da família. A labuta durava normalmente até à hora da janta e só depois havia tempo para fazer os trabalhos da escola. Todo o trabalho era braçal, recorda, mesmo nas grandes quintas: "juntavam-se dez a 15 homens numa vinha grande, com uma enxada cada um e vá de sachar aquilo tudo. As vinhas eram sulfatadas com pulverizador manual. Andavam ali o dia inteiro."

O BECO DA BARBADELA E A PIDE

Como maior parte dos produtores da zona, o pai de Fernando amanhava a terra e vendia a mercadoria no mercado da antiga Praça da Ribeira, em Lisboa. As viagens à capital incluíam sempre reunião no Beco da Barbadela, junto ao Martim Moniz. Saídos de madrugada da zona Oeste, depois de aprovisionarem o produto no mercado e enquanto esperavam a hora de venda, era - conta - "na Barbadela que descansavam e estavam à vontade para conversar". Este ponto de encontro era alvo de olhares indiscretos por parte da PIDE, que se mantinha atenta às conversas, muitas vezes, críticas às políticas do regime, entre os pequenos agricultores.
A vigilância da Polícia Política cobria Portugal de Norte a Sul e fazia-se sentir tanto na Lisboa convulsiva como no pacato Sobral de Monte Agraço, o que levava a alguma contenção por partes das populações. "As pessoas não falam à balda do que achavam não estar bem. Tinham um certo receio. Por isso, havia uns tais lugares secretos, onde conversavam."
É com algum humor que Fernando Calhas desperta a história do PIDE que tinha uma casa de férias na zona: "Quis deter habitantes que jogavam a sua cartada e conversavam na tasca da aldeia. Houve também um informador que foi descoberto pela população, trancado num café e ameaçado para que não denunciasse ninguém". As encrencas entre o povo e as forças da autoridade iam, recorda, "do caricato ao olhar por cima do ombro".

EM LISBOA, À BOLEIA DAS MELHORES POSSIBILIDADES DA TIA BENVINDA, FERNANDO CALHAS JÁ TINHA UMA ALIMENTAÇÃO MAIS DIVERSIFICADA

RUA AUGUSTO ROSA, N.º 14

Concluída a quarta classe e sem grande entusiasmo pela vida na horta, foi na corrente de êxodo rural da década de 1960 que Fernando Calhas partiu para Lisboa, onde foi acolhido pela sua tia Benvinda, na rua Augusto Rosa, na zona de Santa Maria Maior. Maria Alice Samara, historiadora, explica que "a cidade podia ser o lugar de todas as expectativas, do sonho de uma vida melhor para os que abandonavam o campo". Depois de alguns biscates aqui e ali, estabeleceu-se como empregado de escritório na Gris Impressores, uma empresa de artes gráficas.
Foi graças à empresa que, aos 16 anos, ao passar para a oficina, ingressou num curso profissional nessa área com o intuito de ganhar conhecimentos sobre a "parte teórica" da profissão. Aprendeu Matemática, Física e Desenho e compilou o seu próprio manual de "impressor de *off set*" através dos apontamentos que eram dispensados aos alunos. O curso, apesar de ter sido interrompido após ano e meio, permitiu-lhe desenvolver algumas competências técnicas que o distinguiram dos demais colegas de trabalho e rapidamente evolui na hierarquia da empresa. "Durante dois anos, o meu horário nas oficinas era a trabalhar das 8 às 17 horas, com uma hora de almoço. Mas para a maior parte dos trabalhadores não era assim", facto que diz ser fruto do respeito e sentido de disciplina com que sempre encarou o trabalho. Acima de tudo, para Fernando Calhas, "morar em Lisboa era estar um grau acima: na forma de vestir, na forma de estar, em termos de aprendizagem, na linguagem."

A REVOLUÇÃO IMINENTE

Em ano de vésperas de Revolução, com um emprego estável e um ordenado fixo, voltou para o Sobral, de onde apanhava todos os dias o comboio para a fábrica no Cacém. O burburinho de antes começava a subir de tom e eram percetíveis mudanças iminentes. "Já se falava lá na oficina. O oficial da máquina, às vezes, falava lá com alguns." Fernando Calhas lembra que os mais revolucionários apareceram mais tarde, já depois do 25 de Abril, alguns até chefes de secção, com receio de represálias por parte dos patrões, com relevantes funções dentro do aparelho do regime.
A Revolução trouxe muitas virtudes. Fernando Calhas destaca uma: "O 25 de Abril deu oportunidade às pessoas da agricultura de melhorarem o nível de vida com a implementação das caixas agrícolas." Embora reconheça bastantes falhas ao Portugal de hoje, tem a certeza de que o ponto de partida para as corrigir será sempre "viver em liberdade e respeitar a liberdade dos outros."

ESTE PONTO DE ENCONTRO ERA ALVO DE OLHARES INDISCRETOS DA PIDE, QUE SE MANTINHA ATENTA ÀS CONVERSAS ENTRE OS PEQUENOS AGRICULTORES

* Alunas da licenciatura em Jornalismo,
da Escola Superior de Comunicação Social (ESCS),
do Instituto Politécnico de Lisboa

A CONDIÇÃO HEROICA DO AVÔ

Uma carta aos netos apresentada pelo Capitão de Abril Nuno Santos Silva na intimidade familiar

JORGE GOLIAS*

NESTE SEGUNDO TEXTO desta secção apresenta-se agora a resposta do Capitão de Abril Nuno Santos Silva (coronel da Força Aérea), que participou na tomada do Rádio Clube Português no dia 25 de Abril de 1974, e que andou pelo mundo nas voltas que a vida dá (Europa, África e América), sempre explicando o que foi o 25 de Abril em Portugal.

A missiva que nos apresenta é uma carta para todos, a começar pelos seus próprios netos, que vai apresentando na intimidade familiar, mas também no acompanhamento que foram fazendo ao avô nas celebrações escolares e cívicas do 25 de Abril.

E entendeu o Nuno não esperar mais pelas respostas dos netos e apresentá-las juntamente com esta sua carta. Temos assim aqui os testemunhos da Marta, de 21 anos, e do Rodrigo, de 18.

A Marta celebra a condição heroica do avô, elenca muito bem os valores de Abril, e termina dando ao avô a dupla condição de capitão de Abril e capitão da sua neta!

O Rodrigo, tal como a prima, regista o orgulho que tem no avô e identifica logo a principal conquista do 25 de Abril: a Liberdade. Mas vai dando conta também dos valores que melhor registou: o amor pelo próximo, a honra dos compromissos e a luta pelos objectivos de vida.

O avô Nuno, também ele muito orgulhoso dos seus netos, fecha este magnífico texto familiar, sublinhando o valor da vida como aprendizagem contínua, com altos e baixos, "agarrando o tempo", na soma dos dias que nunca se repetem, "com as mãos e com a...ALMA!"

O carácter intimista desta primeira carta aos netos e primeiras cartas dos netos, fica melhor com a ilustração de duas fotos dos seus intervenientes.

Assim, agradecemos ao capitão de Abril Nuno Santos Silva esta excelente primeira colaboração que vem justificar plenamente a Secção **Cartas aos Netos de Abril** e agora, também, **Carta dos Netos de Abril.**

* Sócio da A25A

QUATRO ESPERANÇAS DE LIBERDADE

Direitos reservados

Esta imagem ilustra bem o carácter intimista desta primeira carta aos netos e primeiras cartas dos netos

Orgulhosamente avô e orgulhosamente Capitão de Abril, o autor deste texto vê nos seus quatro netos a continuidade, não só da existência física mas, de forma quase idealística, também dos ideais e das causas da Revolução

NUNO SANTOS SILVA*

SEI QUE CORRO O RISCO de não respeitar de forma muito rigorosa o repto lançado pelo *O Referencial* em dirigir uma mensagem à geração dos meus netos. No entanto, não me sinto tentado (e quiçá incapaz) de escrever uma mensagem destinada a um conjunto alargado de jovens sobre as minhas vivências, sobre o que com elas aprendi no curso da minha vida ou sobre o que elas tenham de exemplaridade. Questiono se esses factos, essas vivências, são suficientemente importantes para produzir uma mensagem ou uma visão que lhes sirva de lição.

Por isso circunscreverei esta minha mensagem, esta minha memória, aos jovens que acompanhei desde os alvores das respectivas vidas e que, tendo crescido e tendo acompanhado esse crescimento, são, paradigmaticamente, jovens da sua época, com visões e expectativas que os tempos actuais inspiram e promovem. Trata-se dos meus netos.

Ao longo destes quase cinquenta anos que nos separam, no dizer de Sofia de Melo Breyner, da "madrugada que eu esperava o dia inicial inteiro e limpo" que nos fez emergir "da noite e do silêncio", sempre que a oportunidade o reclamava, representei a A25A em numerosos

locais, institucional e geograficamente falando, escolas, universidades, autarquias, reuniões de associações de cidadãos, de Aveiro a Aljezur, passando por Moçambique onde permaneci dez anos e onde sempre, mas sempre, se comemorou o 25 de Abril junto da nossa comunidade que se reunia na data e a celebrava. Por lá muitos outros capitães de Abril se associavam. Também em Bruxelas e em Toronto, fora das nossas fronteiras, mas dentro do espírito de comunhão que leva os nossos compatriotas a sentirem-se irmanados com a data que trouxe Portugal à democracia e à liberdade.
Porque particularmente expressiva, destaco uma sessão de divulgação de um livro "construído" em Almada com um título sugestivo: *Conta-me que eu conto; os avós na minha idade: retratos sociais de Almada*. Este livro, publicado em 2017, foi o resultado de uma iniciativa de professores da Escola Anselmo de Andrade, em Almada, a escola que o meu neto, à época, frequentava. O objectivo deste projeto era envolver os alunos de forma a que eles funcionassem como o principal elo de ligação com o passado, ao recolherem as memórias dos avós e, por esse meio, participassem numa primeira experiência de "fazer história", contribuindo para a reconstituição de uma parcela da memória da região onde vivem.
Fui entrevistado e dei o meu testemunho para a memória que se queria reconstituir. Conjuntamente, e a pedido, entreguei também fotos da ocupação do Rádio Clube Português que ilustraram o livro.
No exemplar que me foi oferecido, a coordenadora do projeto, professora Maria Nazareth Almas, dirigindo-se a mim, mas também a todos nós, escreveu: "Para o nosso 'pilar' Nuno Santos Silva, um grande beijinho de toda a equipa escolar".

CONSTRUIR A MEMÓRIA

Almada é a cidade onde vivo e para a qual eu, lisboeta de têmpera, nascido em Alfama, emigrei, arrastado por uma paixão serôdia, com mais de quarenta anos.
Desta feita, trata-se de construir a nossa memória, a nossa memória existencial, levando os meus netos a pronunciarem-se sobre as marcas e os princípios que, enquanto familiar muito próximo e cidadão de Abril, lhes transmiti.
Do meu percurso biológico resultaram entre outras coisas, dois filhos e quatro netos. Se fosse aplicável a contabilidade, poderia dizer que o declínio da população não será da minha responsabilidade.
Estas partes de mim, da minha vida, mas sobretudo dos meus afetos são a Marta com 21 anos, o Rodrigo com 18, a Beatriz com 11 e um raiozinho de sol chamado Mariana com quase cinco meses. Com ela estamos a reaprender a experiência deslumbrante do despontar de uma vida e a expressividade de um sorriso de criança sempre disponível para quem dela se acerca.
Com o Rodrigo e com a Beatriz partilhei uma relação quase quotidiana. Estas duas crianças, ao longo do seu crescimento, mesmo muito inicial, conviveram connosco e com os temas que constituíam a nossa vida, as nossas conversas, as nossas discussões nas quais, com é óbvio, o 25 de Abril era um tema recorrente. Sempre houve um sem número de histórias, de factos, de experiências e de julgamentos de ordem moral que presenciaram e que a seu modo, não obstante a sua imaturidade nos passos iniciais da sua vida, chamaram também a si.
Subjacente ao 25 de Abril está bem presente a ideia de pôr termo às injustiças, à violência, ao abuso de autoridade do regime. Sem conotações épicas e sem sobrevalorizações dos nossos egos, há, nesta vivência comum, uma separação e definição dos campos do bem e do mal que seguramente interiorizaram.

TRANSMITIR O QUE APRENDEMOS

A mensagem que deixamos é aquela que a vida que tivemos nos fez aprender e só podemos transmitir aquilo que aprendemos. Os netos representam a continuidade, não só da nossa existência física mas, de forma quase idealística, também dos nossos ideais e das nossas causas. De que forma nos batemos por elas, das nossas pequenas vitórias e dos nossos insucessos.
Sempre tive o cuidado de, em momentos de celebração, me fazer acompanhar dos meus netos e estes faziam-no com alegria e até com entusiamo.
Em Almada, no ano de 2010, numa intervenção pública evocativa do 25 de Abril, perante uma enorme multidão, eu e a Marta, na principal praça da cidade, discursámos. Foi para ela uma experiência marcante: falar para uma multidão. A minha intervenção, para muitas das pessoas que nos ouviram, foi completamente secundarizada e passei apenas a ser o avô da Marta, aquele capitão de Abril. O melhor papel secundário que interpretei na minha vida.
Neste seu discurso, com base num texto de Maria Rosa Colaço, a Marta, nos seus oito anos, proclamou:
Abril é o mês dos cravos encarnados
Abril é o mês que eu gosto mais
Em Abril nasceu uma estrela da paz para os dias tristes
O Sol sorri em Abril

Foram bastantes as vezes que desfilámos na avenida de cravo ao peito e de alegria no coração. Numa delas o Rodrigo, então ainda muito menino, foi abordado por uma jornalista de microfone na mão que lhe perguntou: Então o que significa para ti o 25 de Abril? e a resposta espontânea, pronta, segura e convicta: A liberdade!
Esta resposta, que me deixou particularmente orgulhoso, lembrou-me que a mais importante mensagem da minha vida, já tinha ganhado um importante aliado.
A pequena Beatriz, ainda bebé, tinha um prazer particular em exibir um cravo e a palavra de ordem: Abril , *Xempre*!
Com eles renovámos a forma como lidámos e educámos os seus progenitores. Não se trata de uma repetição. Os tempos são completamente diferentes e a forma como encaram o seu presente radica noutra realidade, alimentam outros conceitos, têm uma vivência própria, mas há princípios que têm uma validade que vai para além do curso das gerações.
Na minha opinião este artigo só faz sentido recolhendo os seus depoimentos, sobre o resulta-

do dos nossos trajetos comuns.
Que marcas ficaram para além da nossa relação afetiva, de que forma o resultado do nosso convívio, e dos princípios e modos de vida que partilhámos, influenciou ou influencia a sua leitura dos tempos actuais e de que forma conservam essa memória.

TESTEMUNHO DA MARTA

Pedi à Marta e ao Rodrigo que me dessem testemunho sobre a forma como a nossa convivência os havia marcado
A Marta deu o seu testemunho nestes termos:
Eu não consigo rotular o meu avô apenas como Capitão (agora Coronel) do 25 de Abril, pois não foi só um dos homens corajosos que decidiu fazer parte da revolução que levou à queda de um estado autocrático, retrógrado e opressivo, mas foi também um homem corajoso com a sua família e amigos. O meu avô ensinou-me a cuidar do outro, a ter compaixão para com o outro e nunca baixar os braços quando as adversidades aparecem. Ensinou-me a pôr as mãos à obra e se fosse preciso até na terra: ensinou-me a plantar sementes que mais tarde se iriam transformar em árvores ou flores.
Ele transmitiu-me o seu sentido de humor característico pelas suas palavras caras e pomposas, que me irão sempre fazer rir e ser tópico de conversa nos nossos deliciosos almoços e jantares em família.
O meu avô ensinou-me a nunca recusar um desafio e acima de tudo nunca duvidar das minhas capacidades. No meu caso na Matemática, ao transmitir-me o gosto pela mesma, e, no caso dele, na organização de uma revolução que mais tarde iria dar início a uma democracia. Diferentes magnitudes, eu sei, mas os mesmos valores de resiliência e perseverança.
Considero que a minha geração não tem muita noção do impacto que este grupo de homens e mulheres de que o meu avô fez parte teve. Estes que lutaram para conquistar alguns dos direitos que na altura não existiam: a liberdade de expressão, o direito das mulheres ao voto, a educação para todos, entre muitos outros. Foi esta mudança que permitiu um salto político e social no país e uma evolução a diversos níveis. Atrevo-me a dizer que não estaria no ponto da minha vida em que estou agora, licenciada e a trabalhar numa das maiores empresas do mundo, se não fosse a ajuda do meu avô. E esta ajuda não foi apenas no meu percurso académico, mas sim na minha educação e na criação de um Portugal que temos agora: livre.
Tenho muito orgulho em dizer que o meu avô não foi apenas o Capitão de Abril mas também o Capitão da sua neta.

TESTEMUNHO DO RODRIGO

"Avô, transmitiste-me bastantes coisas, entre as quais alguns valores e princípios que levo para o resto da minha vida, e um ato de coragem que foi levado a cabo por ti e pelos teus companheiros, o 25 de Abril.
Sempre me contaste muitas histórias sobre o 25 de Abril, e sempre tive a curiosidade de saber mais sobre ele, do muito que me contaste e me passaste.
Tenho uma palavra para descrever o que o 25 de Abril significa para mim, liberdade, uma palavra simples, mas com um significado muito grande. A partir desse dia houve muitas mudanças na sociedade, o facto das pessoas poderem ter acesso à liberdade que não havia na época do Estado Novo foi uma das principais mudanças.
Devo expressar que sinto um orgulho enorme pelo que fizeste, pois para isso é preciso ter muita coragem.
Além disso passaste-me valores muito importantes os quais tenciono levar para a vida, tal como o respeito, amor e cuidado que devemos ter com os que nos são próximos e que amamos, honrar sempre os compromissos com os outros e, mais importante, honrar os compromissos comigo próprio, trabalhar e batalhar pelo que ambiciono e pôr sempre em primeiro lugar as coisas mais importantes, tanto na escola, como na vida.

Direitos reservados

A pequena Beatriz, ainda bebé, tinha um prazer particular em exibir um cravo e a palavra de ordem: Abril , Xempre!

TEMPO SEMPRE NOVO

A Beatriz, após a separação dos pais, há já uns bons anos, vive no Brasil e, cedo de mais, foi apartada do nosso convívio.
A Mariana, na sua tenríssima idade, responderia sempre, qualquer que seja a questão que lhe seja posta, com um rosto iluminado pelo mais belo e rasgado dos sorrisos. É nela que também reside o futuro e este é, e será sempre, uma esperança.
Para a Marta e o Rodrigo, além do reconhecimento de que contribuí de forma muito positiva para o seu conceito de cidadania, de apego a valores e princípios, tenho uma palavra final. De que a vida se constrói momento a momento, somando as boas e más vivências, num contínuo de aprendizagem, de luta e fidelidade àquilo em que acreditamos, agarrando o tempo e a causa maior da liberdade própria e alheia.
A vida constrói-se agarrando o tempo, porque agarrar o tempo é fazer dos minutos, das horas e dos dias um tempo sempre novo e nunca repetido... porque o tempo só faz sentido se for bem agarrado com as mãos e com a...
ALMA!

* Capitão de Abril, sócio da A25A

QUATRO X QUATRO
ENTREVISTA COM ISABEL LINDIM

"SEM IGUALDADE NÃO HÁ LIBERDADE"

Em "quatro x quatro", um "olhar" desafiador e desafiante, sobre questões tão importantes como a Liberdade, a Igualdade ("sem igualdade não há liberdade"), a Democracia ou a Esperança. No caso, a opinião de Isabel Lindim, jornalista com um percurso ligado à cultura e à pesquisa histórica, ainda que, mais recentemente, tenha passado a prestar maior atenção aos temas do ambiente, com o objectivo de divulgar a "informação científica de forma rigorosa, mas acessível a todos". Foi bolseira da Gulbenkian e é autora de livros, como *Mulheres de Armas* ou *Portugal 2071.*

Direitos reservados

ALEXANDRE MANUEL* E CARLOS DE MATOS GOMES**

Dos termos mais utilizados no discurso político, a Liberdade é uma palavra encantatória, constituindo mesmo objecto apetecido de manipulação e falsificação. Não é, no entanto, um conceito abstrato, de tal modo que os autores do 25 de Abril o pretenderam explicitado no seu Programa. Cinquenta anos quase passados, que conteúdo entende que a Liberdade deve ter na sociedade em que vivemos e na sociedade que queremos projetada? Quais os perigos que, na sua opinião, corre essa mesma Liberdade e o que podemos (devemos) fazer para a defender?

Não há liberdade sem igualdade. O meu avô era poeta (além do emprego que tinha na direcção dos Caminhos de Ferro). Um dos seus poemas, que deu título ao livro que as filhas publicaram uns anos depois de ter morrido, dizia "Eu, meus senhores, amo a igualdade". Muitas vezes olho para essa frase e penso que foi escrita em 1921, numa altura em que Portugal vivia grandes turbulências e um ambiente que antecipava uma ditadura que durou várias décadas. Podia ter escolhido a palavra liberdade, mas sabia que sem igualdade não há liberdade e escolheu essa palavra como objecto simbólico da sua devoção.

Todos os anos desço a Avenida da Liberdade, como forma de agradecimento a quem fez o 25 de Abril. Tenho uma profunda admiração pela luta antifascista. Enquanto desço, vou sempre pensando que "estou aqui porque posso, não há ninguém que me impeça". Sei que não é assim em todo o lado. Sei o que foi preciso para Portugal chegar ao dia 25 de Abril.

Nos últimos tempos, tem havido alguma confusão com o conceito de liberdade. Há uma

parte da sociedade que se manifesta preocupada com a sua liberdade individual, tem medo de a perder, faz disso a grande prioridade. São uns privilegiados que não sabem o que é viver sem liberdade. Têm muita dificuldade em pôr-se no lugar dos outros.
Sem consciência (e tendo sempre a sua liberdade como fundamento), juntam-se às ideias neofascistas que estão agora a prevalecer. E isso, sim, é um perigo. Quando vejo pessoas que se manifestam indignadas com falta de liberdade, pergunto-me se têm noção que o problema não é de facto a ausência de liberdade. O grande perigo para a liberdade é precisamente as ideias de extrema-direita que parecem atingir uma parte da população. Essas ideias querem criar muros e esses muros podem ter várias formas. Alguns são geograficamente compostos pela paisagem humana que se vai dividindo (no planeta e dentro de cada país), outros são erguidos e mantidos bem firmes em velhos costumes normalizados, como a discriminação racial, a xenofobia ou o machismo. Penso que a nossa grande ambição, e aquilo que devemos admirar nas novas gerações que lutam por qualquer tipo de justiça social, é não deixar que isso aconteça. O poema do meu avô chamava-se "Abro a minha alma" e dizia também: "Quem tem um coração sente a verdade, na força da Razão tem confiança, e pensa em nivelar essa balança que divide tão mal a humanidade".

Não sendo um termo unívoco, nem tendo uma interpretação única, é fundamental que a Democracia seja a expressão livre da vontade maioritária de uma sociedade, tanto no modo como pretende ser governada, como ainda em relação à preservação dos seus valores e concretização dos seus desejos. Não terá sido, pois, por acaso que o Programa do MFA proclamou a intenção de implantar uma "Democracia" para substituir uma "Ditadura". A expressão dessa proposta, um dos "D" do Programa, é a Constituição da República Portuguesa. Passados todos estes anos, como entende que, hoje, a vontade dos cidadãos pode ser ameaçada (ou não) pelos grandes e cada vez mais poderosos meios de comunicação, frequentemente acusados de se terem transformado em agentes manipuladores, falseando, inclusive, os elementos essenciais para uma livre expressão, para uma séria informação?

HÁ "PRIVILEGIADOS QUE NÃO SABEM O QUE É VIVER SEM LIBERDADE"

O que mais me choca atualmente é a forma como alguns meios de comunicação social dão voz a organizações de extrema-direita e a partidos como o Chega. Se ligarmos a televisão, é absolutamente normal vermos uma notícia ser dada pelo lado da instituição governamental e o contraditório ser apenas dado por esse partido, que entretanto tem doze deputados sentados na Assembleia da República. Será que os canais de televisão têm consciência de que estão a contribuir para o crescimento e normalização destas ideias? Os telejornais repetem-se e traduzem uma uniformidade que está de acordo com uma agenda política. Dedicam-se pouco ao jornalismo de investigação e à reportagem. A opinião pública tem como base a opinião de comentadores.
Alguma imprensa escrita também segue o mesmo registo. Penso que o debate sobre dar ou não lugar a partidos de extrema-direita nas notícias deixou de estar nas redações. Há uns anos, ainda era matéria de discussão. Agora, é normal.
Não me preocupa a livre expressão, porque entendo que essa pode ser dada, de alguma forma, por diferentes meios (apesar das dificuldades financeiras, continua a existir jornalismo independente), e o "consumidor" pode escolher, vivendo nós em democracia. Preocupa-me a falta de responsabilidade dos meios de comunicação. Não querem entender este fenómeno que cresce por todo o mundo, querem apenas lançar a polémica, não importa como, e de vez em quando dão lições de moral, para dizer o quanto discordam do racismo ou de violência doméstica. Não me parece, de todo, que seja suficiente.

O Estado de Direito constitui uma conquista civilizacional que pretende equilibrar o poder soberano do Estado – tendencialmente totalitário – e o poder do indivíduo – tendencialmente restrito e centrado em interesses particulares. Foi, de facto, uma conquista, no sentido da construção de uma sociedade mais justa, capaz de equilibrar o interesse da coletividade com o direito dos cidadãos. Uma das graves questões do nosso tempo centra-se exactamente na relação do Estado com os cidadãos, de um Estado prestador de serviços, através da administração pública a esses mesmos cidadãos, seus "clientes", e ainda de um Estado, entidade de defesa de direitos individuais contra as oligarquias e as corporações. Como, na sua opinião, pode (deve) o Estado melhorar a sua relação com os cidadãos.

A DITADURA ACABOU, MAS PERMANECEM OS BRANDOS COSTUMES

A ditadura acabou há quase cinquenta anos, mas os brandos costumes permanecem. Continua a haver uma grande distância entre Estado e cidadãos. Existe, sobretudo, uma espécie de bolha à volta de quem governa, é um país onde a hierarquia e o corporativismo são ainda uma prevalência. Junte-se a isso toda uma máquina burocrática e o resultado é uma entropia que afasta a comunidade. São poucos os governantes que criam alguma proximidade e ouvem, de facto, os cidadãos.
Um passo de gigante seria a criação de uma relação de reciprocidade com as entidades que se organizam, como associações de defesa de determinados direitos ou movimentos de cidadania. Chamá-las a si antes de tomarem decisões ou elegerem cargos. Não tratarem essas organizações como inimigos, mas como aliados, que podem fornecer informação e até mesmo aconselhar. Uma das grandes vantagens da

Democracia é as pessoas poderem organizar-se livremente. Os decisores políticos podem tirar partido disso.
Ter esta perspectiva de que os "clientes" só estão cá para reclamar é um mau princípio. Quando se fala de diálogo, palavra tão usual no discurso político, temos de nos questionar até que ponto os cidadãos estão de facto a ser ouvidos. Por outro lado, acho também que a cultura do pequeno poder não ajuda a criar empatia entre quem presta um serviço e quem dele tem direito.

As sociedades e os seres humanos não conseguem manter a sua coesão sem uma visão de futuro, sem uma Esperança, aquela esperança que, podendo ser embora um projecto individual ou familiar, é sempre, no entanto e também, um projecto político. O que, quanto a si, deve ser entendido como elemento mobilizador, como farol de esperança para Portugal? Serão, no caso, a cultura, o ambiente, a organização do trabalho, a educação, as relações interculturais, as novas famílias, as novas "aldeias"?

O elemento mobilizador pode ser precisamente o princípio de igualdade, transversal a todos os sectores. São vários os movimentos que se regem por uma maior justiça social e há que dar voz a esses, seja na área do trabalho, dos direitos humanos, do ambiente, da saúde, da educação ou da cultura. Pouco a pouco pode-se caminhar nesse sentido. Uma visão de futuro mais apaziguadora é imaginar salários mais justos, sem que a maioria da população viva parte do mês em carência, sem que as crianças passem fome e em que tenham mais possibilidade de escolha. Isso já seria um começo.
Tenho muita esperança nas novas gerações mais esclarecidas, mais livres de preconceitos e mais justas. Acho que esse sentido de liberdade vai ser o grande farol. Para a maior parte dos jovens, é inconcebível algum tipo de descriminação. São mentes mais abertas.
São também gerações que têm muita informação científica ao seu dispor e acredito que vão fazer bom uso dela. Estamos numa fase em que o mundo está muito acelerado e a pós-pandemia trouxe muita ansiedade e muitas angústias. Ouvir crianças e jovens pode ser a esperança de todos nós.

OUVIR CRIANÇAS E JOVENS PODE SER A ESPERANÇA DE TODOS NÓS

* Jornalista, professor universitário
** Coronel na reforma, escritor e sócio fundador da A25A

O ROSTO DA ENTREVISTA

ISABEL LINDIM é uma jornalista que se iniciou na profissão há cerca de um quarto de século, tendo colaborado, designadamente, na *Grande Reportagem*, *Elle*, *Luz* ou *Visão* e ainda nos programas "Pop-Up" da RTP. Foi, no entanto, a partir da sua colaboração no programa da SIC, "À descoberta com...", dedicado à conservação das espécies e dos ecossistemas naturais, que se acentuou o seu interesse pelas questões ambientais e o futuro do Planeta. Passou, então, a abraçar um dos grandes desafios do jornalismo actual: "entender a crise ambiental em que vivemos, ouvindo, para tal, os cientistas", mas fazendo com que a linguagem dessa informação, mantendo-se embora rigorosa, seja, no entanto, "acessível a todos".
É autora ou coautora dos livros *O poder da maquilhagem*, com Antónia Rosa (D. Quixote, 2005); *Mulheres de armas*, com Isabel do Carmo (Objectiva, 2012) e *Portugal ano 2071* (oficina do Livro, 2021).
Foi bolseira da Gulbenkian (Bolsa de Investigação Jornalística, 2019), com o objectivo de estudar o percurso do empresário Manuel Vinhas (*Manuel Vinhas, história de um mecenas)* que, "ao longo de três décadas, adquiriu obras e apoiou vários artistas, patrocinando centros de cultura e companhias de teatro". E que, apesar de ligado ao Regime, acabou por ser "perseguido pela PIDE e impedido de viajar para a Europa e África" após a publicação de um livro em que defendia a autonomia angolana.
Lindim Ramos (a Bli) é filha de Isabel do Carmo, médica-endocrinologista, cofundadora das Brigadas Revolucionárias, e de Orlando Lindim Ramos, médico e militante comunista que esteve preso cinco anos em Peniche.
De todos os "actos de transgressão, ou tidos como tal", praticados pela sua mãe, o que mais a marcou foi o da prisão. Tinha, então, cinco anos.
"Lembro-me" – diz – de "estar em casa da minha tia e de me dizerem: 'a tua mãe vai estar presa durante um tempo e tu ficas aqui connosco'. Era um prédio de família. A minha tia vivia no primeiro andar e a minha avó no segundo. Foi durante a primária. Ainda bem que foi no Barreiro, porque fui acarinhada por toda a gente" – recorda ela, em entrevista concedida a Anabela Mota Ribeiro, aquando da publicação do livro *Mulheres de Armas*, escrito em colaboração com a mãe, sobre a acção das mulheres nas Brigadas Revolucionárias.
"As pessoas" – afirma a propósito – "têm que ter a noção de que existiram organizações, como a ARA (Acção Revolucionária Armada, do PCP) a LUAR (Liga de Unidade e Acção Revolucionária) e os católicos progressistas, que tiveram acções muito importantes anteriores ao 25 de Abril. Não foram só os militares que quebraram o regime. Ele já estava abalado".

VISITA AO CONSELHO DAS FINANÇAS PÚBLICAS

A instituição tem procurado explicar que, em finanças públicas, as opções de política são feitas num quadro de recursos limitados, financiados a partir do esforço de todos e de cada um dos cidadãos. A voz do conselho pode parecer incómoda, mas ela é tão-só uma voz do realismo

NAZARÉ DA COSTA CABRAL*

I – O quadro legal do Conselho das Finanças Públicas: missão, atribuições e o reconhecimento do seu papel [1]

O Conselho das Finanças Públicas (CFP) celebrou em 2022 os seus dez anos de existência. Foi criada em 2011, tendo começado a funcionar em 2012, como instituição orçamental independente, muito à semelhança de outras instituídas na Europa, na sequência da última grande crise financeira (e crise de dívidas públicas).

Ainda que uma parte da sua base jurídica se reconduza a legislação europeia (sobretudo o Pacto de Estabilidade e Crescimento, após as alterações sofridas em 2011 e 2013), a verdade é que o CFP é antes de mais uma instituição nacional, prevista e regulada por duas leis da Assembleia da República, por um lado, a lei de enquadramento orçamental, por outro lado, a lei que aprova os seus Estatutos, e de onde resultam a definição da sua missão e respetivas competências. Nos termos do artigo 7.º da Lei de Enquadramento Orçamental - LEO (aprovada pela Lei n.º 151/2015 de 11 de setembro) – que aqui veio reproduzir a LEO precedente - "O Conselho das Finanças Públicas tem por missão pronunciar-se sobre os objetivos propostos relativamente aos cenários macroeconómico e orçamental, à sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas e ao cumprimento da regra sobre o saldo orçamental, da regra da despesa da administração central e das regras de endividamento das regiões autónomas e das autarquias locais previstas nas respetivas leis de financiamento."

Por sua vez, os Estatutos do CFP, aprovados pela Lei n.º 54/2011, de 19 de outubro, concretizam as suas atribuições, de que se destacam as seguintes:

- Avaliar os cenários macroeconómicos adotados pelo Governo e a consistência das projeções orçamentais com esses cenários;
- Avaliar o cumprimento das regras orçamentais estabelecidas;
- Analisar a dinâmica da dívida pública e a evolução da sua sustentabilidade;
- Analisar a dinâmica de evolução dos compromissos existentes, com particular incidência nos sistemas de pensões e saúde e nas parcerias público-privadas e concessões;
- Avaliar a situação financeira das regiões autónomas e das autarquias locais;
- Avaliar a situação económica e financeira das entidades do sector público empresarial e o seu potencial impacto sobre a situação

Miguel A. Lopes, Lusa

1 A maior parte das referências deste texto correspondem, com adaptações, a excertos da minha intervenção na Conferência comemorativa dos Dez Anos do Conselho das Finanças Públicas, e que pode ser encontrada aqui: https://www.cfp.pt/pt/eventos/eventos/conferencia-dez-anos-do-conselho-das-financas-publicas.

consolidada das contas públicas e sua sustentabilidade;
– Acompanhar a execução orçamental.

O trabalho de concretização deste longo mandato legal – para um corpo de técnicos que não excede a dúzia – é assim muito exigente. Ao longo do ano, o CFP produz vários relatórios regulares (anuais) [podem ser consultados em https://www.cfp.pt/], com destaque para:
– Parecer (endosso) das previsões macro (Orçamento e Programa de Estabilidade)
– Perspetivas [*outlook*] macroeconómicas e orçamentais (março e atualizado em setembro);
– Relatório sobre o Orçamento do Estado (OE);
– Relatório sobre o Programa de Estabilidade.

O CFP produz ainda:
– Relatório sobre Riscos e Sustentabilidade (a cada dois anos)
– Relatório sobre a execução orçamental: Análise da Conta das Administrações Públicas;
– Relatórios sectoriais: Segurança Social; Administração Local; Administração Regional; Saúde; Sector Empresarial do Estado;
– Outras publicações não regulares.

O seu estatuto de independência resulta também dos respetivos Estatutos, que qualificam o CFP como pessoa coletiva de direito público, com a natureza de entidade administrativa independente, dotada de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, estando sujeita ao regime dos serviços e fundos autónomos. Por sua vez, nos termos do artigo 5.º (com a epígrafe 'Independência'), determina-se que "o CFP e os membros dos respetivos órgãos atuam de forma independente no desempenho das funções que lhes estão cometidas por lei e pelos presentes estatutos, não podendo solicitar nem receber instruções da Assembleia da República, do Governo ou de quaisquer outras entidades públicas ou privadas."

O PANO DE FUNDO DO TRABALHO DO CFP NÃO É UM PAÍS IMAGINADO OU UM QUALQUER PAÍS DA UTOPIA; O PANO DE FUNDO É O NOSSO PAÍS REAL

Tal como se vê, esta instituição desempenha uma função que não é replicada por qualquer outra no país, uma função de vigilância orçamental, de verificação do cumprimento dos mais importantes indicadores de disciplina orçamental e de sustentabilidade financeira de longo prazo, quer por parte do Estado central, quer por parte dos governos locais e regionais. Trata-se de uma função de natureza essencialmente preventiva e não punitiva, cabendo-lhe nomeadamente assinalar, em devido tempo, os principais riscos que ponham em causa a sustentabilidade das finanças públicas e permitindo assim a tomada de medidas de correção de forma adequada e tempestiva.

Em especial, cumpre destacar o papel do CFP na valorização da disciplina na gestão orçamental e a valorização da sustentabilidade de longo prazo das finanças públicas como imperativo nacional, em ordem, desde logo, ao reforço da credibilidade do país (condição *sine qua non* de acesso a financiamento e a bom financiamento nos mercados financeiros) e, depois, fundamentalmente, como condição de uma melhor atuação do Estado quer no plano da estabilização macroeconómica, quer no plano da promoção, em termos mais estruturais, do crescimento sustentável da economia portuguesa.

O CFP é hoje uma instituição escutada e respeitada em Portugal, mas também fora do país.[2] Nas várias instâncias e encontros com entidades, organismos e agências internacionais, existe sempre o cuidado de caracterizar com o maior rigor e transparência a situação macroeconómica e orçamental do país, contribuindo assim para a credibilização das instituições portuguesas e para a própria imagem do país, com tudo o que isso significa.

De notar ainda, por sua vez, que a realização do trabalho do CFP, ou seja, a concretização do seu mandato legal depende primacialmente do cumprimento por parte das entidades públicas do dever de informação, ou seja, do respeito pleno pelo princípio da transparência orçamental. Este é um aspeto crítico para a realização do nosso trabalho, sempre dependente do fornecimento de dados e, por conseguinte, das condições e da vontade para os fornecer.

II – Aspetos a reforçar e desafios para o futuro

O CFP é, como vimos, uma instituição orçamental independente, e independente de qualquer poder, o que é aferível quer no plano da sua governação, quer no da sua atuação técnica. Em todo o caso, este estatuto de independência pode ser ainda mais reforçado.

Permito-me, a este respeito, recordar o resultado da avaliação que foi feita ao CFP, a seu pedido, pela OCDE, e publicada no início de 2019, um resultado aliás excelente, e de onde decorriam também algumas recomendações de melhoria:[3] de entre essas recomendações constava precisamente – como forma de aumentar a responsabilidade coletiva na nomeação dos membros do seu Conselho Superior (CS) - o envolvimento da Assembleia da República, e em especial da Comissão de Orçamento e Finanças, na emissão de uma opinião acerca dos membros propostos pelos Presidente do Tribunal de Contas e Governador do Banco de Portugal, antes de ser tomada a decisão final pelo

2 Recentemente, o Conselho Orçamental Europeu ('European Fiscal Board'), no seu Relatório anual de 2022, dedicou uma secção justamente à análise do trabalho realizado pelo CFP, tendo daí resultado uma avaliação muito favorável quer quanto ao seu grau de independência, quer da qualidade desse mesmo trabalho. Informação disponível aqui: https://www.cfp.pt/pt/noticias/noticias/european-fiscal-board-destaca-a-independencia-e-a-qualidade-do-trabalho-do-conselho-das-financas-publicas.

3 O resultado da avaliação da OCDE pode ser consultado aqui: https://www.cfp.pt/pt/noticias/noticias/resultados-da-analise-da-ocde-ao-cfp.

Conselho de Ministros. Acreditamos que esta seria, de facto, uma forma possível de reforçar o estatuto de independência dos membros do CS, através da validação parlamentar das competências e perfil dos mesmos, permitindo, por conseguinte, uma maior adesão coletiva aos nomes escolhidos.

O CFP é uma instituição nacional, mas que, cumpre dizê-lo, ainda não se encontra totalmente enraizada no nosso país. Esta é uma contingência, de certa forma natural, que afeta a generalidade das instituições similares dos países europeus, criadas numa fase mais tardia, já no século XXI, na sequência da (última) crise financeira. Na referida avaliação feita pela OCDE, constava justamente também a necessidade de o CFP se focar mais em comunicar o seu papel como instituição ao serviço dos cidadãos de Portugal.

O enraizamento, na sociedade, de uma instituição nova, que se considera útil e importante – até pelo papel único que desempenha – depende de diversos fatores. Depende, desde logo, do grau de notoriedade da própria instituição, do conhecimento que dela se tem, do que nela é feito, de quem nela trabalha. Depende depois do reconhecimento crescente da valia e qualidade desse trabalho. Temos feito, ao longo destes anos, um esforço neste sentido, procurando melhorar a nossa capacidade de análise no campo macroeconómico e orçamental, e também a nossa capacidade de comunicar com o exterior, com o público em geral, o que nem sempre é tarefa fácil, até pela elevada componente técnica, que pode parecer árida, das matérias aqui tratadas. Cumpre, neste ponto, enaltecer o suporte constante que tem sido dado ao CFP pela comunicação social na divulgação dos nossos trabalhos, mas também a forma pró-ativa, através das apreciações feitas e questões colocadas, como nos tem ajudado a melhorar esse trabalho técnico e de comunicação.

Neste esforço de amplificação da visibilidade do CFP, temos procurado também, enquanto instituição nacional que somos, sair do reduto de Lisboa onde estamos fisicamente situados, e chegar ao resto do país, a todo o país, através de um trabalho que qualificamos de descentralização. Esse trabalho tem passado, em primeira linha, pelo envolvimento das diversas instituições universitárias portuguesas, procurando promover uma partilha de conhecimento e a discussão plural de temas relevantes para a economia e finanças públicas portuguesas. A realização de ciclos anuais de conferências, intitulados o 'O CFP convida ao debate', que lançámos em 2020 (numa fase ainda pré-pandémica), envolvendo várias comunidades académicas do país e incidindo sobre as mais diversas temáticas, contribuiu e contribuirá agora, cada vez mais, para o maior conhecimento e reconhecimento, no todo nacional, do trabalho do CFP.

Dir-se-á, portanto, que, nesta fase, que é já uma fase de consolidação do CFP, o seu grande desafio é o de ser capaz de assegurar um maior sentido de enraizamento e apropriação nacional, a ideia de '*ownership*', ou seja, o reconhecimento amplo pelo país de que esta é uma instituição útil para a sustentabilidade das finanças públicas e para a economia de Portugal e que merece, portanto, ser respeitada e preservada. Enfrentar este desafio supõe um trabalho diário e insistente, um trabalho realizado com muita serenidade.

III – Conclusão: o CFP como instituição ao serviço da democracia e do nosso país

Ainda que circunstâncias históricas - a última grave crise de dívida soberana – possam conotar a criação do CFP com o conceito de 'austeridade', a verdade é que o seu objetivo é outro, e que com o tempo ele foi ganhando marcas mais certeiras e permanentes. O CFP é uma instituição dos nossos tempos, pensada para uma democracia avançada, vigilante e exigente e adaptada ao sistema económico e ao quadro económico e financeiro – interno e externo - em que se move o nosso país, este país com as suas idiossincrasias e subsistentes vulnerabilidades.

Dir-se-á ainda, por outro lado, que o pano de fundo do trabalho do CFP não é um país imaginado ou um qualquer país da utopia; o pano de fundo é o nosso país real. O CFP, de forma objetiva, procura assinalar a realidade das coisas, ainda que duras, não lhe competindo alimentar ilusões nem visões macroeconómicas ingénuas. Não nos cabe cultivar uma espécie de 'keynesianismo naïf', de achar que não há limites fiscais, nem creditícios, nem financeiros, nem sequer monetários, e crer que tudo se pode financiar para lá das que são as condições do país e da economia real. O CFP tem procurado explicar que, em finanças públicas, as opções de política são feitas num quadro de recursos limitados, financiados a partir do esforço de todos e de cada um dos cidadãos. Revela que existem restrições orçamentais e níveis de saturação de financiamento, sempre dependentes da capacidade nacional, presente e futura, de criação de riqueza. O CFP tem insistido, em especial, no peso da dívida pública portuguesa e na elevada exposição do país num mercado de dívida que é instável, como vemos já de novo neste momento que se antecipa complexo, de um eventual retorno aos fundamentais nacionais, pondo o país à prova, a prova de avaliação do que foi feito e do que faltou fazer, e sujeito a classificação.

Pode em suma dizer-se, e para concluir, que a voz do CFP pode parecer incómoda, mas ela é tão-só uma voz do realismo. O país real que assim se apresenta, sem artifícios, funda um princípio de exigência e de responsabilidade, define o quadro das possibilidades em que nos movemos e mostra que o espaço que medeia entre a espada do que é restrição orçamental preexistente e a parede das oportunidades raras de recuperação e resiliência é um espaço estreito que só pode ser percorrido com inteligência e coragem. Esta marca de realismo não deve, todavia, conotar o CFP com qualquer ideia de desencanto ou resignação austera, devendo, pelo contrário, favorecer a ambição de um país melhor, mais próspero e mais justo.

* Presidente do Conselho Superior do CFP

Direitos reservados

Mesmo sem mencionarmos crises políticas ou militares que poderão ser agudas e destruidoras, toda esta instabilidade irá traduzir-se na ocorrência de crises económicas e financeiras de diversos tipos

UM INVERNO QUE AINDA NÃO PASSOU

João Ferreira do Amaral analisa os efeitos das crises financeiras, económicas e climáticas actuais. O economista e professor comenta as estratégias de combate às crises, sublinhando a necessidade de uma nova visão da Zona Euro que devolva poder aos estados

JOÃO FERREIRA DO AMARAL*

OS TEMPOS ACTUAIS e provavelmente o seu prolongamento pelas próximas décadas serão, do ponto de vista da economia mundial, caracterizados pela incerteza e pela instabilidade. Há fortes razões para crer que assim seja.

Em primeiro lugar, devido à rivalidade crescente entre os EUA e potências emergentes (ou re-emergentes) e destas entre si. Mesmo sem considerarmos a guerra da Ucrânia, basta lembrar o clima de desconfiança actualmente existente, já com significativas consequências no domínio económico.

Em segundo lugar, e sem prejuízo deste clima de desconfiança e de alguns retrocessos pontuais, o avanço da globalização económica e financeira continuará a fazer-se sentir constituindo um impulso permanente para mudanças profundas na divisão internacional do trabalho que originam progresso mas também instabilidade.

Em terceiro lugar, porque a globalização económica e financeira continuará a ser o principal factor de agravamento das desigualdades a nível mundial na distribuição da riqueza e do rendimento, e será também o motor de uma cada vez mais intensa monopolização de sectores de actividade.

UMA NOVA VISÃO DA ZONA EURO, DEVOLVENDO MAIS PODERES AOS ESTADOS, E CENTRANDO-SE NA CONCERTAÇÃO ENTRE ELES, É ESSENCIAL PARA AS PRÓXIMAS DÉCADAS

Em quarto lugar, porque a emergência climática impõe uma profunda alteração quer da actividade produtiva quer nos padrões de consumo, e tal não se fará sem grande resistência dos sectores afectados e consequente instabilidade. Mesmo sem mencionarmos crises políticas ou militares que poderão ser agudas e destruidoras, toda esta instabilidade irá traduzir-se na ocorrência de crises económicas e financeiras de diversos tipos.

É LÍRICO PENSAR QUE, EM SITUAÇÃO DE NOVAS RIVALIDADES ENTRE POTÊNCIAS, SE VAI ATINGIR O GRAU DE COOPERAÇÃO MUNDIAL QUE SERIA DESEJÁVEL

A EMERGÊNCIA CLIMÁTICA IMPÕE UMA PROFUNDA ALTERAÇÃO QUER DA ACTIVIDADE PRODUTIVA QUER NOS PADRÕES DE CONSUMO

CRISES

O tipo de crise que tenderá a ser mais frequente será a financeira. O sistema monetário e financeiro mundial está sem regulação capaz desde o colapso do chamado sistema de Bretton Woods, em 1971-73, e é profundamente instável quando funciona sem regulação. Por várias razões, sendo talvez a mais evidente a que se relaciona com o carácter especulativo que o funcionamento deste sistema assume, sujeitando-se a frequentes crises de pânico que tendem a alastrar rapidamente.

Uma crise financeira, principalmente se não for atacada a tempo por uma política monetária eficaz, propaga-se em geral para o sistema económico e gera uma crise económica. Com efeito as falências originadas pela crise financeira levam à redução da actividade económica e ao consequente aumento do desemprego, que por sua vez levam a uma redução da procura de bens de consumo, o que vai gerar mais uma queda na produção e assim sucessivamente. Especialmente problemático é o caso, hoje verificado em muitos países do mundo desenvolvido, em que as famílias se encontram endividadas, o que faz agravar as consequências sociais negativas do aumento do desemprego, e pode agravar também a situação já de si problemática do sistema bancário, se por via do desemprego e da consequente perda de rendimentos muitas famílias deixarem de pagar os encargos dos empréstimos que contraíram.

Um outro tipo de crise é a resultante de um choque no preço do petróleo ou de outras matérias-primas essenciais. O caso do petróleo que, em 1973/74, 2008 e 2022/23 foi acompanhado por um choque dos preços de matérias-primas alimentares é uma crise que agrava profundamente os desequilíbrios sociais já existentes, e que na actualidade se imbrica com a necessidade de reduzir o consumo de combustíveis fósseis. Redução que pode ser facilitada pelo aumento de preços do petróleo mas pode dificultar a execução de políticas que passem pela subsidiação dos derivados do petróleo para evitar um choque maior em toda a economia.

Poderíamos falar de outros tipos de crises como a resultante da pandemia, que apanhou de surpresa os economistas e que foi agravada pela forma como a globalização se tem processado. No entanto não é necessário alargarmo-nos mais: ninguém tem dúvidas de que a instabilidade irá aumentar e que nesse caldo de cultura nascerão novas crises económicas e financeiras.

Constatar isto não significa cruzar os braços e esperar pela catástrofe.

COMO COMBATER AS CRISES?

As crises podem ter efeitos muito negativos, mas podem ser combatidas porque há instrumentos para isso. E se forem adequadamente combatidas pela política económica e pela política monetária poderão ser ultrapassadas e, em certos casos, serem, até, impulsionadoras do progresso. Mas para isso seria preciso que a nível mundial houvesse coordenação eficaz de algumas políticas principalmente nos domínios monetário e financeiro (neste caso, particularmente, das finanças públicas).

É lírico pensar que, em situação de novas rivalidades entre potências, se vai atingir o grau de cooperação mundial que seria desejável. Resta portanto àqueles blocos que tenham alguma coerência interna e objectivos comuns, mesmo que limitados, atingir o grau de coordenação necessário das suas políticas económicas.

No caso da Europa, e em particular na zona euro, não se tem conseguido esse grau de coordenação. Tem-se confundido coordenação com centralismo, e o centralismo de políticas num bloco composto por países muito diferenciados dá sempre mau resultado.

Este centralismo é fruto da deficiência de concepção das instituições da zona euro e tem sido responsável pelo funcionamento insatisfatório da zona. Uma nova visão da zona euro, devolvendo mais poderes aos estados que a compõem, e centrando-se na concertação entre esses estados, é essencial para que nas próximas décadas possamos lidar eficazmente com a instabilidade e com as crises que dela decorrerão.

* Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa

MAIS UMA REVOLUÇÃO COLORIDA NA GEÓRGIA?

Direitos reservados

Realizaram-se manifestações junto ao parlamento, em Tiblíssi, com o objetivo de impedir a aprovação de uma lei sobre a atuação de agentes estrangeiros no país

Violentos protestos registaram-se no país contra uma lei que obrigava todas as organizações não governamentais e de comunicação social, financiadas por entidades estrangeiras, a declararem-se "agentes estrangeiros". O diploma acabou por não ser aprovado

CARLOS BRANCO*

A GEÓRGIA TEM VINDO a ser assolada por violentos protestos (levantamento de barricadas, incêndio de viaturas, recurso a *cocktails* molotov, etc.) junto ao parlamento, em Tiblíssi, com o objetivo de impedir a aprovação de uma lei sobre a atuação de agentes estrangeiros no país. Visava essa lei registar organizações não-governamentais (ONG), órgãos da comunicação social e outras organizações financiadas por entidades estrangeiras. Todas as organizações sem fins lucrativos e de media, com um orçamento financiado em mais de 20% por entidades estrangeiras, deveriam ser registadas como "Agentes Estrangeiros".

Com essa lei, essas organizações passavam a ter de declarar quem as financiava e para quem faziam *lobby*. Com a transparência que esta lei proporcionava, a imagem de independência de grande parte destas organizações corria o risco de ser severamente abalada, e objeto de crítica e de repúdio. Não será, por isso, de estranhar que cerca de 300 ONG tivessem assinado uma petição a condená-la.

Estiveram particularmente agressivos nesta contestação os membros do "Frankling Club" e da "Girchi Youth", duas associações georgianas que sob a capa da promoção das ideias liberais e valores libertários, funcionam como guardas avançadas de interesses estrangeiros. Foi possível identificar no meio da multidão mercenários georgianos que combateram na Ucrânia, mas que regressaram à Geórgia nos dias anteriores às manifestações.

Por outro lado, um mês antes do início dos protestos, Kiev teria enviado para Tiblíssi 120 militantes ucranianos, numa espécie de retribuição pelo "trabalho" prestado por elementos dos serviços secretos georgianos, enviados pelo então presidente georgiano Saakashvili para a Ucrânia, na sublevação em Kiev conhecida por Euromaidan, em 2014, cuja atuação veio a revelar-se de extrema importância para a consumação do golpe de estado, levando ao derrube do presidente Viktor Yanukovich eleito democraticamente em 2010.

A elaboração desta lei decorreu da necessidade sentida pelas autoridades georgianas de estabelecerem um quadro legal que protegesse o país da ingerência de organismos estrangeiros nos seus assuntos internos, dadas as inúmeras organizações financiadas e apadrinhadas por entidades estrangeiras a funcionar no país,

que, de uma ou de outra forma, procuravam interferir na vida política da Geórgia, na comunicação social e na economia, condicionando a ação dos decisores políticos.
Os manifestantes acusavam o parlamento de preparar uma lei que visava reprimir a sociedade civil e condicionar os media independentes. Afirmavam ainda que a lei impediria a adesão do país à NATO e à UE. No entanto, o seu objetivo declarado era o de provocar o caos, e de criar um clima de instabilidade social propício à realização de uma operação de mudança de regime. Nas manifestações, enquanto se cantava o hino georgiano e se queimava a bandeira russa, desfraldavam-se bandeiras da UE, da Ucrânia e dos EUA. As demonstrações de protesto violentas contra um governo eleito democraticamente e com as instituições democráticas a funcionar normalmente foram apoiadas publicamente pelos EUA, pela UE e, como não podia deixar de ser, pelo presidente ucraniano Volodymyr Zelensky, que utilizou a oportunidade para desejar à Geórgia o "sucesso da democracia", manifestando o desejo de se encontrar com Tiblíssi na UE.

GOVERNO CEDEU

A pressão dos protestos conseguiu produzir alguns efeitos, mas não o mais importante: o derrube do governo. Perante a instabilidade criada, a lei acabou por não ser aprovada pelo parlamento. O governo cedeu por não se encontrar preparado para aquela confrontação.
Os EUA saudaram a rejeição da lei argumentando que o registo das organizações previsto na lei é incompatível com a promoção dos valores democráticos, clamando ser similar a uma lei aprovada pelo Kremlin. O que sendo verdade, omitia o facto de os EUA disporem de uma lei semelhante aprovada em 1938, a Lei de Registo de Agentes Estrangeiros dos EUA (FARA), que exige a divulgação da identidade de quem faça *lobby* em nome de governos estrangeiros. Uma lei aparentemente mais rigorosa do que a georgiana. O Canadá irá criar também um registo de agentes estrangeiros, como já existe na Austrália. Não deixa de ser curioso, os EUA pressionarem outros países a adotarem leis que os protejam contra a interferência de agentes estrangeiros nos seus assuntos internos, como aconteceu recentemente com a Tailândia. Juntando-se aos EUA, o Alto Representante para a Política Externa da EU, Josep Borrell, veio dizer que a lei dedicada à "transparência sobre a influência estrangeira" levantava sérias preocupações em matéria de respeito pela democracia.
Não será difícil perceber o desconforto de certas organizações em tornarem público quem as financiava e para quê. Essa abordagem aplicar-se-ia a todas as organizações a operar em território georgiano, desde a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), que envia anualmente $40 milhões de dólares para a Geórgia, até à Comissão Europeia, que atribuiu cerca de 9,2 milhões de euros para criar um "ambiente eleitoral favorável" e conduzir eleições justas na Geórgia, ou a outras organizações como, por exemplo, a Transparência Internacional.

AFIRMAVAM QUE A LEI IMPEDIRIA A ADESÃO DO PAÍS À NATO E À UE. NO ENTANTO, O SEU OBJETIVO DECLARADO ERA O DE PROVOCAR O CAOS

REVOLUÇÃO ROSA

Aquilo a que se assistiu presentemente em Tiblíssi assemelha-se a uma reedição da Revolução Rosa de 2003, patrocinada por Washington e liderada por Saakashvili, que conduziu ao derrube do governo georgiano então chefiado por Eduard Shevardnadze. Os acontecimentos recentes, inserem-se no plano de atuação gizado em 2019 pela RAND Corporation, no seu relatório *Extending Russia*, o qual dedica uma secção sobre como explorar as tensões no Cáucaso do Sul, em benefício dos interesses norte-americanos. Isso passaria, entre outras medidas, por renovar os esforços para trazer a Geórgia para a NATO, recomendando que no caso de oposição de países europeus à adesão da Geórgia à Aliança, os EUA deveriam estabelecer laços bilaterais com Tiblíssi no domínio da segurança.
Segundo um dos principais instigadores dos protestos, Vano Merabishvili antigo primeiro-ministro e ministro do Interior, apoiante de Saakashvili, o objetivo confesso das manifestações era realizar um golpe de estado e estabelecer um governo pró-ucraniano e pró-ocidente em Tiblíssi. Ou antes, criar um governo que

fosse mais pró-ocidente do que o atual. Segundo ele, a "Ucrânia não está sozinha". Prometeu que a "nova liderança georgiana [a materializar-se se os insurretos conseguissem os seus intentos] combateria a Rússia e apoiaria o regime de Kiev em tudo". "Somos praticamente aliados; devemos estar juntos e juntos devemos celebrar a vitória não apenas sobre a Rússia, mas também a entrada na UE, na NATO."

Os manifestantes queixavam-se da influência russa na Geórgia, algo provavelmente difícil de apagar completamente, dada a localização da Geórgia e as fortes relações económicas e culturais entre a Geórgia e a Federação Russa existentes desde os tempos da União Soviética. É um facto que o partido no poder - O Sonho Georgiano -, que desde 2012 tem ganho sucessivamente as eleições, não é tão exacerbadamente anti Moscovo como alguns gostariam que fosse. Deve-se, contudo, sublinhar que nunca desafiou os compromissos de política externa pró-ocidente assumidos pelos seus antecessores, como seja a ambição de aderir à NATO ou à UE.

PARCERIA PARA A PAZ

Todos os governos liderados pelo "Sonho Georgiano", sem exceção, continuaram o aprofundamento das relações com a Aliança ao abrigo da Parceria para a Paz, e de uma cooperação alargada no âmbito da Comissão NATO - Geórgia criada no rescaldo do conflito com a Rússia, em agosto de 2008. Além de uma participação permanente das Forças Armadas georgianas nas missões da NATO no Mediterrâneo, no Kosovo e no Afeganistão, que supera a de muitos membros da Aliança.

RECORDO A MINHA SURPRESA, NA PRIMEIRA VISITA QUE FIZ A TIBLÍSSI, EM 2010, QUANDO ME DEPAREI COM UMA FORTE "PRESENÇA RUSSA" NO PAÍS

Estes executivos optaram por seguir uma política pragmática de diálogo com Moscovo, evitando autoflagelações que só lhes eram prejudiciais, dadas as evidentes dependências (económica, comercial e geoestratégica) e assimetrias de poder existentes. Recordo a minha surpresa, na primeira visita que fiz a Tiblíssi, em 2010, quando me deparei com uma forte e bem visível "presença russa" no país, materializada através das estações de serviço da Lukoil, o gigante da indústria petrolífera russa, apenas dois anos após a guerra russo-georgiana de 2008, nos tempos em que Saakashvili era o homem forte de um regime fortemente hostil ao Kremlin.

Esta postura quanto às relações com Moscovo terá seguramente pesado na resistência ao assédio que Washington e Kiev moveram a Tiblíssi, desde fevereiro de 2022, para abrir uma frente de guerra contra a Rússia. Essa "exigência" esteve sempre presente nas palavras de ordem dos manifestantes que gritavam insistentemente "Sukhumi," o nome da capital da Abkhazia, onde se encontram os *peacekeepers* russos.

Nas eleições parlamentares realizadas em outubro e novembro de 2020 para eleger os 150 deputados do parlamento georgiano, o "Sonho Georgiano" voltou a ganhar as eleições, após oito anos no poder, com cerca de 48% da votação elegendo 90 deputados, um resultado muito semelhante ao das eleições municipais de 2021. O "Sonho Georgiano" chegou ao poder nas eleições de 2012 após infligir uma clara derrota ao Movimento de Unidade Nacional liderado por Shakasvili, em nome da democracia e dos valores europeus, contra um poder que se comportava como uma cleptocracia autocrática. Apesar de, em 2022, nove deputados terem abandonado o "Sonho Georgiano" para formarem outro partido – "O Poder do Povo" -, continuaram a apoiar o governo.

As autoridades georgianas repreenderam Zelensky por apoiar os protestos em Tiblíssi. O primeiro-ministro georgiano Irakli Garibashvili acusou Zelensky e outros políticos ucranianos de ingerência nos assuntos internos da Geórgia, e aconselhou-o a "preocupar-se primeiro com os assuntos do seu país (...) a Geórgia tratará, por si própria, dos seus problemas, independentemente de as autoridades ucranianas não se encontrarem satisfeitas com o facto da Geórgia não se envolver no conflito na Ucrânia."

Garibashvili responsabilizou ainda a Ucrânia por enviar Saakashvili para a Geórgia com o intuito de desestabilizar o país e de liderar/organizar um golpe de estado. Depois de ser sido governador de Odessa e de ter adquirido a nacionalidade ucraniana, Saakashvili regressou à Geórgia a um de outubro de 2021 para, alegadamente, ajudar à operação de mudança de regime.

A contas com a justiça georgiana, foi preso para cumprir uma pena de prisão, situação que não se alterou até à data em que este texto foi escrito. Segundo Garibashvili, "não temos hoje dúvidas sobre isso (...) seria provavelmente um alívio para a Ucrânia se a Rússia dispersasse a sua atenção [com a Geórgia]". Garibashvili explica as opções de política externa do seu governo afirmando que "se o Movimento de Unidade Nacional fundado por Saakashvili tivesse ficado no poder, a Geórgia "ter-se-ia tornado num aterro sanitário".

Na retaguarda, os EUA encorajaram os protestos com o objetivo derrubar um governo democraticamente eleito e instalar no poder um governo que fosse mais útil para a concretização dos seus desígnios estratégicos, isto é, abrir uma nova frente militar com a Rússia, e assim perturbar o seu empenho na Ucrânia, independentemente das consequências que isso pudesse vir a ter para o povo georgiano. Não visava a sua ação o aprofundamento da democracia georgiana. A lei dos "Agentes Estrangeiros" foi um excelente pretexto. Como sempre, os interesses acabam por prevalecer sobre os valores. Desiluda-se quem ainda se atreve a pensar o contrário.

* Major-general na reserva, sócio da A25A

HISTÓRIAS DO TEMPO DA OUTRA SENHORA

É claro que o Estado Novo velava por todos nós. Mas comprar sapatos e pagar o suficiente para os comprar era um abuso, vim depois a saber, um luxo a que nem todos tinham direito

JOSÉ FANHA*

JÁ AQUI FALEI do bairro de Alcâncara onde, por diversos períodos, desde o fim dos anos 50 até meio dos anos 60, passei grande parte da minha infância com a minha avó Bertha, cujo nome se escrevia com Tê Agá.

Vim a saber mais tarde que, na I Guerra Mundial, os alemães inventaram um canhão poderosíssimo com o qual tinham a forte convicção de que iam ganhar a guerra e deram ao tal canhão, justamente, o nome de Bertha com Tê Agá.

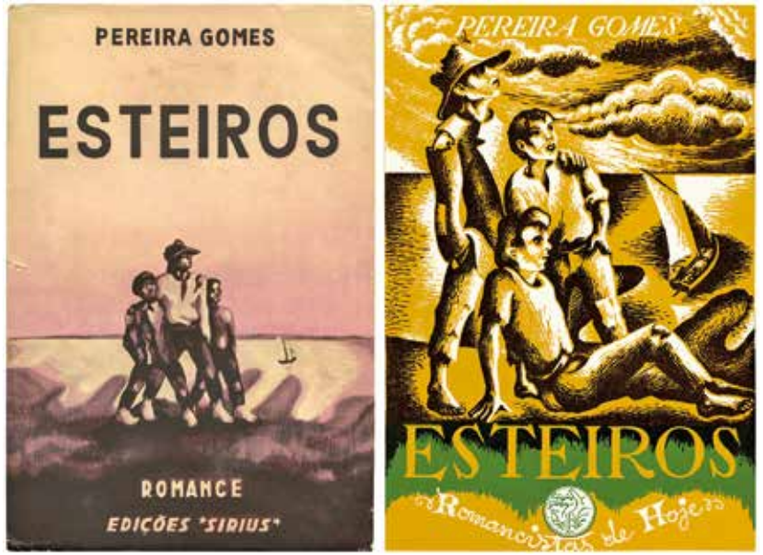
A verdade é que, com canhão ou sem canhão, perderam a dita I Guerra Mundial e eu sempre pensei que era muitíssimo bem feito para não se meterem com o nome da minha avó.

Mas voltemos a Alcântara. A casa onde vivi com ela ficava perto do Largo do Calvário, num conjunto de pequenas habitações para viúvas de oficiais do exército falecidos em África, como era o caso do meu avô Jaime que tinha participado na batalha de La Lys na I Guerra Mundial, acabando por falecer de uma infecção na cidade da Beira, em Moçambique no final dos anos 30.

Quando ali habitei, mais tarde, era um bairro de muitas oficinas e grandes fábricas, um bairro operário, um bairro azul, do azul mais carregado de dignidade que conheci na minha vida.

Passeava com a minha avó e deitava o olho àquela Lisboa tão diferente da outra onde tinha nascido, lá para as bandas do Arco do Cego, Praça de Londres, Alameda Afonso Henriques.

Entre a sirene de saída e a de entrada, os operários almoçavam na rua, encostados à parede, marmita trazida de casa, garrafa de carrascão ao lado.



Eram "os homens que nunca chegaram a ser meninos", como lhes chamou Soeiro Pereira Gomes no seu fantástico romance *Esteiros*

Passavam vendedores diversos e varinas descalças. Elas e muitos meninos que, também descalços, iam para a escola. E eu via aqueles pés grossos e escuros a correr, a saltar, a dar chutos em bolas de pano e topadas em pedras bicudas e a abrir lanhos que haviam de fechar sabe-se lá quando.

Mas porque é que eles não querem calçar sapatos?

Querem pois! Responderam-me. Os pais é que não tinham dinheiro para os comprar.

É claro que o Estado Novo velava por todos nós. Mas comprar sapatos e pagar o suficiente para os comprar era um abuso, vim depois a saber, um luxo a que nem todos tinham direito.

Foi assim que, embora fosse um bocadinho providencial, o Estado Novo também não era nada parvo e resolveu facilmente o problema com a criação de uma multa das rijas para quem insistisse em andar descalço na cidade.

Por isso, para evitar a coima, os pais pobres esforçavam-se e compravam um par de sapatos, ou sapatilhas para cada dois filhos. Se a polícia os apanhasse diziam que se tinham esquecido do outro sapato em casa. Era o desenrasca daquela malta com os pés grossos e calejados. Eram "Os homens que nunca chegaram a ser meninos." Como lhes chamou o Soeiro Pereira Gomes no seu fantástico romance *Esteiros*.

* Poeta, sócio da A25A

ANTOLOGIA
DOS POEMAS DURIENSES

ANTÓNIO CABRAL*

INCÊNDIOS LITERÁRIOS

"Poucos, muito poucos foram os poetas que se mantiveram alheios aos anos de ferro e manha da ditadura salazarista. De forma mais explícita ou mais discreta, mais pessoal ou pública, com palavras de indignação, de denúncia ou verrina, raros foram aqueles que não lavraram um pequeno ou grande incêndio nos seus livros, num ou noutro poema, num verso apenas que fosse" (José Fanha, *De palavra em punho*, 2004). Também António Cabral, poeta transmontano, parte de Camões para falar da miséria das portuguesas e dos portugueses nesses tempos, através deste poema, musicado por Francisco Fanhais.

I

Descalça vai para a fonte
Leonor pela verdura:
Vai formosa e não segura.

II

Se tivesse umas chinelas
iria melhor...; mas não:
com o dinheiro das chinelas
compra um pouco mais de pão.
Virá o dia em que os pés
não sintam a terra dura?
Leonor sonha de mais:
vai formosa e não segura.

Formosa! Não vale a pena
ter nos olhos uma aurora
quando na vida – que vida! –
o sol se foi embora.
Se os filhos se alimentassem
com a sua formosura...
Leonor pensa de mais:
vai formosa e não segura.

Há verduras pelos prados,
há verduras no caminho;
no olmo de ao pé da fonte
canta, livre, um passarinho,
Mas ela não canta, não,
que a voz perdeu a doçura.
Leonor sofre de mais:
vai formosa e não segura.

Porque sofre? Nunca soube
nem saberá a razão.
Vai encher a talha de água,
só não enche o coração.
Virá um dia... virá...
Os olhos voam na altura
Leonor não anda: sonha.
Vai formosa e não segura.

* António Cabral [1931-2007] foi um poeta, ficcionista, cronista, ensaísta, dramaturgo, etnógrafo e divulgador da cultura popular portuguesa.

Direitos reservados

DESASSOMBRANDO A BIBLIOTECA DA CENSURA (II)

Continuamos à descoberta dos livros esquartejados pela ditadura. Apresentamos nesta edição a segunda parte do texto publicado no número anterior. Desta vez sobre a coleção Biblioteca da Censura que está a ser divulgada em parceria com o jornal *Público*

ÁLVARO SEIÇA*

A COLEÇÃO BIBLIOTECA DA CENSURA

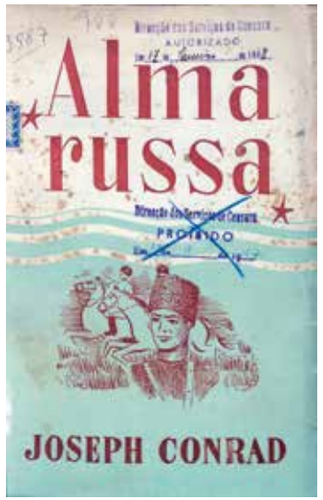
A coleção Biblioteca da Censura é o fruto de uma vontade de dar a descobrir, ou redescobrir, a produção literária esquartejada pela ditadura. Do milhar de livros que nos chegou, talvez cerca de um décimo do total censurado, fiz, em coordenação com o editor João Pinto de Sousa, uma seleção de 25 títulos que integram a coleção, num exercício não só de divulgação, mas também de memória e justiça: um ato de restituição e descensura. Sai um exemplar em *fac-símile* por mês, ao dia 25, com o jornal *Público*, sendo acompanhado pelo relatório de leitura do censor, cujos originais estão à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e da *Ephemera*. A organização desta iniciativa única comporta, ainda, o convite a uma pessoa especialista para assinar um texto sobre cada obra, a sair geralmente no dia anterior ao lançamento na edição impressa do *Público*, e para apresentá-la no programa de Jorge Afonso, "Uma Noite em Forma de Assim", na Antena 1, série Cultura. Deste modo, apresentam-se brevemente as 25 obras, em versão revista do que já escrevi para o *Público*.

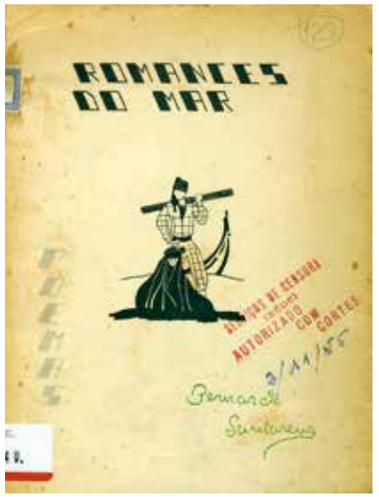
OBRAS EM 2022

Volume 1: A encetar, *Dez Dias que Abalaram o Mundo* (ed. 1945), do jornalista e militante socialista John Reed (1887-1920), relata a revolução bolchevique de 1917. O livro já estava proibido quando Salazar solidificou o Estado Novo, mas a censura salazarista manteve a proibição em 1937 e 1945. Também Estaline o proibiu, pelo protagonismo de Trotsky, e, anos depois, o regime do Apartheid na África do Sul.

Volume 2: *Alma Russa* (1945), do romancista Joseph Conrad (1857-1924), apresenta uma trama crítica sobre a espionagem e os movimentos revolucionários da Rússia czarista. Ainda assim, esta narrativa foi deformada pelo censor por se tratar de "um livro de propaganda revolucionária [...] que deve ser proibido porque este e muitos outros livros que pejam o nosso mercado têm o fim inconvenientíssimo de alimentarem a mística russa".

Volume 3: *Cerromaior* (1943), de Manuel da Fonseca (1911-1993), reinterpreta a sua terra natal, Santiago do Cacém, numa das mais icó-





nicas obras do que o autor chamava "realismo dialéctico", ou seja, o neorrealismo marxista. O censor reconheceu a desigualdade social retratada, mas rematou: "Não o julgo com possibilidades de ser autorizado. Sem defender ou atacar qualquer tese ou preceito social, apresenta ao leitor factos concretos que revelam profundas deficiências da estrutura social, entre nós. A vida dura e miserável do trabalhador rural alentejano, a carência ao mesmo de assistência social, a indiferença do abastado pelo humilde que trabalha em seu proveito, cenas pornográficas e imorais efetuadas por pessoas de melhor condição [...]". O despacho do relatório foi "autorizado com cortes", mas a capa do livro, ilustrada por Manuel Ribeiro de Pavia, seria carimbada com "autorizado". Sabe-se que o autor estivera nos Serviços de Censura para dialogar sobre as partes "inconvenientes" do romance.

Volume 4: *Comunicação* (1959), de Natália Correia (1923-1993), uma das escritoras perseguidas pela ditadura, é um poema dramático publicado pela Contraponto de Luiz Pacheco. O censor escreveu: "A Autora quer referir-se, julgo, à condenação à morte da Poesia, no país. O introito, a forma derrotista como apresenta o Poema (felizmente não na íntegra!), a sensualidade, a libertinagem e a falta de senso moral bem verificados levam, sem sombra de dúvida, a não autorizar a sua circulação". Tal como outros intelectuais, a autora viu a sua correspondência ferozmente violada.

Volume 5: *A Condição Humana* (1948), do escritor e político André Malraux (1901-1976), recebeu o Prémio Goncourt em 1933. Romance situado na revolução comunista de 1927, em Xangai, seria proibido em 1948, na tradução da editora brasileira Mundo Latino, e em 1949, numa edição da Gallimard, por ser "um eficiente meio de propaganda comunista [que] ministra os ensinamentos da guerra das ruas, do atentado à bomba, da sabotagem, [sendo] absolutamente perigosa a sua venda ao público".

Volume 6: *Romances do Mar* (1955), de Bernardo Santareno (1920-1980), retrata o medo, o luto, a injustiça e a precariedade da vida dos pescadores e das suas famílias. O censor cortou o poema "Romance do Pescador Velho" e sentenciou: "Versos maus, doentios, irreligiosos, antissociais e imorais, numa palavra, deseducativos". O livro foi autorizado com cortes e nunca chegou a ser reimpresso, até 2022, altura em que foi reposta a poesia expurgada e a sua substituição.

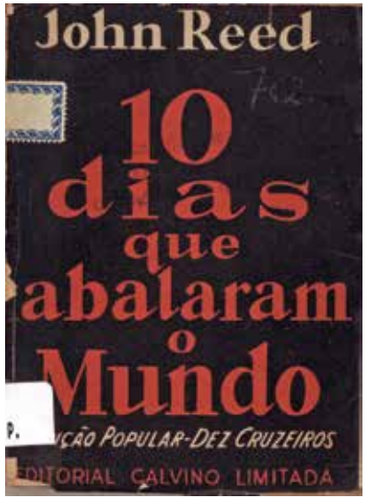
Volume 7: *Esteiros* (1941), de Soeiro Pereira Gomes (1909-1949), com capa e desenhos de Álvaro Cunhal, é outra das obras centrais do neorrealismo. Foi autorizado em 1942, mas proibido em Angola em 1972. Por ocasião da quinta edição, em 1966, o censor revelou uma das estratégias comuns dos Serviços: "É um romance regionalista [...] fazendo realçar a injustiça, a exploração da miséria, resultado das desigualdades sociais, no que o livro não é justo, mas antes especula. [...] Julgo por isso que este livro deveria ter sido proibido quando apareceu, mas agora deve ser ignorado, pois que a proibição agora só servia à sua propaganda no nosso meio, que o poderia ignorar".

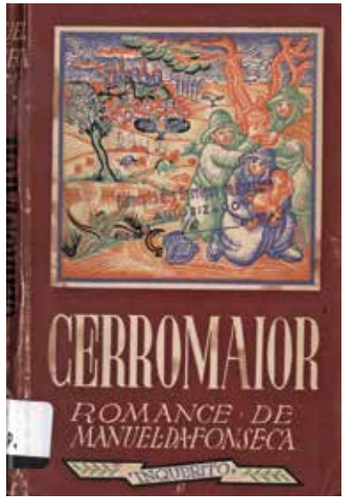
Volume 8: *São Jorge dos Ilhéus* (2.ª ed. 1944), de Jorge Amado (1912-2001), retrata o labor no cultivo do cacau no Brasil. Em 1969, dezoito anos após a sua proibição, foi levantada a interdição já que o censor negava a filiação partidária de Amado no Partido Comunista Brasileiro (PCB) e elogiava as qualidades literárias do autor e da obra, que "descrev[ia] primorosamente a vida nas roças e na cidade, com todas as suas misérias e grandezas [sem] imoralidade ou qualquer assomo de ideário político inconveniente".

Volume 9: Para fechar o ano, no dia 25 de dezembro, *Sete Odes do Canto Comum* (1955), de Orlando da Costa (1929-2006), traz-nos uma poética influenciada por Pablo Neruda. No entender do censor, seria inconveniente: "Sete poesias de índole pacifista e comunista, e dedicadas a pessoas que professam ideias comunistas". Este livro integrou uma coleção de poesia essencial, o Cancioneiro Geral, editada pela cooperativa Centro Bibliográfico. Num só dia, a PIDE apreendeu onze títulos, tendo a Censura proibido seis deles.

OBRAS EM 2023

Volume 10: *O Sol Nascerá um Dia* (2.ª ed. 1951), de Alexandre Cabral (1917-1996), é um livro de contos editado pela Portugália. A capa revela





um desenho do artista José Dias Coelho, que seria cruelmente morto por agentes da PIDE em 1961. Cabral viria a fixar o texto numa edição definitiva de 1991, adiantando que a primeira e segunda edições haviam sido apreendidas pela PIDE.

Volume 11: Em *Famintos...* (1950), Carmen de Figueiredo (1916-?) denuncia de novo o papel social menor da mulher na sociedade, tecendo uma narrativa que questiona o patriarcado. O Presidente da Comissão de Censura do Porto concluiu: "acidentes trágicos, revelando caracteres mórbidos, aberrações sexuais e outras taras. Com pretensão a obra realista, relata casos amorais e até amores incestuosos, com descrição de imoralidades doentias".

Volume 12: *Tormenta* (1948), de Orlando Gonçalves (1921-1994), foi apreendido pela PIDE 15 dias após publicação e proibido pela Direcção dos Serviços de Censura (DSC) pois, "tentando ser um romance, nem isso sequer atingiu, embora quanto à sua qualificação literária eu nada tenha com isso. É tendencioso e aproveita todos os diálogos para, mesmo às vezes sem nexo oportuno, fazer propaganda subversiva e comunisante [*sic*], sobressaindo em todos os capítulos o ódio aos patrões".

Volume 13: A 25 de Abril de 2023, sairão *Duas Conferências em Defesa da Paz* (1950), de Maria Lamas (1893-1983) e Teixeira de Pascoais (1877-1952), e outro título pioneiro: *Congresso Mundial de Mulheres* (1945). Dá-se assim ênfase ao ativismo político e feminista, que foi decapitado pela ditadura, como testemunha a proibição de *Congreso Mundial de Mujeres* [*sic*], com comunicações de delegadas internacionais do congresso em Paris "contra o fascismo, pela paz, pela democracia e pela defesa dos direitos da mulher", e ao opúsculo português que levou Maria Lamas do calabouço e a editora, a Associação Feminina Portuguesa para a Paz, a ser destruída.

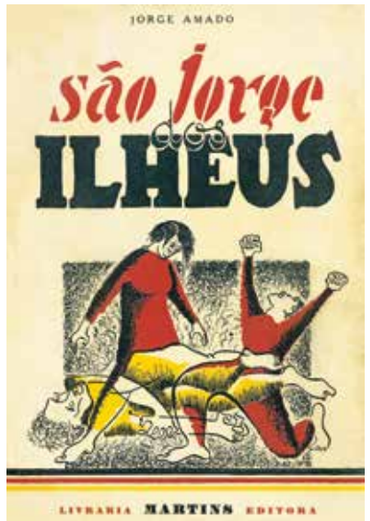
Volume 14: *Sábado sem Sol* (1947), de Romeu Correia (1917-1996), foi também apreendido pela PIDE, mas desta feita à Biblioteca da Sociedade Democrática União Barreirense, quando um informador o denunciou. A DSC ditou: "este livro de contos é, de um modo geral, bastante mau, porque aproveita a mais pequena oportunidade para focar a questão social [com] várias frases mal sonantes, duma moral bastante duvidosa [e] não sei a quem possa interessar".

Volume 15: Papiniano Carlos (1918-2012) foi preso várias vezes pela polícia política por atividades ligadas ao PCP. Tal como outros livros dele que foram proibidos pela DSC, *Estrada Nova* (1946) mostra um autor de forte denúncia social, poética de resistência, mas também de sentido lírico. O livro, com capa de Júlio Pomar, foi proibido "pela sua índole comunista e pelo seu manifesto derrotismo".

Volume 16: *Amanhã quando Romper o Dia* (1946), de Barata Dias (18---?), é um dos livros desta coleção mais desconhecidos. Do autor, natural de Vila Nova do Ceira, em Góis, sabe-se que publicou sete obras na década de 1940. O livro, de teor neorrealista, tem capa de António Domingues. Tal como *Alqueive: Romance de um Cavador* (1947), ambos foram compostos na Gráfica Santelmo, apreendidos e proibidos em 1947.

Volume 17: A antologia *Bloco: Teatro, Poesia, Conto* (1946) foi coordenada por Luiz Pacheco e Jaime Salazar Sampaio e compilava o trabalho de autores, à época, jovens: Ferro Rodrigues, José Cardoso Pires, Maria Natália Duarte Silva, Mário Ruivo, Matilde Rosa Araújo e os organizadores. O relatório é esclarecedor: "é altamente inconveniente e deve [...] ser mandado apreender com urgência, para que se consigam ainda alguns exemplares e se diminua o mais possível o mal já feito. A começar pelo aspecto da capa e passando por uma gravura que tem a pág. 59 com uma foice e um punho fechado, o texto é tudo quanto há de inconveniente, pelo seu mau aspecto social. A sua venda tem sido feita quase clandestinamente [...] A ofensiva desta propaganda está à vista e sou de opinião que devemos contrapor-lhes atitudes fortes para evitar o seu prosseguimento".

Volume 18: Jean-Paul Sartre (1905-1980) foi Prémio Nobel de Literatura em 1964, mas ainda assim teve mais de dez obras proibidas, bem como a escritora feminista, e sua companheira, Simone de Beauvoir. Já a peça de teatro *As Moscas* (1962), que intertextualiza a obra de És-



quilo, recebeu um despacho incomum: "visto – tolera-se a obra". O censor adiantava que era "uma tragédia em três atos, em que se defende o princípio da liberdade humana e que contém várias passagens esclarecedoras da filosofia existencialista", sendo que "não tem [aspectos?] políticos". A DSC entendeu, porventura, que o existencialismo de Sartre, neste caso, não dissolvia a juventude com ideais comunistas.

Volume 19: As antologias não escapavam ao radar censório, quando continham textos de autores sinalizados pelo regime. Em *Encontro: Antologia de Autores Modernos* (1954), coordenada por Carlos F. Barroso, Correia Alves e Júlio Gesta, incluíam-se inéditos de Eugénio de Andrade, Federico García Lorca, José Fernandes Fafe, Luís Francisco Rebello e Miguel Torga, bem como traduções de André Gide, Henri Lefebvre, Pablo Neruda, René Leibowitz e Walt Whitman. As pontes temáticas aqui estabelecidas salientam a influência de Lorca e Neruda na escrita dos jovens autores portugueses dos anos 1940 e 1950. No entanto, o censor não conseguiu ir para além do pleonasmo: "a esta 'Antologia de Autores Modernos' melhor se lhe podia chamar 'Antologia de autores comunistas, comunistoides ou comunizantes'".

Volume 20: Manuel Teixeira Gomes (1860-1941) foi Presidente da República Portuguesa (1923-25), diplomata e escritor, exilando-se logo após a resignação do seu mandato. Viajante nato, em 1931 fixou-se na Argélia, onde faleceria. Editado pela Seara Nova, *Maria Adelaide* (1938) viria a ser proibido rapidamente e só autorizado postumamente, em 1957. Adelaide, camponesa, pobre, descrita em passagens sensuais, era uma personagem demasiado real para o Portugal ficcional de então.

Volume 21: No dia 25 de dezembro, para celebrar o Natal, sairá *O Anti-Christo*, uma das obras basilares do filósofo alemão Friedrich Nietzsche (1844-1900). Tendo sido editada, no original, em 1888, a tradução portuguesa da Guimarães (1916), na precursora coleção "Sociologica", seria proibida em Portugal com um atraso de 36 anos (1952). O major deformou a obra com uma leitura inusitada: "obra anticatólica sobejamente conhecida para dispensar detalhes explicativos. É, de resto, às obras deste teor que o comunismo vai buscar as raízes das suas doutrinas dissolventes".

OBRAS EM 2024

Volume 22: A abrir o último ano da coleção Biblioteca da Censura, temos outro título menos conhecido: *À Bôca Pequena*... (1935), de Maia Alcoforado (1899-1974). Esta coletânea de contos foi achincalhada pelo Presidente da Comissão de Censura do Porto: "'piadas' pesadas e de mau gosto [...] do padre sertanejo. Contudo parece-me que o livro poderia circular se o seu prefácio de 3 páginas não fosse o relato rancoroso, com intuitos políticos nitidamente legíveis das muitas terras por onde andou o autor fugido, em Portugal, à Polícia Política, pela sua atividade relativamente recente contra o Estado Novo. Por informação a esta Comissão prestada pela P.V.D.E. soube-se ter o autor (...) 'Grande' Cadastro político naquela polícia".

Volume 23: Falecido prematuramente, Daniel Filipe (1925-1964) era natural de Cabo Verde, tendo tido vários empregos em Portugal que o deixavam numa situação frágil face à PIDE, visto que tinha atividade na oposição a Salazar. Com obra poética política e lírica, - tal como Egito Gonçalves e Papiniano Carlos, com quem, entre outros, coorganizou *Notícias do Bloqueio* (1957-61) -, escreveu a novela *O Manuscrito na Garrafa*, editada pela Guimarães (1960). A leitura censória foi generalista: "trata-se de um livro inconveniente, sob os aspectos político, social e moral".

Volume 24: Graciliano Ramos (1892-1953) também esteve na mira da PIDE e da DSC pela militância no PCB. Ainda a tetralogia incompleta *Memórias do Cárcere* não havia sido sugerida por um censor para não circular no país, quando a obra póstuma *Viagem (Checoslováquia – U.R.S.S.)* (1954) foi proibida em Portugal. Livro de viagens e testemunho de diversos países e intelectuais comunistas, foi apreendido na Livraria Rodrigues em Lisboa.

Volume 25: A fechar a coleção, Leão [Lev] Tolstoi (1828-1910) é homenageado com um ensaio da sua última fase literária, traduzido para português como *A Proxima Revolução* (1908) e

editado pela importante Livraria Central Editora de Gomes de Carvalho. Trata-se de um livro pacifista do romancista russo que foi mal recebido no Portugal de 1953, sendo outro caso de serviço extremamente tardio da DSC e leitura deformada: "embora este livro tenha decerto a sua divulgação feita pois a sua publicação data de 1908, julgo que atualmente não deve ser permitido por ser um livro de franca propaganda à revolução Russa que instituiu o Comunismo".

UM LEGADO AINDA POR APURAR

O que todos estes títulos demonstram é, por um lado, a repressão exercida pela ditadura sobre os escritores e, por outro, o impacto que o Estado Novo teve nas suas obras, sobretudo no que diz respeito aos autores que viviam em Portugal. Mas os escritores não vivem sós. Escrevem para o público. Por conseguinte, a repressão tenebrosa do Estado Novo deu-se também sobre os leitores. É preciso reforçar que o modo como se regulou, vigiou e puniu o campo literário teve efeitos imediatos no adiamento da descoberta de novos pensadores, na circulação de ideias e no desenvolvimento da criatividade e da formação cívica da sociedade portuguesa que, mediados, ainda hoje se fazem sentir.

Por último, gostaria de fazer um apelo a quem me leia, para que, se tiver na sua biblioteca, ou se souber de familiares que tenham, por algum motivo, livros com carimbos dos Serviços de Censura, com anotações dos censores, com carimbos da PIDE/DGS ou outra instituição do Estado Novo, entre por favor em contacto comigo. O meu objetivo é tentar localizar os exemplares que ainda estão dispersos, pois são espécies únicas que contêm informação valiosa para todos nós, enquanto sociedade democrática em construção, no sentido de podermos documentar a sua existência, ver o seu estado e saber onde se encontram. Só assim poderemos ter uma visão alargada do que se passou neste país e qual foi o real legado da censura ao livro. Um legado que se pode inferir pelos inúmeros relatos deixados pelos autores perseguidos pela polícia política e atacados pelos serviços censórios, mas que se pode complementar através de uma análise contemporânea. É hoje evidente que a biblioteca trancada da Censura provocou um atraso incomensurável na produção e receção de conhecimento durante décadas, pois conseguiu, com um sucesso que deploramos, deturpar o meio e o estilo literários, e proibir a leitura de clássicos e obras de menor relevo. Entre outros, contam-se livros de Prémios Nobel de Literatura, como Sartre, de um Ministro da Cultura francês e Prémio Goncourt, Malraux, ou um ex-Presidente da República Portuguesa, Teixeira Gomes. Desta forma, a sociedade foi impedida de aceder a um direito fundamental, a leitura, visto que o Estado julgava certas obras moral e politicamente prejudiciais.

Ferreira de Castro, em entrevista ao *Diário de Lisboa* (1945) preveniu: "o que se tem estado a fazer em Portugal é desfalcar o futuro do legado espiritual que lhe podíamos deixar. Pergunto: quais serão as obras e figuras do nosso tempo de que se orgulharão os portugueses daqui a cem ou duzentos anos?". Expondo o medo, a autocensura e a restrição das liberdades fundamentais dos escritores, concluía: "escrever assim é uma verdadeira tortura. Porque o mal não está apenas no que a censura proíbe mas também no receio do que ela pode proibir. Cada um de nós coloca, ao escrever, um censor imaginário sobre a mesa de trabalho – e essa invisível, incorpórea presença tira-nos toda a espontaneidade [...]. Os livros nacionais publicados na última década, estão, geralmente, deformados pelos seus próprios autores [...]". Assim terminava Ferreira de Castro. E assim termino eu.

* Escritor e investigador,
Centro de Literatura Portuguesa,
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,
e Universidade de Bergen.
(Ver resumo biográfico n'O Referencial 147).

UM EXERCÍCIO DE DIVULGAÇÃO

A coleção Biblioteca da Censura, organizada por Álvaro Seiça e editada por A Bela e o Monstro e o jornal *Público*, abrange 25 volumes recuperados da biblioteca-arquivo dos Serviços de Censura da ditadura, que sairão em fac-símile entre 25 de Abril de 2022 e 25 de Abril de 2024, ao ritmo de um livro por mês, para comemorar os 50 anos da revolução e do Portugal democrático. Num exercício de divulgação, mas também de memória e justiça, revela-se agora a história que levou os censores a manter sequestrados os livros que em Portugal não se podiam ler, o resgate posterior de parte da sua biblioteca secreta, bem como as iniciativas que em 2022 puseram em marcha a devolução e revisibilidade deste acervo histórico junto do público.

Agradecimentos
Este projeto beneficiou de financiamento do Programa-Quadro de Investigação e Inovação Horizonte 2020 da União Europeia ao abrigo da convenção de subvenção Marie Skłodowska-Curie n.º 793147, ARTDEL. https://artdel.net.

OLHARES DIPLOMÁTICOS SOBRE A REVOLUÇÃO EM PORTUGAL

Os relatórios da embaixada Suíça, em Lisboa (1974-1975)

RETO MONICO*

V. A EMERGÊNCIA DOS MODERADOS (AGOSTO-SETEMBRO DE 1975)

Reação à política esquerdista

A 6 de agosto[1], Bucher define a situação como crítica. Muitos militares estão a tomar conta da impopularidade da "política esquerdista" e, ao mesmo tempo, temem uma divisão das Forças Armadas que "poderia levar o país à beira de uma guerra civil".

O diplomata helvético menciona alguns possíveis chefes do governo: Costa Gomes; Otelo, "personagem contestada", mas que "dispõe da única força militar ainda relativamente bem organizada"; Melo Antunes, o favorito dos moderados.

No seu entender, existe o perigo de que a violência exercida pela direita no Norte, contra o PCP, se possa estender ao Sul, utilizada aí por pequenos partidos de extrema-esquerda: "A situação não só é enigmática, mas também preocupante. Enquanto tudo se passava sem violência, podia-se sempre contar com o bom senso dos portugueses. Porém, hoje já não parece ser o caso, depois dos acontecimentos relativamente sangrentos no Norte".

Lamenta que esta crise tenha rebentado neste momento delicado, com a difícil situação económica e o problema dos retornados. O que receia mais são as "desordens e os motins", mais do que propriamente o comunismo.

A 11, comentando o novo governo, realça "o grande sucesso" do manifesto dos "Nove", cujo "iniciador seria Vasco Lourenço, considerado até pouco filo-comunista". Cita a opinião de um alto funcionário do MNE, convencido que vai haver uma aceleração do processo político. Assinala também o medo de atentados, se os moderados chegarem a tomar o poder.

No relatório de 14 de agosto, onde realça que a popularidade de Otelo está em baixa, "sobretudo no Norte", considera que os moderados têm de aproveitar o momento que lhes é favorável, com a opinião pública do seu lado. Bucher fala mesmo da hipótese de um golpe por parte dos moderados.

Uma semana mais tarde[2], bate na mesma tecla. Depois de ter escrito que o programa do Copcon é um documento "bastardo", redigido em parte por Isabel do Carmo, aconselha os moderados de seguir em frente, apesar de Vasco Lourenço estar a negociar com Otelo: "No meu entender,

Direitos reservados

O diplomata helvético menciona o general Costa Gomes como possível chefe do governo

1 "Où va le Portugal?" [Para onde vai Portugal?], RP nº 41, 6 de agosto.

2 "Indécision politique au Portugal", RP nº 47, 21 de agosto.

L'escalade anticommuniste se poursuit toujours dans le nord du Portugal

Un militant du PCP a été tué à Ponte de Lima

"A escalada anticomunista continua firme no Norte de Portugal. Um militante do PCP foi morto em Ponta de Lima", *Journal de Genève*, 20 de agosto

é absolutamente necessário que os Nove e, junto a eles, os socialistas e o PPD não deixem passar o momento que lhes é, agora, particularmente propício, e que não se deixem levar pelas manobras dos extremistas. Estes, continuando a desempenhar o seu papel, podem fazer ganhar tempo aos comunistas, tempo que estes podiam utilizar para tentar retomar a ofensiva e recuperar pelo menos uma parte do prestígio que têm perdido quase completamente."

No mesmo texto, realça o otimismo que domina em Lisboa, nomeadamente entre os embaixadores ocidentais e ataca duramente o MFA. Este, escreve Bucher, falhou tudo e principalmente a descolonização, nomeadamente em Angola. Além disso, a unidade do Movimento já não existe e a economia "deteriora-se de um dia para o outro".

A queda de Vasco Gonçalves

A 26 do mesmo mês, explica porque Costa Gomes não desejava ainda mudar de primeiro-ministro: queria ficar com a ficção da unidade do MFA; não havia ainda substituto e queria evitar uma crise política; Mário Soares exigia um programa para um governo pluralista que parece estar pronto neste momento.

Agora é Vasco Gonçalves que não quer partir e que faz "ouvidos de mercador", mas isso não vai durar muito, realça o diplomata. O chefe do governo está cada vez mais enfraquecido e isolado; também Otelo está contra ele, e a 5.ª Divisão, instrumento fiel a Vasco Gonçalves, foi abolida.

De qualquer forma, "a situação continua tensa", sublinha o embaixador que alerta para possíveis "reações violentas do Primeiro-ministro e dos seus amigos, sobretudo de pequenos grupos de extrema-esquerda".

A conclusão do relatório de 31 de agosto, onde fala do futuro executivo de Pinheiro de Azevedo e das próximas reuniões em Tancos, exprime a enorme dificuldade em perceber a situação portuguesa neste final de Verão de 1975: "A confusão parece cada vez maior. A crise política e militar não parece estar perto do fim. É urgente que se chegue a uma normalização, porque esta instabilidade tem uma influência muito negativa, nomeadamente nos desenvolvimentos políticos em Angola e em Timor, mas igualmente nos

"Ontem na televisão. Para onde vai Portugal?", *Nouvelliste Valaisan*, 22 de agosto

Açores, e também na Madeira, que pede uma independência pelo menos parcial. Mais tarde ou mais cedo, as forças moderadas correm o risco de terem de usar a força. De momento, os comunistas parecem ainda conservar uma parte importante do poder indireto. O Presidente da República arrisca-se a cair, enredado pelo seu jogo refinado e subtil. Pelo contrário, o meu colega belga considera os últimos acontecimentos como uma derrota, talvez decisiva, dos comunistas e dos seus aliados."

Os comunistas ainda não estão fora de jogo!

Dois relatórios enviados pela embaixada no início de setembro - provavelmente redigidos pelo conselheiro Othmar Uhl (1931-2012) - sintetizam a situação. O de dia 4 põe em relevo a luta contra as posições do PCP por parte do PS, "apoiado pelo PPD e pela Igreja". Esta "contraofensiva" provocou a queda do IV e do V Governos provisórios e a de Vasco Gonçalves. O mesmo documento fala de uma situação "mais confusa do que nunca", nomeadamente no que diz respeito às tendências políticas dos militares, agravada pelo regresso dos retornados. Constata que o PCP e os esquerdistas "continuam a perder poder", mas adverte que não se pode subestimar a capacidade de resistência destas mesmas forças políticas.

A 10, Uhl volta ao tema. Do seu ponto de vista, a vitória dos moderados "não está ainda segura". Escreve que "a posição do Norte conservador é clara", mas interroga-se nomeadamente sobre o "Sul claramente dominado pelos comunistas": "E o que é que se faz com Lisboa? Os comunistas foram afastados só de alguns sindicatos, não das administrações municipais, das posições chaves nas indústrias e na administração central. Controlam a televisão, a rádio, tal como jornais importantes. Não podemos esquecer a força do PCP na Marinha e o seu controlo no Exército".

Giovanni Enrico Bucher, no seu relatório de 18 de setembro, depois de ter apresentado o programa "democrático, liberal e moderado" do governo Azevedo questiona também qual será a atitude da oposição de extrema-esquerda face ao que a imprensa filo-comunista já definiu como uma interrupção do processo revolucionário: "Podemos também admitir a hipótese que os

PORTUGAL
Les réfugiés ne savent où aller
page 2

"Portugal. Os retornados não sabem para onde ir", *24 Heures*, 23/24 de agosto

comunistas e os extremistas vão tentar boicotar a execução deste programa, ainda por cima Cunhal já declarou que uma participação comunista no governo não significa de maneira alguma um abandono da atividade revolucionária".
Com efeito, estamos no início do "Outono Escaldante"[3], dez dias antes do assalto à embaixada de Espanha em Lisboa.

VI. O 25 DE NOVEMBRO: "UMA DERROTA DOS ESQUERDISTAS E DOS COMUNISTAS"

"Se a situação devia ser verdadeiramente como aquela apresentada pelo *Jornal Novo*, não seriam os comunistas que tentariam um golpe de Estado, mas sim as forças moderadas. Todavia, estas corriam o risco de ter o indesejado apoio de uma direita que poderia ser mais preparada do que se pode geralmente pensar. Aliás, só se esta tão misteriosa direita tentasse um golpe, isso proporcionaria uma união de todas as esquerdas, evidentemente sob a orientação comunista. Seria então a grande oportunidade de Cunhal".
É assim que Bucher termina o seu relatório de 24 de novembro, "O PCP e Moscovo", no qual explica o fraco interesse da URSS na chegada dos comunistas ao poder em Lisboa naquele momento. Porém, o texto não foi enviado imediatamente e o embaixador acrescenta uma pequena nota quatro dias depois: "Este relatório é parcialmente ultrapassado pelos acontecimentos que provaram que os comunistas estavam decididos a arriscar tudo, pelo menos por "interpostas pessoas" (esquerdistas)".
De qualquer forma, este documento prova a existência de fortíssimas tensões em Portugal, nomeadamente na sua capital, neste outono de 1975.
A 29, o diplomata prevê um "período de estabilidade e de disciplina bastante rigorosa." Porém, os problemas ficam, como as "ocupações

3 Maria Inácia Rezola, *25 de Abril. Mitos de uma Revolução*, Lisboa, Esfera do Livro, 2007, p. 233.

LE PRINCIPE DU LIMOGEAGE DE GONÇALVES SERAIT ADMIS

"O princípio da remoção de Gonçalves seria aceite", diário *Tribune-Le Matin*, 26 de agosto

Pour remplacer Otelo de Carvalho à la tête de la région militaire de Lisbonne
Portugal : la gauche révolutionnaire réagit violemment à la nomination de Vasco Lourenço

"Para substituir Otelo de Carvalho no comando da Região Militar de Lisboa. Portugal: a esquerda revolucionária reage violentamente à nomeação de Vasco Lourenço", *Journal de Genève*, 26 de novembro

selvagens de terras de indústrias e de propriedades", intoleráveis para este executivo. Este, adverte o embaixador, terá de obter rapidamente sucessos no campo económico e, ao mesmo tempo, terá de usar com cautela os métodos opressivos.
No mesmo documento, podemos ler algumas reações face aos recentes acontecimentos: Cunha Rego discorda de Melo Antunes e quer excluir o PCP do governo; Raúl Rego "sente-se perfeitamente livre e feliz, convencido que a revolução encontrou o caminho certo"; Cunhal declara que "as coisas correram mal por causa da estupidez simpática, mas cheia de falsas ideologias dos grupos de extrema-esquerda infiltrados por agentes provocadores fascistas"; Octávio Pato, "perto da linha Berlinguer", admite que o partido cometeu "vários erros", nomeadamente por ter colaborado clandestinamente "com pequenos grupos de extrema-esquerda"; o Ministro da Justiça, Pinheiro Farinha, é da opinião que se devem julgar os responsáveis e libertar os comparsas; o embaixador da Polónia, não muito feliz, espera que esta viragem à direita "pare na social-democracia [...], a melhor solução para o Portugal atual"; Jorge Sampaio declara-se "contente com os últimos desenvolvimentos que vão permitir o restabelecimento da ordem e da disciplina".
Mas é a 2 de dezembro que o embaixador suíço dá a sua interpretação sobre o 25 de novembro. Ao seu ver, foi "um 11 de março ao contrário".

LE PORTUGAL AU BORD D'UN AFFRONTEMENT ARMÉ
Costa Gomes assume le commandement de Lisbonne

"Portugal à beira de um confronto armado. Gosta Gomes assume o comando de Lisboa", *24 Heures*, 26 de novembro

Epreuve la plus décisive depuis le 25 avril 1974
Portugal: révolte matée?

"A prova mais decisiva após o 25 de abril de 1974. Portugal: revolta dominada?", diário *Tribune-Le Matin*, 26 de novembro

Nos dois casos, a revolta foi mal preparada, como o prova o facto das várias unidades rebeldes terem atacado em momentos diferentes, facilitando dessa forma a resposta das tropas governamentais. Em março e agora, as duas "figuras de proa" "estavam provavelmente ao corrente dos preparativos do golpe sem participar ativamente nele, Spínola como gaulista e Saraiva como populista estúpido."

O diplomata faz outra comparação: "O 11 de março foi um falso golpe, no sentido que os comunistas e outros amigos de Vasco Gonçalves desencadearam-no voluntariamente muito antes da hora prevista, o que faz pensar numa invenção de golpe por parte da extrema-esquerda para poder expurgar em seguida militares e civis moderados e de direita. Desta vez o golpe era muito mais sério, mas parece que também foi desencadeado antes do fim da preparação. Talvez os golpistas se tenham apercebido que os militares moderados já tinham descoberto os seus intentos. Por isso, tinham de arriscar tudo, improvisando imediatamente".

Quase um desastre

Bucher expõe ainda alguns aspetos relativamente aos acontecimentos de 25 a 27 de novembro: nota que os fuzileiros e os marinheiros não foram informados corretamente e isso "salvou talvez o país de um desastre"; escreve que os operários e os trabalhadores agrícolas também receberam "as ordens tarde demais", o que "contribuiu para evitar uma verdadeira guerra civil"; não exclui que forças de direita tenham feito iniciar a revolta mais cedo "na esperança de poder intervir", mas que ficaram surpreendidos pela "rápida reação das forças fiéis" ao governo.

Na segunda parte deste relatório, destaca a ação do general Ramalho Eanes, "que dirigiu as manobras anti-subversivas de maneira impecável" e, igualmente, o papel de Jaime Neves, "chefe dos comandos, executor exemplar das mais delicadas operações militares".

Après la victoire des modérés
TOUR DE VIS AU PORTUGAL

"Depois da vitória dos moderados: medidas mais severas em Portugal", *24 Heures*, 27 de novembro

Salienta enfim o otimismo que reina entre os socialistas portugueses. Estes não concordam com o Melo Antunes que não queria excluir o PCP do governo e esperam que, depois das eleições de 1976, o MFA se retire da vida política. Sobre este último ponto, Giovanni Bucher manifesta o seu desacordo: "receio que isso provocaria uma nova desordem."

A 9 de dezembro, o diplomata helvético envia um longo relatório de 11 páginas, "Retrospetiva sobre o desenvolvimento político militar e posição atual dos partidos políticos". No início deste documento, reitera o que já tinha escrito a 28 de novembro e que citámos no início deste nosso texto: "Sem nos enganarmos, podemos dizer hoje que a confrontação de 25 e 26 de novembro passados teve como resultado uma clara e límpida derrota dos esquerdistas e dos comunistas e uma vitória do governo de Pinheiro de Azevedo, dos partidos moderados e mesmo do centro-direita, como também das forças anticomunistas no seio do MFA".

Consequências políticas

O embaixador suíço analisa também as consequências políticas desta polémica viragem. Limitemo-nos aqui a sintetizar o seu olhar crítico sobre a evolução político militar desde abril de 1974.

No início, afirma que o MFA, "movimento homogéneo, sem verdadeira ideologia política",

SERIGRAFIA DE JOSÉ GUIMARÃES

Técnica: Serigrafia s/ papel Fabriano Tiepolo
Data: 2019
Dimensão: 90 x 70 cm
Mancha: 76x57,5 cm
Tiragem: 199 exemplares
Editor: Associação 25 de Abril
Impressor: Atelier Centro Português Serigrafia, Lisboa

Por especial deferência do autor desta obra, foi possível estabelecer condições muito especiais para os Associados da A25A, sendo a relação de preços a seguinte:
> Valor de venda ao público: 1.200,00€
> Valor para Sócios da A25A: 900,00€

Nota: Para cada exemplar da serigrafia, será oferecida uma pasta para transporte/guarda

fez a revolução "sozinho", "sem a participação de forças políticas". A seguir, Bucher debruça-se sobre o papel do PCP: os comunistas utilizaram a sua presença nos vários executivos, para "se imporem o mais rapidamente possível com o objetivo de tomar o poder". Conseguiram, acrescenta, colocar homens de confiança nas administrações municipais, nos sindicatos, nos meios de comunicação e, sobretudo, "concentraram os seus esforços" nos oficiais milicianos. Com a chegada de Vasco Gonçalves — "um dos maiores erros" de Spínola — e ainda mais depois do 11 de março, "os comunistas podiam crer que estavam perto do poder."

Porém, têm de sofrer uma "pesada derrota" eleitoral e, no seio do MFA surge, "sob o impulso de Melo Antunes, o "grupo dos Nove" que levou à saída de Vasco Gonçalves e uma restruturação do Conselho da Revolução "em favor dos moderados." O embaixador acusa então Cunhal de ter mudando "radicalmente de tática", aliando-se com os pequenos grupos de extrema-esquerda: "Juntamente com eles, começou a propagar desordens e a organizar manifestações extremistas que pareciam cada vez mais violentas e maciças. Provocou também a insubordinação nas forças armadas, com a ajuda, ou ao menos a tolerância, de alguns comandantes que lhes tinham ficado fiéis ou a quem faltava a coragem para reagir. Conseguiu igualmente ficar com o controle das estações de televisão e da rádio, meios que utilizou sem constrangimento para minar o país. Conseguiu açambarcar uma parte da imprensa de Lisboa, mas não conseguir impedir a criação de vários jornais anticomunistas".

Perante esta situação quase insustentável para o governo, Bucher saúda a intervenção dos militares de carreira, como os generais Eanes e Veloso e o coronel Jaime Neves que conseguiram "restabelecer a ordem".

Finalmente, coloca a questão do estatuto do MFA no futuro. No seu entender, a influência do Movimento, "que não conseguiu ficar homogéneo" e que agora tem de constatar que "os verdadeiros detentores do poder são os militares de carreira", vai diminuir. Já não terá a primeira palavra, nomeadamente depois das próximas eleições, mas continuará a desempenhar o seu papel como elemento de ordem e de disciplina.

Nota final

Nestes seis capítulos, tentámos analisar o ponto de vista da embaixada suíça durante estes 19 meses. Escolhemos alguns acontecimentos importantes deste período revolucionário, deixando de lado outros. Tencionamos retomar estas problemáticas e outras num estudo mais abrangente do olhar da diplomacia suíça sobre Portugal de fevereiro de 1974 até julho de 1976.

* Professor e historiador

CAPITÃES DE ABRIL CONDECORADOS

Rui Ochoa, Presidência da República

Presidente da República distinguiu militares com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial

Marcelo Rebelo de Sousa condecorou com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial, 21 militares com participação directa na Revolução de 25 de Abril de 1974. A cerimónia realizou-se a 26 de Janeiro no antigo Picadeiro Real do Palácio de Belém.

Tenente-general João Maria de Vasconcelos Piroto;
Major-general José Domingos Canatário Serafim;
Major-general José Manuel Freire Nogueira;
Capitão-de-mar-e-guerra José Ferreira Brito;
Coronel Aníbal Jorge Martins Matos da Silveira, a título póstumo. Recebeu as insígnias Maria João Matos Silveira, viúva do Homenageado;
Coronel António Augusto Cuco Rosa;
Coronel António Lourenço Guedes, a título póstumo. Recebeu as insígnias, em nome da família do Homenageado, o Coronel Vasco Lourenço;
Coronel António Manuel Vilares Cepeda, a título póstumo. Recebeu as insígnias Nuno Cepeda, irmão do Homenageado;
Coronel Carlos Alberto Évora de Maia Loureiro;
Coronel Carlos Joaquim Gaspar, a título póstumo. Recebeu as insígnias Ângela Gaspar, filha do Homenageado;
Superintendente Fernando Manuel Garcia Freixo;
Coronel Filipe Ferreira Lopes;
Coronel Isaías de Figueiredo Ribeiro;
Coronel Jaime Manuel Rodrigues Neves;
Coronel João Henrique Domingues Gil;
Coronel Joaquim Canteiro Capão;
Coronel Joaquim Dias Marcelino Marques, a título póstumo. Recebeu as insígnias Margarida Alexandra Ferreira Marcelino Marques, filha do Homenageado;
Coronel José Cândido Custódio Pereira;
Coronel José Domingos Moura Carneiro;
Tenente-coronel José Emílio Gomes de Almeida, a título póstumo. Recebeu as insígnias Rui Jorge da Costa Cabral de Almeida, filho do Homenageado;
Alferes Miliciano José Aurélio da Silva Barros Moura, a título póstumo. Recebeu as insígnias Manuel António Lucas Barros Moura, filho do Homenageado.

Rui Ochoa, Presidência da República

PRESIDENTE HOMENAGEIA 42 MILITARES DE ABRIL

Rui Ochoa, Presidência da República

Condecorados receberam a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial

NO SEGUIMENTO da cerimónia realizada a 26 de Janeiro, o Presidente da República Marcelo Rebelo de Sousa, no dia 8 de Março, em cerimónia realizada no antigo Picadeiro Real do Palácio de Belém, condecorou com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial, os seguintes militares com participação directa na Revolução de 25 de Abril de 1974:

Tenente-general José Leal, a título póstumo. Recebeu as insígnias Maria Manuela Baía Pratas de Faria Leal, viúva do homenageado;
Tenente-general Luís dos Santos;
Tenente-general Mário Cabrita;
Tenente-general Valdemar da Fonte, a título póstumo. Recebeu as insígnias Maria Leonor Fonte, viúva do homenageado;
Major-general José Manuel Castro;
Major-general Luís Sequeira;
Major-general Rui Teixeira, a título póstumo.

Recebeu as insígnias Carmen Queirós Teixeira, viúva do homenageado;
Coronel Agostinho Mourato Grilo;
Coronel António José Borges;
Coronel António Oliveira;
Coronel Carlos Neves, a título póstumo. Recebeu as insígnias Maria Fernanda do Patrocínio e Silva Rocha Neves, viúva do homenageado;
Coronel Eduardo Almeida, a título póstumo. Recebeu as insígnias Ricardo Almeida, filho do homenageado;
Coronel Fernando Gomes, a título póstumo. Recebeu as insígnias Rui Gomes, neto do homenageado;
Coronel José Ferreira;
Capitão-de-Mar-e-Guerra José Morais;
Coronel José Santos;
Coronel José Novo;
Coronel José Pereira;
Coronel Lourenço Marques;
Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís Andrade;
Coronel Luís Ferreira;
Capitão-de-Mar-e-Guerra Luís Carneiro;
Coronel Manuel Carvalho, a título póstumo. Recebeu as insígnias Susana Isabel Monteiro de Carvalho, filha do homenageado;
Coronel Manuel Rodrigues, a título póstumo. Recebeu as insígnias Maria Esperança Baptista Martins Rodrigues, filha do homenageado;
Coronel Manuel Dias;
Capitão-de-Mar-e-Guerra Mário Sousa, a título póstumo. Recebeu as insígnias Rita Guiomar Bentes de Sousa, filha do homenageado;
Coronel Mário Baptista. Recebeu as insígnias Ana Mafalda Adão Águia Baptista, filha do homenageado;
Coronel Nuno Anselmo;
Coronel Ramiro Martins;
Coronel Rui Fernando Coutinho;
Coronel Rui Guimarães;
Coronel Vasco Capaz;
Coronel Vicente Brandão;
Capitão-de-Fragata António Varela, a título póstumo. Recebeu as insígnias Hugo Osório Lobo Varela, filho do homenageado;
Tenente-coronel Jorge Almeida, a título póstumo. Recebeu as insígnias Paulo Jorge Cabral Duarte de Almeida, filho do homenageado;
Tenente-coronel Orlindo Pereira;
Major Henrique Pedro;
Major Humberto Xavier. Recebeu as insígnias, em nome do homenageado, o coronel Vasco Lourenço;
Major José Nave, a título póstumo. Recebeu as insígnias Marta Raquel Correia Nave, filha do homenageado;
Major Leonel Rosário, a título póstumo. Recebeu as insígnias Maria Cândida Fragoso Zarco Martinho do Rosário, viúva do homenageado;
Major Rui Oliveira;
Major Vítor Leite.

Rui Ochoa, Presidência da República

ERRATA CONDECORAÇÕES

Porque, por lapso, nos equivocamos na patente de um militar de abril condecorado pelo Presidente da República a 23 de Dezembro, pela participação activa que teve no 25 de Abril, repetimos agora a informação nos termos corretos:

Armando Braz Pinto Praça - Coronel

Condecorado com a Ordem da Liberdade, Grau de Grande-Oficial pela forte participação na conspiração e envolvimento na operação "Viragem Histórica "

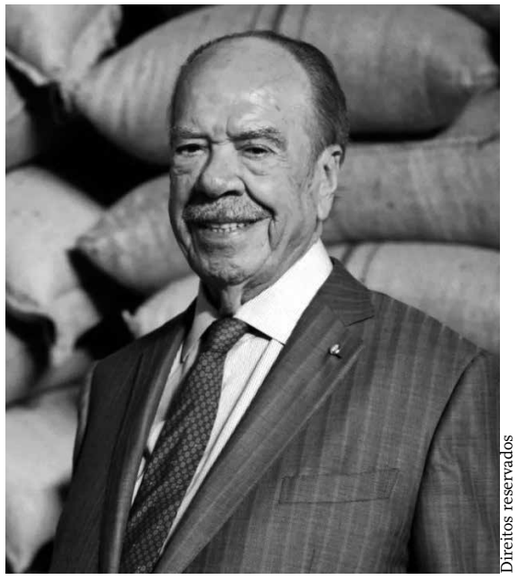
RUI NABEIRO (1931-2023)

O AMIGO COMENDADOR

Porque nunca deixou de defender os valores de Abril, Rui Nabeiro perdurará sempre como um exemplo de que Abril é possível

VASCO LOURENÇO*

CAMPO MAIOR E PORTUGAL viram partir um dos seus melhores – Manuel **Rui** Azinhais **Nabeiro**, o *Comendador Rui Nabeiro*.
Oriundo de uma família humilde, cedo começou a trabalhar, ajudando os seus pais, no pequeno negócio que constituía o suporte da família. Daí partiria para uma acção que poucos na vida conseguem atingir: construir um *império,* numa única geração.
Ao recordá-lo na hora da partida, ao assistirmos às enormes e extraordinárias manifestações vindas de todos os lados e sectores - dos mais altos dirigentes do país ao povo anónimo, passando pelas mais altas individualidades, e aos mais humildes trabalhadores – fácil se nos torna constatar duas realidades: o enorme sucesso alcançado, enquanto extraordinário empresário, e a forma única e de elevadíssima qualidade como exerceu essa actividade, onde os valores cívicos nunca estiveram ausentes e fizeram dele um exemplo por todos realçado. Realidades que, parecendo incompatíveis, construíram um ser humano digno de ser apontado às jovens gerações como um exemplo a seguir.
Com efeito, se já não é fácil, e por isso mesmo extraordinariamente raro, alcançar o sucesso empresarial que Rui Nabeiro atingiu, muito mais difícil se torna fazê-lo com as preocupações que ele sempre defendeu e praticou, onde os valores da Solidariedade e da Justiça Social nunca estiveram ausentes. Com isso, Rui Nabeiro demonstrou que, contrariamente ao normal, é possível compatibilizar as metas que todo os empresários almejam atingir, no que respeita à criação de riqueza, com a defesa dos valores de uma sociedade mais justa, igual e solidária.
Por isso, porque nunca deixou de defender os valores de Abril, Rui Nabeiro perdurará sempre como um exemplo de que **Abril é possível.**
O Comendador perdurará também como um Homem que não restringiu as suas preocupações e a sua acção a Portugal e aos portugueses. Exemplo disso é a extensão da sua acção empresarial e cívica à sua zona raiana, onde se vive sempre *com um pé cá, um pé lá.* E se a guerra civil de Espanha tudo dificultou por longos anos, Rui Nabeiro soube criar as condições para que, instalados regimes democráticos nos dois países, tudo se consolidasse numa ligação entre os povos vizinhos.



Direitos reservados

Como exemplo maior perdurará também a sua acção para com Timor, no dealbar da independência deste país lusófono. A braços com as dificuldades de um novo país independente, sem recursos nem crédito internacional, com muito café armazenado à espera que se deteriorasse, na esperança de que alguém se interessasse por ele, Timor e os seus dirigentes viram Rui Nabeiro deslocar-se, ele próprio, ao território e aí adquirir todo o café, assim permitindo que esse novo país lusófono, pobre e instável, pudesse reforçar a sua independência e a sua liberdade, essenciais para a construção da democracia.

SIMPLES E HUMILDE

Comendador foi o título pelo qual Rui Nabeiro mais foi e é conhecido. O que se justifica pelo facto de a Comenda da Ordem do Infante D. Henrique ter sido a primeira das inúmeras distinções que viria a receber ao longo da vida. Irónico? Injusto? Não! Condizente com a natureza da vida pela qual, sempre por decisão própria, se pautou na passagem por este mundo: simples e humilde, no meio do povo que foi o seu, apesar da enorme fortuna criada.

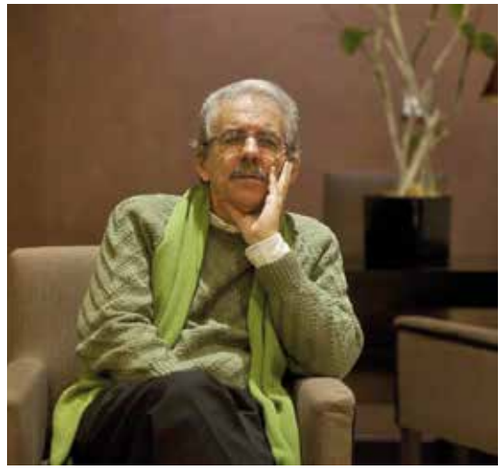
Comendador, apesar das Grã-Cruzes e outras altas distinções recebidas das mais variadas origens. Não apenas portuguesas e das entidades oficiais, mas também das Forças Armadas (com a particularidade de ter recebido condecorações dos três ramos, Armada, Exército e Força Aérea – haverá mais alguém nesta situação?) e das mais diversas entidades – GNR, Universidades, Autarquias, associações diversas, etc., etc.).

Vimos partir um dos nossos melhores, confiemos que os portugueses saibam homenagear a sua memória. Em primeiro lugar, prosseguindo a construção de uma sociedade livre, democrática, solidária, fraterna e justa. Enfim, a sociedade de Abril de que Rui Nabeiro foi sempre um dedicado militante. Civil de Abril, Sempre! Muito naturalmente, iremos propor à Assembleia Geral que conceda a Rui Nabeiro a qualidade de Sócio de Honra da Associação 25 de Abril.

* Presidente da Direção da A25A

RIBEIRO CARDOSO (1945-2023)

ATÉ SEMPRE...



Ribeiro Cardoso foi um exemplo raro de dedicação, rigor e combatividade solidária. Seis décadas intensas de fraternidade e camaradagem marcaram as nossas vidas

EUGÉNIO ALVES*

É EM COIMBRA, em meados dos anos 60 do século passado que Albino Ribeiro Cardoso dá os primeiros passos numa duradora e exaltante caminhada na profissão que sempre ambicionou e de que foi um exemplo raro de dedicação, rigor e combatividade solidária. Aluno de Filologia Germânica publicou as primeiras reportagens e entrevistas no jornal *Capa e Batina*, colaboração que manterá até à ida para Lisboa. Aqui conclui o curso na Faculdade de Letras da Universidade Clássica e, após um período breve de colaboração no trissemanário *Record*, surge, em 1971, o convite do *Diário de Lisboa*. Mobilizado, dois anos depois, como oficial miliciano para Moçambique, aí festeja a queda da ditadura. Nomeado pelo Alto-Comissário do Governo de Transição, Comandante Vítor Crespo, para a direcção do Rádio Clube de Moçambique, Ribeiro Cardoso vive momentos difíceis em Lourenço Marques com a tentativa golpista de 7 de Setembro de 1974 que visa travar o processo de independência da colónia.

Regressado a Lisboa em 1975, volta ao *DL*. Ainda nesse ano integra a equipa fundadora do semanário *O Jornal* mas acaba por optar pelo *DL*. Acontece o 25 de Novembro, *DL* suspenso, e Ribeiro Cardoso avança para o matutino *O Diário* de que se despede quatro anos depois para voltar ao *DL*. Membro do Conselho de Imprensa (1977-81) eleito pela classe, preside no biénio 81-83 ao Conselho Técnico e Deontológico do Sindicato dos Jornalistas e faz parte da comissão organizadora do I Congresso dos Jornalistas Portugueses (1983). Paralelamente à actividade na imprensa escrita, produz e realiza em coautoria reportagens para a RTP, uma das quais, de sua autoria exclusiva valer-lhe-á o Prémio Gazeta de Televisão. Em 1988 deixa o *DL*. A curta vida do Europeu – nove meses durou o badalado projecto de imprensa diária – leva-o para Macau onde continua jornalista, quer de imprensa quer de TV, e como correspondente do *JN* portuense.

Novo regresso a Lisboa e, a par da actividade em publicações e programas da RTP, Ribeiro

PUBLICIDADE

SERIGRAFIA DE JÚLIO POMAR

Com a serigrafia do Burro a Cantar Fado quis Júlio Pomar homenagear a gesta de Abril quando estavam cumpridos 40 anos sobre a "madrugada inteira e limpa". O quadro original do génio criador foi reproduzido numa edição de 200 exemplares devidamente numerados. As cópias ainda disponíveis podem ser adquiridas na sede da A25A. Os interessados devem solicitar a reserva através de correio electrónico para secretaria@a25abril.pt ou pelo telefone 21 324 14 20.

Cardoso é eleito para a direcção do Clube de Jornalistas onde vai coordenar e coapresentar o programa *Clube de Jornalistas* emitido na RTP 2 (2004-2009). Na década seguinte, ei-lo dedicado à Associação 25 de Abril, colaborando n' *O Referencial* e em múltiplas iniciativas dos militares de Abril e publicando dois livros fundamentais para a compreensão do que ocorreu no 25 de Novembro de 1975 nos órgãos de comunicação estatizados e a tentativa golpista de 7 de Setembro de 1974 em Moçambique. Concluído e pronto para publicar desde 2021 está um terceiro livro com testemunhos inéditos dos militares que viveram o 25 de Novembro.

UM IRMÃO

A urgência e limite de caracteres – *O Referencial* estava prestes a entrar na rotativa – obrigaram-me à síntese. Algo ficará por contar. Mas permitam-me uma evocação mais pessoal. O Bino, assim o tratavam os mais próximos, insistia, por vezes, na ideia de que eu era o irmão que não teve. E, nestes dias mais amargos, entendo melhor as suas razões. Estivemos dois anos na mesma turma do liceu Alexandre Herculano, no Porto. Jogámos na mesma equipa júnior do FCP, habitámos na mesma República coimbrã "Ninho dos Matulões", concluímos as licenciaturas na Faculdade de Letras de Lisboa, casámos no mesmo ano (1968), trabalhámos nos mesmos jornais (*DL* e *Europeu*), fomos eleitos na mesma lista sindical que organizou o I Congresso de Jornalistas, estivemos juntos na liderança do Clube de Jornalistas (Prémios Gazeta, Site, revista *Jornalismo e Jornalistas*, programa na RTP 2) e fomos, desde 2003 vizinhos no Parque das Nações.

Seis décadas intensas de fraternidade e camaradagem marcaram as nossas vidas... incluindo as inesquecíveis caminhadas, juntos, de cravo ao peito, na avenida, no dia da alegria maior. Na despedida do Bino, jornalista de Abril, meu irmão e camarada, evoco e subscrevo as palavras do poeta José Gomes Ferreira junto à urna de Ferreira de Castro, dias depois do 25 de Abril de 1974: "nunca digo adeus a um amigo que parte, digo *até sempre*!"

* Jornalista

REGISTÁMOS O FALECIMENTO DOS SEGUINTES ASSOCIADOS:

Sócios Fundadores
Manuel Carlos de A Guerra Cerdeira
João Maria Clímaco Sousa Brito

Sócios Efectivos
José de Passos
Manuel Ademaro Duarte de Almeida
Albino Ribeiro Cardoso
Carlos Guilherme Sanches de Almeida
Manuel Rui Azinhais Nabeiro
José Joaquim Braga Simões

Sócios Apoiantes
António Felipe M Brito Cartaxo
António de Jesus Picado Magalhães
Celino Rodrigues da Silva
Maximino Rosa Serra

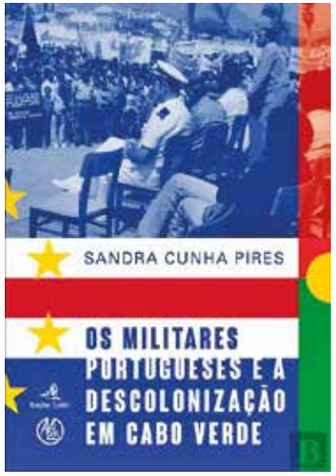
Às famílias enlutadas apresentamos sentidas condolências.

DESCOLONIZAÇÃO EM CABO VERDE

A intervenção dos militares portugueses entre 25 de Abril de 1974 e 5 de Julho de 1975

SANDRA CUNHA PIRES é a autora do livro *Os Militares Portugueses e a Descolonização Portuguesa*. A obra foi apresentada por Vasco Lourenço e por Ana Mouta Faria no dia 29 de Março, na sede da Associação 25 de Abril. Trata-se de uma publicação das Edições Colibri.

Segundo a autora, o objetivo deste livro é o de estudar a intervenção dos militares portugueses no decurso da descolonização e transição para a independência em Cabo Verde, entre 25 de Abril de 1974 e 5 de Julho de 1975.



Analisa-se a açção militar e política das forças armadas locais, nas relações estabelecidas tanto com a população como com as correntes nacionalistas, de modo a apurar em que medida contribuíram para a fase final da descolonização.

Foi possível concluir que as forças armadas (FAP e MFA) participaram activamente na vida do arquipélago, e que a conjugação da função militar com a forma como foram assumindo decisões políticas asseguraram a transição pacífica à independência, num ambiente com frequência explosivo.

Como a autora demonstra, o MFA assume um papel nuclear, não só porque desencadeara a própria revolução, mas principalmente porque a acção dos seus membros no terreno procurou assegurar uma transição pacífica, quer através do controlo da actuação do corpo expedicionário, quer da gestão das expectativas da sua população que irrompem em desencontradas direcções, libertas já dos diques da censura colonial.

Ao interligar a história das FAP e da atuação do grupo político MFA a autora procurou, por outro lado, ir mais fundo na compreensão de várias dimensões do "fenómeno" MFA, tal como foi vivido localmente por um conjunto de decisores com responsabilidades político-militares, sujeitos a múltiplos condicionalismos – tratando um tema até aqui completamente inédito.

Da esquerda para a direita, o apresentador da obra, almirante Martins Guerreiro, o presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço, e o autor João Vasconcelos Costa

A UTOPIA DO OLHAR

Utopia Hoje – Para intervenção do Futuro é um obra de João Vasconcelos Costa e foi apresentada na Associação 25 de Abril no dia 24 de Fevereiro. Além do autor, interveio também o almirante Martins Guerreiro que transmitiu aos presentes uma perspectiva sobre a livro. No final, João Vasconcelos Costa aceitou autografar alguns exemplares.

O livro parte da análise do mundo de hoje, numa perspetiva abrangente. Reflete sobre a fase actual do capitalismo, de financeirização, globalização e hegemonia da ideologia neoliberal, e continua pela história crítica das principais opções político-partidárias socialistas — o colapso do socialismo real, a deriva direitista da social-democracia e os escolhos pós-modernistas das novas esquerdas -, a ascensão da ultra-direita, a crise estrutural a configurar um novo momento Polanyi, a nova estrutura de classes e, coisa central, o actual vazio da esquerda.

João Vasconcelos Costa, doutor e agregado em Medicina, hoje reformado da sua atividade profissional, foi o pioneiro em Portugal da Virologia molecular, que desenvolveu ao longo da vida de investigador no Instituto Gulbenkian de Ciência. Posteriormente, foi também professor e director do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa.

POESIA DE CARLOS BRITO

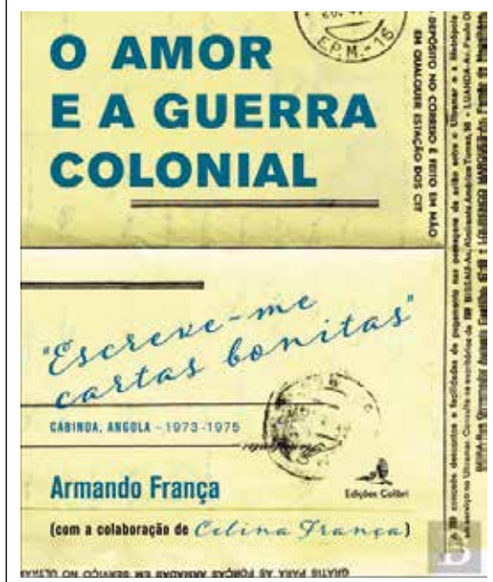
Carlos Brito, à esquerda, com o coronel Aprígio Ramalho, vice-presidente da A25A

Paulo Sucena, secretário-geral da Fenprof entre 1994 e 2007, esteve na Associação 25 de Abril no dia 15 de Fevereiro para apresentar o livro *Estar Presente*, da autoria de Carlos Brito, antigo dirigente do Partido Comunista Português. A editora é a Lápis de Memória.

Aos 90 anos, Carlos Brito olha preocupado, da sua varanda sobre o Guadiana, para a actualidade do país e do mundo e a situação ambiental do planeta. Não se remete a uma atitude contemplativa, persiste em estar presente e intervir, o que se reflecte nos seus versos, críticos e apelativos.

No texto poético que apresentou, cheio de imagens, metáforas e alegorias, também transparecem as angústias da idade: a doença, a solidão, a decrepitude, a morte. Mas são as palavras natureza, paz, amor e ir em frente, as mais marcantes, neste seu sétimo livro de poesia.

AMOR E GUERRA COLONIAL



Armando França e Celina França mantiveram uma comunicação epistolográfica regular e quase diária, por carta e aerogramas, entre Outubro de 1972 e Março de 1975, quando ele regressou de Angola. No livro *O Amor e a Guerra Colonial*, da autoria do casal, transcreve-se essa correspondência, enriquecido com o enquadramento temporal. A obra, da Colibri, foi apresentada na Associação 25 de Abril a 27 de Fevereiro.

TREVAS E LUZ

Entre as Trevas e a Luz, da Editorial Futura, é um livro da autoria de João Almeida. A obra foi apresentada na Associação 25 de Abril no dia 16 de Janeiro por Manuel Alberto Valente. Trata-se de um romance intrigante e envolvente. O autor, na foto, autografou alguns livros ao lado do presidente da A25A, coronel Vasco Lourenço.

O REFERENCIAL COM UM OLHAR PARA OS NETOS DE ABRIL

Direitos reservados

A apresentação pública do número 147 da revista foi feita a 16 de Fevereiro na Casa da Liberdade

Pela segunda vez *O Referencial* foi apresentado publicamente aos sócios, amigos e colaboradores da Associação 25 de Abril (A25). Aconteceu a 16 de Fevereiro na sede da instituição, também conhecida como Casa da Liberdade.

Vasco Lourenço deu as boas-vindas aos presentes que enchiam por completo o auditório. Presidente da A25A, o coronel fez um pequeno historial do percurso da publicação desde que era boletim até ao presente. "Transformou-se numa revista de qualidade", sublinhou.

Coube depois ao director abordar o conteúdo, tendo destacado a nova rúbrica iniciada no número 147. Trata-se da secção denominada Cartas aos Netos, coordenada por Jorge Golias, que visa, sublinhou, "transmitir os valores de Abril às novas gerações". Um desiderato que, para Aniceto Afonso, cumpre os estatutos da A25A. O diretor falou também sobre o número especial da revista que está em preparação focada no 50.º aniversário do 25 de Abril, tendo apelado à participação dos sócios.

Jorge Golias explicou o sentido da rúbrica que coordena e lançou o repto aos Capitães de Abril para que se associem à iniciativa e escrevam cartas aos netos, sublinhando que "uma carta tem sempre resposta". "Estamos a celebrar o 50.º aniversário da Revolução. É tempo de reflexão. É tempo de delegar", disse.

Fátima Lopes Cardoso referiu-se aos trabalhos assinados por alunos do curso de Jornalismo da Escola Superior de Comunicação Social do Instituto Politécnico de Lisboa. Esta parceria da A25A com aquele estabelecimento de ensino "é uma oportunidade que orgulha a escola e os alunos", frisou a professora. Neste número, cinco estudantes assinaram textos sobre o envolvimento dos jovens com a política, com entrevistas e reportagens, e também sobre a vida da antiga secretária de Estado da Educação, Ana Benavente. Todos receberam um certificado da A25A como agradecimento pela colaboração. O documento foi entregue por Dulce Afonso, da direcção da A25A.

A parte cultural não poderia faltar na apresentação d' *O Referencial*. Desta vez foram lidos textos e poemas de José Saramago e de Eugénio de Andrade, ambos a comemorarem 100 anos do nascimento, e sempre com Zeca Afonso presente. Os textos de homenagem aos escritores foram lidos pelo encenador, actor e antigo jornalista José Martins.

DIÁRIO DE UMA PINTORA

"DIÁRIO" é o tema de uma exposição de pintura inaugurada na sede da Associação 25 de Abril no dia 10 de Março. Sara Miguel (ao centro na foto, ao lado do coronel Vasco Lourenço) é uma jovem e promissora artista plástico que promete ir muito longe. A exposição esteve aberta ao público até ao dia 29 de Março.

OFERTAS À A25A

Entre as trevas e a Luz, de João Almeida. Oferta do autor
Historia da Alheira, de Jorge Sales Golias , oferta do autor
Macau, um homem dois Olhares, de Joaquim Chito Rodrigues, oferta da Editora Âncora
Estar Presente, de Carlos Brito, oferta do autor
Álbum de Memorias de um Cavaleiro Verde, de Germesindo Silva, oferta do autor
O Essencial sobre a questão Palestina, oferta do Movimento Pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Medio Oriente- MPPM
Cadernos - Pedaços de uma vida - *Os três sistemas do Mundo Ocidental*, *Pedaços de uma vida 1959-1963* e *Pedaços de uma vida -Exilio 1964-1974*, oferta do autor Alberto Teixeira Ribeiro

O REFERENCIAL

Propriedade da Associação 25 de Abril – Pessoa colectiva de utilidade pública (Declaração . 104/2002, DR II Série, n.º 9 de 18 de Abril) · Membro Honorário da Ordem da Liberdade | Presidente da direcção: Vasco Lourenço | Director: Aniceto Afonso | Editor: Licínio Lima| Colaborador: José Armando Lopes | Conselho Editorial: Alexandre Manuel, Amadeu Garcia dos Santos, André Freire, António Morais Sarmento Brotas, Armando José Garcia Pires, Carlos Branco, Carlos Manuel Serpa Matos Gomes, João Bosco Mota Amaral, João Ferreira do Amaral, José Barata-Moura, José Manuel Pureza, José Viriato Soromenho-Marques, Luís Augusto Sequeira, Maria Inácia Rezola, Maria José Casa-Nova, Maria Manuela Cruzeiro, Pedro Pezarat Correia, Vasco Lourenço | Fotografia: Agência Lusa | Sede nacional, administração e redacção: Rua da Misericórdia, 95 - 1200-271 LISBOA - Telefone: 213 241 420 - Endereço electrónico: oreferencial@a25abril.pt | https://a25abril.pt/ | https://guerracolonial.pt | delegação do norte: Escadas do Barredo, 120, r/c, esq.- 4050-092 PORTO - Telefone/fax: 222 031 197 - Endereço electrónico: delnorte@a25bril.pt | delegação do centro Apartado 3041 - 3001-401 COIMBRA | delegação do Alentejo Bairro da Esperança Edificio 2 – Bloco 3, loja r/c 7560-145 GRÂNDOLA | delegação do Canadá - Associação Cultural 25 de Abril (Toronto) - Núcleo Capitão Salgueiro Maia - 1117 Queen Street West Toronto, Ontario M6J 3P4 Canadá | Edição gráfica: atelier VCARDOSO, Design & Edições Av. Infante Santo, 61 - 4.º Esq. - 1350 - 177 Lisboa | Impressão e acabamento: NORPRINT

Nos termos da Lei, o conteúdo dos textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, sendo a edição e a paginação, que inclui a escolha de fotografias e de infografias, da responsabilidade d'*O Referencial*

NOVO ROSTO, O MESMO GOSTO.

As embalagens Delta Cafés mudaram de rosto.

Embalagens renovadas e vibrantes, com mais detalhes sobre o café, as suas origens e o seu perfil sensorial. O aroma reconfortante do seu café de sempre, feito com a mestria que todos conhecemos, agora com uma nova imagem.

DeltaCafes

@delta_cafes

Montepio SAÚDE

Seguimos a sua saúde de perto

Saúde, qualidade de vida e bem estar dependem do equilíbrio entre o corpo e a mente. Por isso, e para que os nossos associados usufruam dos melhores serviços e cuidados de saúde, desenvolvemos soluções especializadas, prontas a responder a todas as fases da vida.
Do Plano Montepio Saúde aos cuidados prestados pela Residências Montepio, passando pelo apoio domiciliário ou pela teleassistência, reunimos respostas completas que podem fazer muito por si e pelos seus.

Montepio
Associação Mutualista
Juntos por todos

Saiba tudo em
montepio.org/saude

Montepio Geral Associação Mutualista . IPSS . DGSS n.º 3/81 . NIPC 500 766 681
Sede: Rua Áurea, 219 a 241 . 1100-02 Lisboa